

ANDREINA GONÇALVES & ARIENY ALVES

# REFÊNS DO MEDO

A REALIDADE DO ABUSO NO BRASIL



# DEFENSAS DO MEDO

A REALIDADE DO ABUSO NO BRASIL

# DEFENSAS DO MEDO

A REALIDADE DO ABUSO NO BRASIL

ANDREINA GONÇALVES & ARIENY ALVES

2021

Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Escola de Comunicação Social - Curso de Jornalismo

**Direção:** Profa. Ma. Sabrina Moreira de Moraes Oliveira

**Coordenador:** Prof. Me. Antônio Carlos Borges Cunha

---

## REFÊNS DO MEDO

A REALIDADE DO ABUSO NO BRASIL

**orientador:** Prof<sup>o</sup>Dr<sup>o</sup>. Rogério Borges

**texto:** Andreina Gonçalves e Arieny Alves

**projeto gráfico e montagem da capa:**

Ana Amélia Ribeiro

**ilustrações miolo e capa:**

George dos Anjos

---

GONÇALVES, Andreina e ALVES,  
Arieny. **Refêns do Medo:** A realidade  
do abuso no Brasil. Goiânia: Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás, 2021.

118 páginas 14,8cm x 21cm

---

[2021]

# Dedicatórias & Agradecimentos

“Agradeço a todos que contribuíram para a produção deste livro, como minha colega de turma e amiga pessoal, Arieny Alves, que compartilhou desta jornada difícil e emocionante, e ao meu professor orientador Rogério Borges, que sempre nos orientou com toda paciência e educação. Sempre trazendo complementações relevantes e esclarecendo dúvidas. E dedico este livro ao meu pai que sempre esteve presente em minha vida e contribuiu para a minha educação profissional e como ser humano. Também, dedico à minha mãe, peça fundamental para a conquista de todos os meus objetivos e que sempre acreditou no meu potencial. À minha professora do ensino médio, Patrícia Lélis, que no final de cada aula prestava apoio e orientava da melhor forma possível; ela que foi amiga, professora e uma mãe.”

— Andreína Gonçalves.

“É com muita alegria que agradeço a todos que participaram e me motivaram a concluir este livro, como minha colega de turma e conselheira Andreína Gonçalves. Juntas, ultrapassamos os nossos limites e realizamos um sonho. Ao meu professor Rogério Borges, que nunca mediu esforços para nos ajudar e orientar o nosso trabalho ao longo de um ano. À minha família, que é o meu alicerce por me fazer sentir capaz todos os dias e que sempre acompanhou todos os meus passos até aqui nesta jornada. Dedico ao meu namorado Emanuel, que faleceu em fevereiro de 2021, logo quando iniciei a produção deste livro, mas que me enviou forças e que eu sempre soube que esteve e está comigo, orgulhando-se de todas as minhas conquistas. Às vítimas que confiaram em contar a sua história de vida e contribuir para mostrarmos aos leitores como identificar um abuso. A minha eterna gratidão à família, aos amigos, pais e professores. Todos vocês me ajudaram a evoluir profissionalmente e pessoalmente.”

— Arieny Alves.



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 - CONFIANÇA PERDIDA</b> .....	<b>12</b>
Violência doméstica	
Lares que formam agressores	
<b>CAPÍTULO 2 - INFÂNCIA ROUBADA</b> .....	<b>42</b>
Estupros no casamento	
Estupro de vulnerável	
Casos	
<b>CAPÍTULO 3 - PORNOGRAFIA INFANTIL, PEDOFILIA E SEXUALIZAÇÃO DE CRIANÇAS</b> .....	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO 4 - VIDA PÚBLICA IMPORTUNADA</b> .....	<b>74</b>
Assédio no transporte coletivo	
Assédio sexual no trabalho	
Assédio moral	
<b>CAPÍTULO 5 - ABUSO DE PODER LIGADO À RELIGIÃO VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE</b> .....	<b>96</b>
<b>CAPÍTULO 6 - REDES DE APOIO</b> .....	<b>110</b>
Mapa do Acolhimento	
Surgimento das redes de solidariedade	
Lei do Minuto Seguinte	
Instituto Barbara Penna	
Canais oficiais para o enfrentamento à violência	

# Introdução

**P**or muito tempo, as mulheres foram direcionadas apenas às atividades domésticas, satisfação do marido e para a procriação. Isso resultou na ideia de que elas devem ser submissas. Assim, mesmo no século XXI, muitas pessoas - homens e mulheres - ainda disseminam essa ideia, que é baseada no patriarcalismo acentuando o machismo. Com esse ideal de que as mulheres não possuem vontade própria e são objetos de seus companheiros ou pais, se fez comum a culpabilização do sexo feminino diante de situações de abusos. E quando elas se opõem são intituladas de arrogantes, prepotentes e “feministas” (como se esse adjetivo fosse algo pejorativo).

O fantasma do patriarcalismo e do machismo colaboram não só para a minimização do papel da mulher, mas também para o encobrimento de abusos tanto cometidos contra elas quanto os cometidos contra os próprios homens. A questão é que todos são abusados e falham na hora da identificação, não por culpa, mas por ignorância. O medo é o principal elemento que mantém muitos abusos escondidos. É o poder que garante a permanência desses crimes. Tais violências partem mais constantemente de conhecidos do que de desconhecidos das vítimas.

Os abusos não escolhem seus alvos, mas existe uma preferência: as mulheres. Sejam elas crianças, adolescentes ou adultas, quanto mais vulneráveis, mais entram no radar desses abusadores. Este livro tem a intenção de discutir como, durante tanto tempo, as mulheres não possuíam direitos assegurados para se defender desses criminosos e como toda a sociedade, por omissão ou preconceitos, colaborou, por gerações, na manutenção de abusos de toda ordem.

“Essa saia é curta demais!”; “Mas também, quem mandou sair assim?”; “Quem mandou beber?”. Essas sempre foram e continuam sendo indagações comuns feitas quando uma mulher sofre algum tipo de assédio ou abuso. No Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança de 2020, cerca de 1.812 mulheres tiveram mortes violentas no primeiro semestre de 2019 sendo que, dentre elas, 636 foram vítimas de feminicídio. Em 2020, os números aumentaram, com 1.848 mortes violentas, sendo 649 por feminicídio. Centenas, milhares de casos em que mulheres morreram apenas por serem mulheres.

Somos agredidas, mortas e assediadas, na maioria das vezes pelo sexo oposto, em lugares públicos, como ônibus, trens e metrô, ou em espaços privados, como no local de trabalho e até dentro de nossas próprias casas. Sempre nós. Já fomos intituladas como sexo frágil. Sim, somos frágeis diante de tamanhas injustiças, mas não somos frágeis na luta, na conquista e na forma pela qual conseguimos cada uma delas.

Este livro trata desses assuntos que de tão presentes, foram “norma-

lizados”: o assédio, a violência e a transgressão dos direitos conquistados. Quão tardias foram as conquistas femininas enquanto os homens sempre tiveram direitos. As mulheres só tiveram total proteção em se tratando de violência doméstica em 2006, com a aprovação da Lei Maria da Penha. Inúmeras mulheres morreram e a própria Maria da Penha sofreu tentativas de feminicídio. Só em 2015, as mulheres passaram a contar com a Lei do Feminicídio. Antes disso, muitas vítimas foram mortas com o argumento inaceitável da “legítima defesa da honra”, sempre levantada por assassinos.

E somente em 2018 passou a ser crime importunar sexualmente alguém. E essa lei só começou a vigorar após um homem ejacular em uma mulher dentro do transporte público, em São Paulo. Grande parte das leis de proteção das mulheres surgiu assim, diante de casos absurdos, de estatísticas estonteantes e de tragédias que poderiam ter sido evitadas se houvesse amparo legal, mais condições de acolhimento das vítimas e mais consciência da sociedade diante de um quadro inadmissível de abusos rotineiros.

No mundo, e principalmente no Brasil, somente depois de os abusos tomarem rumos gravíssimos, chegando a ceifar a vítima de tantas mulheres, que medidas de proteção costumam ser tomadas, mas é claro nunca pensando totalmente em nós, mas sempre em manter relações políticas, como afirma o professor Mestre em direito na PUC Goiás, José Eduardo Barbieri. "As leis e suas alterações no Brasil em relação às mulheres possuem forte ligação com os acordos internacionais e não demonstram verdadeira preocupação com a causa e sim para manter as relações com os códigos multilaterais."

As mulheres são consideradas apenas como pontos a serem contemplados em acordos. A teoria de proteção dos direitos das mulheres é ótima, mas na prática, as vítimas ainda são culpabilizadas e desamparadas. A principal discussão abordada no livro é essa, a de como as mulheres não possuem total controle das próprias vidas, de como são constantemente assediadas, abusadas e inferiorizadas. E até quando as mulheres serão obrigadas a estar sempre em posição vulnerável em relação aos abusos.

Ao tratar de abusos dentro do livro, também foi discutido o que advém da confiança religiosa, do abuso que se baseia na fé de outras pessoas. Vale ressaltar que não existe apenas um credo ligado a tais crimes. Assédios sexuais, estupros são encontrados em qualquer religião. Por fim, é abordada a importância das redes de apoio na recuperação das pessoas abusadas e as leis que garantem esse atendimento por parte do governo (como a Lei do Minuto Seguinte). Como muitos lugares de amparo surgiram de uma violência, como, por exemplo, o Instituto Barbara Penna.

Diante de tudo isso, esta obra propõe a discussão sobre como os abu-

so acontecem, as formas de identificá-los - já que vivemos em uma sociedade patriarcal e machista, na qual algumas práticas de abuso são normalizadas - e como combatê-los. Além disso, a obra também aborda sobre a importância das redes de apoio e das leis de proteção aos indivíduos que sofrem quaisquer tipos de abuso.

# Confiança perdida



Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990, com alterações da Lei 11.829/2008) Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criado em 13 de julho de 1990 é considerado criança o indivíduo que tenha até os 12 anos incompletos e adolescente que está entre 12 e 18 anos de idade. Este grupo de pessoas, com foco nas crianças, é o que mais sofre com a negligência. De acordo com o site do doutor Drauzio Varella é estimado que os serviços de apoio às crianças vítimas de violência no Brasil aproximadamente 40% dos atendimentos foram direcionados às vítimas de negligência.

A negligência é uma forma de violência e é constituída pela omissão dos responsáveis no auxílio de prover o necessário para o desenvolvimento da criança. Existem tipos de negligência, a física; constituída pela ausência de suprimentos de alimentação, higiene ou cuidados básicos de saúde. A emocional, que acontece quando a criança ou adolescente não possuem afeto ou suporte necessários para o pleno desenvolvimento. E a educacional, quando os responsáveis não oferecem a formação intelectual necessária. Por exemplo, segundo levantamento feito pela ONG Todos Pela Educação com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2017, crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fazem parte de quase 2,5 milhões que estão fora da escola. Só que ainda de acordo com a mesma pesquisa as crianças e adolescentes que estão inclusos nessa estimativa fazem parte de um grupo mais vulnerável como, por exemplo, a vulnerabilidade financeira. Ou seja, a negligência com esse grupo muitas vezes acontece por falta de auxílio governamental.

O leito familiar é o lugar de conforto, tranquilidade, o colo para depositar todos os problemas e principalmente receber amor. As famílias podem ser compostas por diferentes tipos de pessoas. Existe a criação que é feita pelo pai e mãe, pelos avós, pais adotivos, padrastos ou madrastas e outros diversos tipos. Podemos começar exemplificando as perspectivas de como o ambiente familiar sofre alterações em cada etapa da vida, seja quando uma criança tenta se conformar com a separação dos pais ou se adaptar com os novos companheiros de seus responsáveis. Casos que revelam esses dilemas são comuns, por exemplo, no ambiente escolar.

Uma das autoras deste livro presenciou algo assim em sua adolescência. No ensino fundamental, por volta do oitavo ano, uma colega de classe todos os dias reclamava do convívio com o seu padrasto. Em alguns trabalhos da escola, era comum que fossem feitos em duplas, e sempre que acontecia, nunca eram realizados na casa dela. Como de costume, ela sempre estava junto em todas as atividades. A relação dela com o novo companheiro de sua mãe não era mais algo duvidoso pois ela já havia tido diversos padrastos, mas a forma do tratamento que recebia de todos que frequentavam a sua casa era bastante parecida. Ela nunca reclamou de violência ou assédios praticados por esses homens, mas sim do comporta-

mento que sua mãe mantinha em sua criação. Ela era filha única e sempre desabafou sobre a falta de carinho. Era muito doloroso. Os padrastos sempre estiveram em primeiro lugar. Os passeios, na maioria das vezes, ocorriam somente entre os dois e não mais em conjunto, deixando-a de fora.

É possível associar o comportamento daquela menina com os danos psicológicos causados em sua vida por conta de toda essa situação que ela vivia. Logo no meio do ano, suas notas caíram e a dificuldade de aprender o conteúdo foi ficando cada vez mais evidente. E como esperado, a relação entre mãe e filha piorou ainda mais. A pressão de que ela estudava em um colégio particular e que não poderia repetir de ano fez com que a menina ficasse mais tensa.

As identidades dos padrastos podem ser muito variadas. Há aqueles que são bons e se dão super bem com as enteadas; os que não têm tanta aproximação, mas se respeitam; os que fazem de tudo pelas filhas da nova companheira e às vezes acaba sendo mais queridos que o próprio o pai; e os temidos padrastos que rejeitam, podendo até ocorrer ciúmes por parte dos companheiros em relação ao afeto entre mãe e filha ou a criança ter ciúmes dos laços que a mãe tem com o novo parceiro.

Mesmo com inúmeros casos de violência denunciados, algumas crianças ainda são vítimas e não conseguem ter voz para falar sobre seus sofrimentos. O caso mais recente foi o do menino Henry, de oito anos, no Rio de Janeiro. A criança, depois da separação dos pais, foi morar com a mãe, Monique Medeiros, e o padrasto, o vereador Doutor Jairinho, de acordo com uma reportagem mostrada pelo Jornal Nacional. A criança, sempre que visitava o pai biológico, não queria retornar para o apartamento da mãe e na maioria das vezes chorava para continuar com o pai. As investigações policiais e depoimentos de várias testemunhas, além de mensagens de textos recuperadas em aparelhos celulares da mãe e da babá que cuidava da criança, comprovaram que o menino sofria agressões no apartamento em que morava, infligidas pelo novo companheiro de Monique. Os depoimentos iniciais dos responsáveis garantiam que o menino havia caído da cama e lesionado o corpo, o que o teria levado a óbito. As lesões fatais foram comprovadas por laudo do Instituto Médico Legal (IML), mas não correspondiam aos efeitos de uma simples queda e sim a espancamentos, já que Henry, entre outros ferimentos, apresentou um dano hepático causado por golpes.

As diferentes formas de violência contra crianças compõem um numeroso conjunto de casos muito recorrentes no País e constituem um tema que precisa ser mostrado. O alto índice de ocorrências vem junto com um sistema no qual a Justiça, na maioria das vezes, pode ser falha ao não punir os responsáveis, fazendo as vítimas sofrerem ainda mais com essa falta de

amparo e com processos pós-traumáticos.

Ao se tratar de trauma, o caso da menina de 10 anos que engravidou do abusador e que muitas pessoas se mobilizaram para protestar com o objetivo de que a criança não abortasse. Um exemplo de proposta que se encaixa nesse contexto é o Projeto de Lei 5.435/2020, de autoria do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), a proposta do “Estatuto da Gestante”. Tal estatuto, de acordo com o senador, visa proteger as crianças desde a concepção da vida, ainda que essa concepção seja fruto de um estupro. Esse projeto obteve grande repercussão nas redes sociais e incitou os movimentos feministas a lutarem contra o então intitulado pelas redes como “bolsa estupro”. Hashtags foram patrocinadas, posts contra o estatuto foram feitos, já que, na prática, o senador propôs a total criminalização do aborto no País, mesmo em casos hoje legais, como os casos que envolvem estupros, como o de crianças que são estupradas e acabam engravidando. Gravidez forçada é tortura. Após diversas manifestações, o PL não seguiu em frente.

O que assusta se o Projeto de Lei tivesse sido aprovado é que, segundo o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado em setembro de 2020, foram 66 mil vítimas de estupro no Brasil no ano de 2018. Tal estatística apresenta um aumento no índice desde que o estudo começou a ser feito em 2007. Os registros desses números foram constatados em crimes cometidos contra meninas, que são maioria das vítimas (53,8%), com idade até 13 anos.

Maria Clara (pseudônimo) é uma jovem que tem hoje 18 anos e sempre morou com os seus pais e com as suas duas irmãs. A primeira gravidez de sua mãe aconteceu ainda quando ela era adolescente e Maria relata que o seu avô materno era bastante machista e não aceitava que sua filha tivesse engravidado ainda nova. Ele a expulsou de casa e ela foi morar com o seu companheiro. Com isso, teve sua primeira filha e a convivência de sua mãe com o seu avô não continuou a mesma. Ele ainda não aceitava o marido de sua filha e essa relação continua conturbada até hoje.

O casal teve três filhas que sempre estavam presentes na casa dos avós. Mesmo com tantas brigas, o avô amava as netas e nunca as culpava por qualquer situação de desentendimento. A mãe dessas meninas tem dois irmãos, sendo um homem e outra mulher, e eles até hoje permanecem na casa de seus pais. Não se casaram e continuam morando com eles. Sempre se deram super bem com as três crianças, as suas sobrinhas, até que elas cresceram e o convívio entre elas começou a mudar.

Os pais de Maria Clara viajavam para o interior com frequência e tinham que deixar as filhas na casa da avó por acreditarem que seria uma segurança maior. “Era horrível porque casa de vó tem que ser ótimo, porque é casa de

vó, mas pra gente e pra mim, que sofria isso e que sofro, é muito desconfortável. Eu não queria por causa do meu tio, porque ele fica me vendo tomar banho, porque ele fica me encarando. Toda a minha infância foi assim. Dos onze anos até hoje, aos dezoito, eu sofro com isso”, lamenta.

“Assim que eu fui ficando mais mocinha, mais adolescente, minha mãe sempre me avisava, porque meu tio já tinha feito isso com ela”, espantase. “O próprio irmão dela. Ela ia tomar banho e ele ficava olhando. Eu nunca dei bola, pensava: nunca vai fazer isso comigo. Até que um dia eu estava tomando banho e vi uma sombra por baixo da porta e na hora que eu desliguei o chuveiro, eu o escutei andando, tipo assim, saindo, sabe? E aquilo pra mim foi a gota d’água.”

Com receio do que havia acontecido, ela tentou se proteger da única maneira que achava possível. Com medo de o tio ficar olhando-a tomar banho através dos buraquinhos que havia na porta, ela passou a tapá-los com a toalha para que ele não conseguisse ver nada. Maria Clara relata ainda que chegou a denunciar as investidas do tio a membros da família. “Não sofro tão calada porque uma vez eu compartilhei com meu namorado. Depois dessa vez que eu compartilhei, não falei mais e foi isso. Minha infância, minha pré-adolescência, dos 11 aos 18, que é agora, tem sido assim e eu infelizmente não tenho coragem de contar pra mais ninguém porque tenho medo que o pior aconteça.”

O medo do conflito familiar às vezes fala mais alto. A mãe, por ter sido criada em um contexto totalmente machista, e as filhas, com medo da ignorância do pai, nunca levaram o caso adiante por medo de acontecer uma agressão ou até mesmo coisas piores. Porém, os assédios sexuais não pararam por aí.

“Eu nunca mais tomo banho sozinha lá com ele. Nunca! Sempre que eu vou tomar banho, eu peço pra minha tia ficar do outro lado me esperando e eu sempre arrumo uma desculpa: ‘Ai tia, é porque eu estou com medo’. Minha avó, a mãe dele, já perguntou várias vezes do porquê de eu tomar banho e colocar uma toalha na porta e eu falo: ‘Ah vó, é mania’. Mas não, é por causa do filho dela, meu tio. Às vezes, quando eu vou pra lá também, eu posso estar de calça, de vestido, eu posso estar de short e ele olha. A gente vê que ele olha, sabe? Olha pra perna, olha pra bunda. E só de ele falar de outras meninas para mim, eu acho isso absurdo, o cúmulo do absurdo. Falar coisas do tipo a uma menina menor de idade, de 16 anos, olhar na minha cara e falar: ‘Aquela ali é gatinha, aquela ali eu pegava’, e não sei o que, que daria ‘um trato nela’. E falar isso para mim, que sou a própria sobrinha dele”, indigna-se.

“Não confio nele. Eu, desde que fiquei mais adolescente, nunca mais tive paz na casa da minha avó para tomar um banho, para usar uma rou-

pa. Às vezes, quando eu durmo na sala, ele sempre passa pra lá e pra cá, e é muito desconfortável porque a gente sempre tem que estar de coberta. Pode estar um calor de trinta graus que tem que usar coberta, porque fico constrangida”, relata.

A irmã de Maria Clara, Nicole (pseudônimo) também foi vítima do tio quando tinha 12 anos. Ela estava mais uma vez na casa dos avôs com as suas irmãs. “A gente estava dormindo na sala, no colchão de casal, ele foi e passou e a Nicole acordou de uma vez. Ele falou que a estava cobrindo, mas ela falou que ele estava passando a mão nela, e ninguém acreditou e ficou por isso mesmo”, revela. “Depois disso, minha avó nunca fez nada. Para ela, ele é o certo, mas eu sei do que eu passo, do que eu sinto. Muito desconfortável, porque uma pessoa que é da sua família, seu tio, do seu sangue, fazer umas coisas dessas.”

Maria Clara chegou a contar para a sua avó sobre o que havia acontecido, mas ela preferiu não acreditar em sua neta e continuou acobertando o seu filho. Quando estávamos conversando com essa vítima, ela contou que até hoje acaba ficando com os seus avôs. Seus pais ainda viajam muito e mesmo ela sendo maior de idade, eles ainda têm receio que ela fique sozinha em casa. Mas o seu maior medo é dormir no mesmo lar que o seu tio. As suas duas irmãs casaram cedo igual a sua mãe. Vanessa (pseudônimo) saiu de casa aos 19 anos e Nicole com 18 anos. Por ser a única filha que ainda não se mudou, ela é responsável por ajudar sua avó em todas as tarefas de casa. Seu avô é caminhoneiro e sua tia mais velha já é de idade e não consegue mais auxiliar dona Isabel (pseudônimo). Devido a um acidente vascular cerebral, a idosa acabou ficando hospitalizada por um tempo e perdeu alguns movimentos do corpo e Maria ficou totalmente responsável por ela. Ela ficou exatamente dois meses cuidando dela e afirma que além do cansaço corporal, ela não conseguia descansar porque ficava preocupada com a proximidade do tio. Hoje em dia, sua avó se recuperou totalmente do AVC e a sua ida até a casa de Isabel só acontece quando seus pais viajam e a obrigam a dormir naquele local.



Quem sofre esse tipo de assédio ainda pode passar por um transtorno psicológico e não ter coragem de denunciar por medo. Esse sofrimento silencioso gera traumas, fazendo com que se distancie cada vez mais da família e diminua a confiança que antes era depositada nos parentes mais próximos. Maria não é uma pessoa de muita conversa e a sensação é a de que ela não estava preparada para contar esse relato. A entrevista seria por videoconferência e ela não aceitou, não queria nos ver no momento que estivesse contando sobre tudo isso que ela relatou. Respeitamos o seu

espaço e ela descreveu tudo através de áudios. Perguntamos se poderia ser em outro dia e ela disse que na mesma semana estava na casa de sua avó e que de noite não daria para conversar por medo de seu tio escutar. Preferiu contar logo essa história, aproveitou que estava no intervalo do seu serviço e nos encaminhou o depoimento.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

De acordo com a cartilha disponibilizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, um estupro ocorre a cada 8 minutos no Brasil e dentre eles, 57,9% das vítimas têm no máximo 13 anos, ou seja, algo que é configurado como estupro de vulnerável.

Conforme a amostra apurada em microdados das secretarias de Segurança Pública de todos os estados e do Distrito Federal, ocorrem em média 180 estupros por dia no Brasil.

Durante a produção deste livro, em julho de 2021 houve um caso de estupro de vulnerável no bairro onde mora uma das autoras. Mais um caso alarmante que acontece diariamente. É comum vermos circos e parques chegarem nas cidades e como de costume, este bairro é escolhido frequentemente para ser o local da atração. As crianças gostam de fazer esse tipo de passeio, mas devem estar acompanhadas pelos pais ou por um adulto responsável.

No período de férias, geralmente a garotada está mais em casa, sobretudo quem não tem condições de fazer uma viagem. Por volta das 9h da manhã, uma vizinha voltava da academia e observou uma movimentação no parque. Já havia mais ou menos 15 dias que o parque de diversões estava ali e chamava a atenção de muita gente. Mas naquele dia, a atração não era algum brinquedo e sim uma mãe desesperada batendo em sua filha e todo mundo sem entender o motivo daquela briga. Os policiais estavam presentes e por meio deles a vizinhança soube o motivo da confusão. Uma criança de 11 anos de idade havia saído de casa no dia anterior juntamente com duas amigas para brincar no parque. O horário de funcionamento era das 17h às 22h30. Passou das dez horas da noite e a menina não havia retornado. Sua mãe ligou para seu celular e ele estava na caixa postal. Esperou mais um pouco, mas já estava dando o horário de o parque fechar. Ela, então, decidiu ir atrás de sua filha. Chegando lá, os brinquedos

## Segurança em números

### VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL EM 2019



1 agressão física a cada  
**2 minutos**

**267.930** registros de lesão  
corporal dolosa em decorrência  
de violência doméstica

**5,2%**



8 min

**66.348** vítimas de estupro  
e estupro de vulnerável

**58,8%** das vítimas tinham  
no máximo 13 anos

**85,7%** do sexo feminino

já estavam totalmente fechados. Ela perguntou a um funcionário se não havia visto alguém com as mesmas características da menina de 11 anos e a resposta foi que não.

A mãe da criança entrou em contato com as amigas que estava junto com a filha na noite anterior e as meninas informaram que não a haviam visto mais depois que ela foi andar em um dos brinquedos. Elas pensaram até que a menina deveria ter ido embora sozinha. A mãe acionou a polícia e começaram a procurar a criança. Logo cedo, a polícia chegou no último local onde a menina passou e pediu para verificar todos os carros e dormitórios dos funcionários do parque. Foi nessa hora que a mãe da menina se desesperou e começou a pensar no que a filha “poderia ter feito”. Os funcionários do parque mudaram totalmente de comportamento e falaram que não estavam escondendo nada dentro das cabines. Os policiais desconfiaram e entraram para verificar e, infelizmente, lá estava a criança de apenas 11 anos de idade, em um dos dormitórios averiguados. Quando a mãe viu sua filha saindo, pensou que a menina teria dormido com algum rapaz e partiu para cima dela, agredindo-a. A rua já estava tumultuada pela aglomeração de pessoas vendo aquela cena. Os policiais afastaram a mãe da criança e começaram a perguntar à menina sobre o que havia acontecido.

Quando a criança começou a falar, não houve quem não se sentisse mal, pois as únicas palavras dela eram: “Eu não me lembro”. Ao ver as condições da filha, a mãe entrou em desespero e começou a pensar de outra maneira, a encarar a história por outro lado. A criança de 11 anos tinha características de uma adolescente de 15, alta, morena e com os cabelos longos. O policial logo abordou os dois rapazes que se encontravam com a menina e os colocaram na viatura. As únicas lembranças que ela contou possuir eram as de que estava no parque, tinha acabado de ir em um brinquedo chamado Barca e foi chamada por um desses rapazes, que era um funcionário. E ele lhe havia oferecido um lanche, um pastel que eles estavam vendendo juntamente com um suco de laranja. Esse rapaz não é um adolescente de 16, 17 anos, mas parecia mais velho.

Ela chorava, tremia e não se recordava de maneira alguma dos últimos momentos. Os policiais levaram os dois rapazes, o que estava na cabine com a criança e o que mentiu diante das perguntas. Foram encaminhados junto com a criança para fazer o exame de corpo de delito e para a delegacia. No mesmo dia, no início da noite, o parque começou a ser desmontado, e logo de madrugada a trupe foi embora. Infelizmente não foi possível saber o desfecho da história e se aquela criança foi estuprada por aqueles homens. Se isso aconteceu em Goiânia, imagina em outras cidades do interior, onde muitas meninas são de famílias de menor poder aquisitivo e não conseguem pagar para ir em um brinquedo. Quão vulneráveis essas

crianças acabam ficando em tais situações.

Em casos de violência contra menores de idade, o Estatuto da Criança e do Adolescente é responsável por assegurar a proteção e garantir o respeito aos seus Direitos Humanos. A professora e assistente social Gláucia Lelis exemplifica as atuações do Conselho Tutelar e os processos que se passam desde o recebimento da denúncia até a conclusão dos casos envolvendo violências contra vulneráveis.

O Conselho Tutelar compõe uma rede de proteção a crianças, adolescentes e jovens e precisa entender bem suas atribuições. O Conselho Tutelar é um agente socioeducativo. Ele não tem um caráter punitivo do ponto de vista jurídico, não tem poder para interferir em decisões judiciais no que se refere à tutela e ao pátrio-poder. Na verdade, o papel dele é mais socioeducativo, não necessariamente tomando alguma decisão definitiva acerca de questões que envolvam crianças e adolescentes, o que cabe aos juizados de menores, por exemplo.

Há muita expectativa sempre quando há uma ocorrência que envolva crianças de que o conselho tutelar vá dar respostas sobre alguma coisa, assim como há muito medo de as famílias não procurarem órgãos competentes por medo de perderem os direitos sobre os seus filhos. Muitas vezes, a vizinhança também acha que problemas familiares em outras casas não se referem a ela e deixa passar muita coisa por receio de se intrometer. Há muita falta de informação sobre essas questões, infelizmente. O conselheiro tutelar tem um papel que é o de contribuir com as orientações em relação a várias situações que envolvem menores de idade, como casos de violência contra crianças e adolescentes, de cunho sexual ou outro tipo de abuso.

Assim como o agente de saúde na comunidade e no bairro tem papel socioeducativo, o conselheiro tutelar também desempenha essa função. Ele pode averiguar as situações de denúncia, acolher as queixas em situações que se verifique casos de violência, prestar um primeiro atendimento e acionar instâncias judiciais. O conselheiro tutelar não precisa necessariamente ter uma formação superior em Psicologia, em Serviço Social ou em Direito para exercer o cargo, mas é necessário que seja maior de idade e ter alguma formação básica sobre direitos das crianças e adolescentes e sobre a rede de serviços em que está incluso. Ele atua como um catalisador que vai receber denúncias ou alguma demanda que da família ou das crianças que esteja atendendo. Será a pessoa que vai orientar sobre como agir, contribuindo no enfrentamento da violência de um modo geral.

Conselhos tutelares, unidades básicas de saúde e as escolas compõem os chamados sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, mas não têm poder decisório. O conselheiro tutelar pode atuar tanto em ações formativas e educativas na comunidade, quanto garantir os primei-

ros atendimentos e acolhimentos à família, às crianças e aos adolescentes para encaminhá-los para a rede socioassistencial.

Segundo a assistente social Gláucia Lélis, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que tem experiência em atuação em conselhos tutelares, o desafio é fazer o atendimento quando na maioria das vezes os casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem no âmbito familiar. “Os dados revelam que geralmente o autor do abuso ou é alguém que tem vínculo consanguíneo direto (pai, irmão, avô, tio) – também há violência de mulheres para com crianças, mas isso numericamente é muito inferior –, ou quem tem vínculos de amizades e relações com a família (vizinhança). O autor do abuso, num primeiro momento, gera algum vínculo com aquela criança, com aquela jovem, com aquele adolescente. Isso gera uma dificuldade do ponto de vista do atendimento nos casos de violências, porque os casos são reproduzidos e são abafados no âmbito familiar, porque isso está impregnado na nossa cultura”, admite. “O Conselho Tutelar vai agir primeiro porque ele tem um vínculo com aquela comunidade. Geralmente as denúncias vão chegar primeiro e diretamente ao conselho, ou pela própria família, ou pela própria criança, o que é mais difícil, ou por alguém da comunidade. O Conselho Tutelar tem autonomia de fazer uma primeira visita domiciliar para fazer averiguações em relação à denúncia, num primeiro atendimento.”

Ela explica que o conselho tutelar também age quando informado por unidades de saúde sobre uma possível agressão ou suspeita de um abuso. “O primeiro atendimento é no Conselho Tutelar nos casos de abusos ou de violência sexual que chegam nas unidades de saúde, porque muitas vezes as crianças sofreram algum machucado. Tanto faz se é uma unidade básica, unidade de referência, eles acionam o conselho tutelar da região para acompanhar o processo. Ele atende, acolhe, orienta quanto ao sistema de garantia dos direitos desse adolescente, vai acionar a justiça, acionar toda a rede para dar o devido acompanhamento.” Gláucia informa que os conselhos tutelares acionam os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Os CRAS têm um trabalho focado na prevenção dos crimes. Já os CREAS tratam das consequências e do acompanhamento das famílias que sofreram tais violações de direitos. “A política de assistência social tem uma rede de referência especializada em assistência social (CREAS), que é a chamada proteção social especial, tem uma equipe de assistente pessoal, psicólogos que vão acolher via conselho tutelar”, detalha.

Segundo ela, as vítimas recebem esse acolhimento, com papel fundamental do conselho tutelar nessa engrenagem. “Ele é o receptor porque, muitas vezes, tem o vínculo comunitário mais direto com essa denún-

cia.” Faz parte desse acolhimento às vítimas uma primeira conversa que é realizada pelo próprio conselheiro tutelar. “Sim, ele vai escutar, ele vai receber a denúncia. Porque tem elementos objetivos visíveis. Quanto aos elementos subjetivos dos processos de violência sexual, o conselheiro tutelar não pode fazer nenhum tipo de exame físico nem psicológico”, esclarece Gláucia, já que mesmo essa parte de um exame mais profundo e que acessa um plano mais íntimo da vítima é da alçada de pessoal mais especializado, como assistentes sociais e psicólogos.

Ela ainda explica sobre o andamento das denúncias, que vão desde a queixa inicial, até chegar às delegacias especializadas. Após essa etapa, a vítima é encaminhada para a realização de exames de corpo de delito. “Infelizmente é isso mesmo. A criança que sofreu o abuso vai passar por um atendimento ginecológico para a médica emitir um parecer indicando se houve ou não a violência e há quanto tempo essa violência acontece. Isso só um parecer médico pode garantir.” Depois, a vítima é encaminhada ao CREAS, que garante o tratamento pós-violência e durante esse período a assistente social avalia se há necessidade de a criança ou adolescente ir para um abrigo ou se há possibilidade de permanecer em casa ou com algum parente.

A parte mais difícil é quando existe dependência financeira e/ou emocional da esposa em relação ao marido – nos casos em que ele é o agressor –, como afirma a psicóloga e professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Marina Morabi. Segundo ela, o agressor usa essa relação familiar para chantagear a vítima. “Às vezes, a pessoa que comete os atos de violência aproveita desse movimento, que é um discurso que massacra como um componente de culpa: culpa de manter o abuso, culpa de esconder o abuso. De toda maneira, ela se sente culpada e a culpa paralisa.” Assim, não existe só um âmbito de violência nessa família, mas todo um ciclo que parte desde a relação entre os genitores até o abuso das crianças. Desse modo, o conselheiro tutelar já deve estar preparado para auxiliar em tais situações, incluindo quando existem denúncias anônimas, porque a própria família pode não enxergar o que está acontecendo.

Nesse contexto, a escola é o principal elemento para a percepção de abusos, como afirma a professora e assistente social Gláucia Lélis. “Pessoas da educação convivem muito com as crianças e podem identificar mudanças de comportamentos, podem identificar déficit de atenção, a timidez excessiva ou vários outros comportamentos, que podem ser ou não necessariamente uma timidez exacerbada isoladamente. Isso, por si só, não é sinal de que a criança está vivendo algo que merece atenção, mas isso em conjunto pode ser indício de que a criança está vivendo alguma situação de violência.”

Por isso, Gláucia ressalta a importância do preparo dos profissionais

da educação em relação a esses tipos de situação e fala também da educação sexual como pilar da identificação de abusos pelas próprias crianças/adolescentes. Relacionado a esse processo de denúncia por essa vertente educacional, encontra-se, na maioria das vezes, um empecilho recorrente: o tempo. A assistente social conta uma história em que o padrasto abusava de sua enteada aproveitando-se do fato de que a mãe dela sofria com uma doença degenerativa. O processo dessa jovem foi atendido de forma rápida porque ela já possuía contato com pessoas que conheciam conselheiros tutelares e assistentes sociais, mas em média existem denúncias que demoram até 6 meses para serem verificadas.

Além disso, em muitos processos de denúncia desses abusos quem mais sofre é a criança, porque além do exame de corpo de delito que elas precisam fazer – e que é invasivo e constrangedor –, ainda existe a necessidade de repetir o mesmo procedimento várias e várias vezes, o que torna esse período ainda mais traumático. “A partir daí, existe uma luta muito grande em manter a proteção dessa criança. Tem mais de 15 ou 20 anos que há uma proposta de depoimento sem dano, que é fazer a oitiva da criança acompanhada da equipe que a está atendendo e gravar este depoimento. Isso deve ser constituído como prova para evitar o que a gente chama de revitimização do sujeito que viveu o ato de violência – só que isso não foi implementado em todos os lugares”, aponta Gláucia. “E na minha opinião vale tanto para a criança quanto para a mulher, porque há uma revitimização toda vez que o sujeito que a vítima de violência tem que repetir o relato, revivendo aquele trauma”, salienta.

O depoimento sem dano é essencial tanto para facilitar o processo de denúncia quanto para diminuir os danos causados pela violência. Se ele fosse colocado em prática em relação à questão jurídica, a vítima seria ouvida com mais privacidade e de forma mais natural, para que neste momento ela tivesse ao menos um pouco de conforto. “A equipe que acompanha a criança passa as questões. Ela (vítima) não vai estar exposta fisicamente. Em uma sala específica, a equipe está com um aparelho de gravação, o juiz formula a questão para que a assistente social ou um psicólogo faça as perguntas para a criança. Só que isso depende de recursos, depende de ter a sala de atendimento específico, depende de uma logística”, afirma Gláucia.

Ainda assim, mesmo com o processo sendo traumático, é necessário que exista a denúncia, principalmente em relação às crianças. Já em relação às mulheres, o maior problema é que, após o abuso, muitas acabam voltando com o agressor devido à dependência emocional e financeira. E infelizmente, os índices de agressão contra mulheres crescem gradativamente.

# VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Muitas mulheres sofrem ou já sofreram com a violência doméstica. Maria da Penha Maia Fernandes nasceu na capital do Ceará, Fortaleza, no dia 1 de fevereiro de 1945. Ela não foi a primeira mulher e infelizmente não será a última a sofrer com a violência doméstica. Maria da Penha foi vítima, além da violência doméstica, de duas tentativas de feminicídio. A primeira em 1983, quando levou um tiro nas costas enquanto dormia. Como consequência, ela ficou paraplégica. A polícia aceitou a versão de que havia sido uma tentativa de assalto. Assim que voltou à sua casa após quatro meses de internação, Marco Antonio, ex-marido e agressor, a manteve por 15 dias em cárcere privado e tentou eletrocutá-la enquanto ela tomava banho.

Após todos esses acontecimentos, a família e os amigos tomaram uma atitude e Maria da Penha procurou a justiça, mas apenas oito anos após o crime, Marco Antônio foi julgado pela primeira vez. Sentenciado a 15 anos de prisão, o agressor, por meio de recursos judiciais, conseguiu sair do Fórum em liberdade. Em 1994, ela publicou a primeira versão do livro “Sobrevivi”, que conta toda a história, obra que foi reeditada em 2010. Já em 1996, ocorreu o segundo julgamento do acusado, no qual o agressor foi condenado a 10 anos e 6 meses de prisão, mas novamente não cumpriu a pena devido a alegações de irregularidades processuais por parte dos advogados de defesa.

Em 1998, o caso de Maria da Penha ganhou maior relevância. De acordo com o Instituto Maria da Penha, “o ano de 1998 foi muito importante para o caso, que ganhou uma dimensão internacional. Maria da Penha, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA)”.

E finalmente em 2001, o Estado brasileiro foi condenado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras. E então, em 7 de agosto de 2006, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha. Ariana Teles, Presidente da Comissão da Mulher da OAB em Goiás, afirma que o dispositivo é considerado um exemplo internacional. “Esse caso gerou, inclusive, um problema de coregedoria para a autoridade policial que na época conduzia o inquérito, porque ele não se desenrolava. O caso finalmente virou uma ação e essa ação durou 20 anos. Quando estava prestes a prescrever, quase 20 anos depois, exatamente o tempo de prescrição do crime de homicídio naquela

época, eles conseguiram anular o julgamento. Então voltou tudo, retroagir as fases do processo. E demorou mais, teve condenação e anulação. Como o processo nunca se encaminhava, a história da Maria da Penha foi parar nas organizações internacionais que tratam dos Direitos Humanos, e o Brasil - a primeira vez que o Brasil como Brasil e não como União -, o Brasil como País foi condenado por não dar uma solução para aquele crime. Dentre as condenações estava a obrigação de se elaborar uma legislação que pudesse trazer proteção aos direitos das mulheres que sofriam violência doméstica. Nasceu em 2006 a Lei Maria da Penha e essa lei é hoje considerada a terceira melhor do mundo no quesito de proteção às mulheres”, relata Ariana.

Maria da Penha foi uma das mulheres que sobreviveram à violência doméstica, o que não acontece sempre. No Brasil, os índices de mortes de mulheres são altos. De acordo com o Mapa da Violência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2016 uma mulher foi morta a cada duas horas no país. A agressão física contra mulheres ocorre a cada 2 minutos no País e conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, a cada ano, cerca de 1,3 milhão de mulheres são agredidas no Brasil. “O índice de violência doméstica com vítimas femininas é três vezes maior que o registrado com homens. Os dados avaliados na pesquisa mostram também que em 43,1% dos casos, a violência ocorre tipicamente na residência da mulher, e em 36,7% dos casos a agressão se dá em vias públicas. Na relação entre a vítima e o perpetrador, 32,2% dos atos são realizados por pessoas conhecidas, 29,1% por pessoa desconhecida e 25,9% pelo cônjuge ou ex-cônjuge”, aponta o relatório da pesquisa.

Alice (nome fictício) faz parte dessa estatística. Ela sempre morou com os seus pais e o seu irmão mais novo e cresceu em um ambiente totalmente machista, presenciando sempre opressões. Faz exatamente dois anos que a conheci e toda vez que nos encontrávamos, ela estava bastante sorridente e nunca passou pela minha cabeça os inúmeros problemas que enfrentava em casa.

“Eu tenho 18 anos e sempre morei com meu pai e minha mãe. Nunca houve nenhuma separação e sempre presenciei vários momentos ruins de violência verbal, violência física, contra minha mãe, contra mim. Acontece várias e várias vezes e meu pai sempre foi uma pessoa muito possessiva, muito ciumenta, sempre muito controladora, tanto com a minha mãe quanto comigo”, relata.

“Eu sempre gostei muito de sair com minhas primas, ir a festas de adolescentes, essas coisas, e meu pai sempre foi muito ciumento, porque ele nunca me deixava sair. Eu acho que na cabeça dele tudo o que eu ia fa-

zer seria me relacionar com algum menino, fazer alguma besteira. Chegou uma época em que eu estava começando a gostar de um menino e para ele foi o fim do mundo porque eu quis namorar muito nova. Até que então ele deixou com muito custo, com muita dificuldade e eu achei que por ele ter deixado, iria ser tudo uma beleza, mas não”, acrescenta.

Alice enfrentou mais uma dificuldade dentro do lar após começar um relacionamento. Como se já não bastassem as inúmeras violências que sofria dentro de casa, depois que apresentou o seu namorado, seu pai parece ter encontrado mais um motivo para continuar sendo agressivo. “Ele xingava meu namorado, brigava, enchia minha cabeça por possessividade. Não me deixava sair, fiquei muito tempo sem sair com ele [o namorado]. Eu não podia ir à casa dos parentes dele, só meu namorado que vinha pra minha casa e a gente tinha que ficar perto dele [o pai], porque senão ele ficava super nervoso. Por mais que a gente fizesse tudo certinho, do jeito que ele queria, meu pai sempre colocava meu namorado como uma pessoa ruim. Sempre aconteceu muito além de não deixar eu sair com as amigas. Ele sempre tentou controlar as minhas roupas. Se eu estava de bermuda, ele falava: ‘Vai vestir outra roupa, você está muito pelada’. Só que isso ele nunca conseguiu controlar porque eu não deixei”, recorda.

“Minha mãe sempre foi de ter redes sociais, igual Facebook, Instagram, WhatsApp. O meu pai sempre foi muito controlador, olhava o WhatsApp dela, checava tudo. Se ela tirasse uma foto em que ela estivesse comportada, bonita com boa aparência, ele colocava todos os xingamentos possíveis nela e sempre colocava a autoestima dela para baixo, sempre a humilhava muito, até que ela chegava ao ponto de apagar as fotos, de não querer usar mais o celular e até ter horário [estabelecido pelo marido] para ela usar o celular. Passou um tempo, ele começou a ter o WhatsApp também, só que é diferente. Ele é controlador, ela não é”, assinala Alice.

A sua mãe, que é tratada e considerada como uma espécie de propriedade por seu pai, age conforme ele quer e se comporta da maneira que ele estipula. Por medo do agressor, ela sempre obedece todas as suas ordens. “Como ele sempre fazia isso com ela, de olhar o celular e tudo mais, quando ele teve seu celular, ela também achou que poderia ter esse poder de ficar olhando as redes sociais, ter acesso ao celular dele, de saber a senha. Ela sempre fazia um teste para perguntar: eu posso olhar? E ele nunca deixava e sempre que ela perguntava, ele começava a se transformar em outra pessoa, xingava, batia e eu entrava no meio para defender e virava aquela bola de neve, porque eu também era agredida e recebia xingamento e as coisas só pioravam”, explica.

“Com o passar do tempo, a gente foi suspeitando muito de atitudes dele e eu sempre avisava minha mãe. Mas por ela sempre acreditar nele -

ele era o errado, mas sempre a colocava como errada -, ele falava que era por culpa dela [que ele tinha os comportamentos dele]. A gente começou a desconfiar muito dele com uma pessoa próxima a nossa família, quando a gente descobriu. Foi o seguinte: ele dormiu, a minha mãe pegou o celular dele destravado foi onde a gente descobriu várias coisas dele. Descobriu que ele a estava traindo e ele falava que não, [dizia] que a gente estava ficando doida. E ele começou a agredi-la [a mãe], avançar nela, bater, xingar e falar que ela estava louca, que ela não era uma mulher e vários xingamentos bem pesados mesmo”, lamenta Alice.

A agressão e os xingamentos com a finalidade de diminuir a mulher são empregados para culpar a vítima, e infelizmente essas atitudes violentas acontecem na frente dos filhos. “Ele começou a agredi-la e eu não aceitei, entrei no meio e ele veio para cima de mim. Recebi xingamentos também, me agrediu e a gente ficou muito tempo brigando, muito tempo eu sendo agredida e eu não podia fazer nada, não conseguia denunciar, não conseguia nem sequer pensar em outra coisa a não ser querer sair de casa e defender minha mãe, era isso que eu pensava. A gente esperou o tempo para se acalmar, ele saiu de casa, levou as coisas dele tudo, e minha mãe não acreditava naquilo ainda. Ela chorava muito. Ela sofreu muito e ele colocou a culpa nela. Ele sempre falava que não era aquilo que estava acontecendo, que ele não tinha feito isso, enfim, sempre a errada era ela. Quando aconteceu de ele trair minha mãe e sair de casa, meu namorado ajudou a gente em todas as circunstâncias. Apoio moral, apoio financeiro, mas mesmo assim eu ainda o escuto [o pai] a falar mal [do namorado da filha].”

Essas situações de culpar a vítima são empecilhos para as mulheres denunciarem aqueles que as violentam. Quando a vítima está em contato direto com um agressor opressivo, ela acaba aceitando viver naquela condição, como a mãe de Alice, dona de casa e dependente totalmente do marido, emocional e financeiramente. “Passou um tempo, os dois voltaram e ele prometeu que ia mudar, prometeu que não iria mais agredir, que não iria mais xingar, prometeu ser um novo homem, mas como sempre não cumpriu. Toda vez que ele fazia as coisas, ele prometia, pedia desculpa, chorava, fazia todo o teatro e nunca mudava. Eles resolveram se reconciliar, mas passaram duas semanas desde que os dois tinham voltado e ele começou a querer agredir, a falar as coisas pra ela. Ele sempre falava assim pra mim: ‘Eu vou matar sua mãe, eu vou bater na sua mãe, eu não aguento mais ela, ela não presta’. Ele sempre repetia isso. Depois disso, ele nunca mais triscou a mão em mim. Em mim não, mas nela, já”, revela Alice.

“Teve uma vez que aconteceu depois que eles voltaram, ele a machucou e eu falei: ‘Vou denunciar’. Só que ela sempre falava: ‘Não, espera, ele vai se arrepender, calma, não faz isso’. E ela sempre fala pra mim também

que quando eu não estou em casa e os dois brigam, ele avança nela. Ela sempre fala: 'Se você triscar a mão em mim de novo, eu vou te denunciar'. Só que ela não tem coragem, ela não tem essa capacidade porque pensa que não dá conta. Foram muitos acontecimentos e ela nunca teve coragem de denunciar, desabafar, falar com alguém", diz. O medo de expor o que enfrenta dentro do seu lar diz muito a respeito de como a violência não é apenas física, mas também psicológica. As idas e vindas dentro do relacionamento são a condição do medo perante o que o marido pode fazer e a esperança que ele ainda poderá mudar.

"Quando havia machucados nela, as pessoas perguntavam e ela sempre falava: 'Ai, eu cáí, bati em tal lugar'. Mas nunca teve a coragem de falar: 'Ele triscou a mão em mim, ele me machucou'. Ela nunca teve essa coragem." Alice hoje ainda mora com os seus pais e trabalha para ajudar nas despesas de casa. Elas ainda sofrem violência, principalmente a verbal. Recentemente, ela comprou um apartamento para se mudar com o seu futuro esposo, pois quer viver uma nova vida, mas o medo de deixar sua mãe em casa ainda a aflige. É neste momento que entra a dependência emocional, quando a mulher não enxerga naquele companheiro um abusador.

"Imaginem vocês nessa situação dessa mãe ou desse pai. Eu tenho uma visão do meu companheiro ou do meu filho, eu posso olhar e não ver nada, mas não é porque eu não quero, é porque eu não estou vendo", afirma a psicóloga e professora da PUC Goiás, Marina Morabi. É como se existisse uma venda sobre os olhos que impossibilita a esposa de perceber o quão aquele marido é abusador. Já a dependência financeira age ainda mais forte porque muitas mulheres abandonam carreiras profissionais para viver em prol dos filhos e quando há a separação, ela não possui um meio de sustentar a família, agora como mãe solteira. Tal situação prende a mulher aos abusos, à violência, porque o medo de entrar para estatística de pessoas que estão em situação de rua é maior e as faz aguentar o convívio com o agressor.

Ariana Teles, Presidente da Comissão da Mulher da OAB em Goiás, comenta sobre as condutas que caracterizam as violências domésticas. "As condutas em si são aquelas tipificadas na Lei Maria da Penha como violências. Então são cinco tipos de violência: violência física, violência moral, violência patrimonial, violência sexual e violência psicológica. As condutas são todas as que enquadram nesses tipos de violência que estão discriminados na lei. A lei tipifica essas violências e as condutas podem ser diversas, desde que elas se enquadrem naquelas violências praticadas. Quando eu digo diversas é porque a Lei Maria da Penha não é uma lei, por exemplo, criminal. Ela não é uma lei penal que estabelece ali os crimes praticados contra as mulheres. Por exemplo uma ameaça pode configurar um tipo de violência descrita lá, um estupro caracteriza uma violência descrita lá".

Ela ainda afirma que “o que vai definir a conduta é a adequação daquele tipo de violência e a circunstância de ser praticado no âmbito doméstico, que também é definido pela lei. A lei vai estabelecer quais são os limites para caracterizar a violência doméstica para não cair, por exemplo, na vala comum de outros crimes praticados contra as mulheres, mas não na circunstância de violência doméstica. E aí, de acordo com a conduta praticada e se enquadrar dentro do âmbito da violência doméstica e se enquadrar no tipo de violência que são definidos pela lei, então é violência doméstica”.

A Lei Maria da Penha tem o papel de proteger as mulheres vítimas de violência doméstica e punir os seus agressores. Segundo a advogada Ariana Teles, a história do nascimento desta lei traz um drama. “A Lei Maria da Penha é muito interessante no processo de nascimento dela, porque ela conta a história da própria Maria da Penha que ganhou nome. A Maria da Penha era uma química, portanto uma mulher estudada, uma professora universitária que se casou também com um professor universitário. Ele é estrangeiro, os dois até hoje vivem e o que acontece, conta uma história toda que a Maria da Penha sofreu alguns tipos de abusos no relacionamento abusivo. Ela conta em um dos relatos dela que tem ali vários deles, inclusive o Instituto Maria da Penha trata disso bem. E ela diz o seguinte, que ele era uma pessoa quando ela se apaixonou e que depois que ele se casou com ela ele virou outra pessoa, principalmente após o nascimento das duas filhas.”

Ariana ainda ressalta que o relacionamento que a Maria da Penha possuía mostrava todas as características que denotam abusos. “Ele dava má respostas, ele tinha um certo incômodo por ela ser uma mulher, uma professora, alguém que tivesse uma reputação, alguém que tivesse um emprego, enfim, um renome no que fazia. Ele tinha um ressentimento disso é a certa altura do relacionamento após o nascimento das filhas ela diz que isso ficou mais evidente e que ele arrumou uma amante”, aponta.

“Ele tentou matar Maria da Penha duas vezes. A primeira vez que ele tentou matá-la, ele simulou uma espécie de assalto e nesse momento, nessa primeira tentativa, ela já sofreu o acidente que a deixou paraplégica. No segundo momento, conta a história que ele tentou matá-la, e todas as duas vezes foi de forma dissimulada, ele não assumiu isso, por isso que ele foi processado. Na segunda vez, como ela já estava paraplégica ele tentou matá-la eletrocutada. Bom, nenhuma das vezes teve êxito, graças a Deus, mas aí ela se percebeu no relacionamento abusivo, ela percebeu que ele estava tentando assassiná-la. Com a ajuda da família e advogados, o caso foi judicializado”, sublinha.

Algumas mulheres não recorrem até uma delegacia para denunciar os seus companheiros. Muitas delas não fazem a denúncia por medo das

ameaças e há uma enorme impunidade judicial por conta disso. O percentual estimado é que somente 22,1% delas recorrem à polícia, enquanto 20,8% não registram queixa. A dependência financeira também é uma aliada para esse quadro, já que a maioria das agredidas, por serem donas de casa, acabam aceitando a situação e não conseguem se desligar do companheiro por depender totalmente dele, seja pelo lado financeiro ou também pelo emocional.

A mãe de Alice, mesmo sendo vítima de violência doméstica recorrente, nunca denunciou o seu companheiro, pois tudo que ela precisava comprar tinha que passar primeiro por ele e o marido nunca permitiu que ela trabalhasse. “E ela nunca teve a coragem de denunciar e o motivo dela voltar é porque na cabeça dela, não tem condições de criar os filhos, não tem condições de trabalhar. Aquilo tudo que ele fala encaixou na cabeça dela, que ela não consegue, que ela não é capaz. A possessividade dele acabou transformando-a em uma pessoa que ela não é”, lamenta a filha.

Esse cenário implica em como a mulher vai seguir após romper esse laço e em como irá cuidar dos seus respectivos filhos. O lado emocional pode ser um dos fatores que explicam o fato de muitas mulheres não levarem o caso adiante, pois a maioria sofre essa pressão psicológica e as ameaças se tornam cada vez mais frequentes por parte de quem deveria ser denunciado. Ariana reforça essa perspectiva. “A mulher, às vezes, encontra-se em um estado de vulnerabilidade e em grande perigo de perder a própria vida e tem poucas soluções de defesas diante dela, pois está envolvida psicologicamente, abalada emocionalmente. Ela não sabe pensar e a quem recorrer, e mais do que isso, é o medo de expor o agressor. Quando ela se encontra nesse contexto, está em estágio extremo de vulnerabilidade e de fragilidade”, acrescenta a advogada Ariana.

Os casos de violência não acontecem somente em lugares e com pessoas mais vulneráveis. Independentemente de gênero, raça, classe social e local, existem inúmeros casos de agressões verbais, sexuais e físicas. A presidente da Comissão da Mulher da OAB deixa claro que o caso Maria da Penha é típico, demonstrando que a violência doméstica pode acontecer em qualquer ambiente, inclusive em lares onde as pessoas são instruídas e estudadas.

Essa lei garante a proteção das vítimas de violência doméstica, prezando pela vida de cada uma dessas mulheres. Mas para chegar a ser oficializada como uma lei, a própria Maria da Penha enfrentou diversos obstáculos para que as devidas medidas de proteção fossem cumpridas, mesmo diante de todo o histórico de violência e abusos psicológicos que ela enfrentou. Ir a uma delegacia prestar queixa contra o próprio companheiro é bastante desconfortável, além de fazer reviver todas as cenas no momento de expor como ocorreram as agressões. Certamente, alguns anos atrás era ainda mais complicado ir às delegacias para conseguir ajuda, pois a maioria era

sempre composta por homens e com todo o machismo instaurado em nossa sociedade, a mulher acabava deixando de lado os seus direitos por medo de passar por julgamentos e opressões.

A própria Maria da Penha teve que suportar isso. A advogada Ariana, ao contar a trajetória da mulher que inspirou a lei, diz que ela passou por julgamentos, discriminação e em todo momento tentaram desacreditá-la em seu depoimento quando ela se referia ao próprio marido. Esse relato, imediatamente, leva à reflexão sobre a quantidade de mulheres que foram silenciadas e sofreram caladas no tempo em que não existiam leis como essa que garantisse a segurança de todas as vítimas. Se hoje a nossa sociedade tem traços machistas, antigamente era muito pior, ainda mais mulheres que viviam sob cautela de seus companheiros e era vista somente como dona do lar. Somente a partir da década de 1970 a mulher parou de estar destinada ou de ser vista apenas como “dona do lar”.

Ariana também cita quais os tipos de apoio que essa lei assegura. “As medidas protetivas ela vem justamente para salvar a mulher daquela situação e mesmo ainda vemos uma série de casos com as medidas decretadas, ainda há casos que ela ainda está suscetível a acontecer outros tipos de agressão”, acrescenta.

Esse é mais um dos exemplos em de vítimas e mulheres que tem medo de prestar queixa, alguns agressores mesmo com as medidas protetivas decretadas eles acabam violando a lei e passando por cima do que lhe foi imposto, casos como esses são bastante recorrentes, principalmente de vítimas que sofreram agressões mesmo com a justiça impondo medidas protetivas contra o companheiro. Mas em 2017 houve uma alteração na lei, o descumprimento dessa medida virou crime e se o agressor desacatar, automaticamente vira um crime e será configurado como uma nova conduta em relação a vítima que mantinha o distanciamento.

Existem as inúmeras falhas na lei e a advogada cita alguns desses empecilhos: “O que falta a ela muitas vezes é a efetividade do seu cumprimento, algumas políticas públicas que são estabelecidas e que às vezes não é destinado recurso para o cumprimento dela ou mesmo a estrutura necessária para que essas políticas públicas aconteçam”.

O cumprimento total da lei realmente nem sempre se efetiva. Alguns relacionamentos costumam ser abusivos e intolerantes. Uma das autoras deste livro já presenciou algo desse tipo. Uma idosa aposentada de 64 anos conheceu um rapaz de 37 e decidiu levá-lo para a sua casa para morarem juntos. No início era tudo muito lindo. Este relato é de uma pessoa que mora ao lado desse casal e que inúmeras vezes ouviu e testemunhou casos absurdos como este que será contado a partir de agora.

Ao mesmo tempo em que todos estranharam a diferença de idade dos membros do novo casal, também não entenderam como ela havia iniciado esse novo relacionamento. Viúva e com os filhos criados, havia muito tempo que ela morava sozinha. O rapaz era alcoólatra e com o passar dos meses a relação começou a ficar conturbada. Ele não trabalhava e dependia financeiramente dela. Começaram os primeiros xingamentos, alteração na voz e logo depois veio a primeira agressão. Os vizinhos logo escutaram e ligaram para um dos filhos dessa senhora. A polícia também foi acionada. A denúncia foi feita e logo o rapaz teve que sair de casa, mas tempos depois ele retornou. Primeiramente, ele simplesmente descumpriu uma decisão judicial. Ao perceber que, mesmo amparada pela lei, ela não conseguia tirá-lo de dentro de casa, acabou aceitando a situação e o recebendo de volta.

Mesmo com as medidas protetivas, esse é um dos inúmeros casos de agressores que descumprem a lei e acabam tendo acesso novamente à vida de suas companheiras. A senhora de 64 anos fez novamente a denúncia, mas o rapaz ainda permanecia pela região e no final ela desistiu de recorrer e hoje em dia eles vivem juntos. Os abusos psicológicos e algumas vezes as agressões físicas ainda continuam. E muitas mulheres que acabam aceitando comportamentos abusivos e agressivos de seus parceiros dentro de casa podem se tornar parte da estatística de feminicídio. A Lei do Feminicídio é de grande relevância, já que ela prevê uma pena maior para os agressores e, finalmente, os enquadra em um crime hediondo, que são aqueles de extrema gravidade. Segundo o portal do Conselho Nacional do Ministério Público, crime hediondo “em Direito Penal, é um adjetivo que qualifica o crime que, por sua natureza, causa repulsa. O crime hediondo é inafiançável e insuscetível de graça, indulto ou anistia, fiança e liberdade provisória. São considerados hediondos: tortura; tráfico de drogas; terrorismo; homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente; homicídio qualificado; latrocínio; extorsão qualificada pela morte; extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada; estupro; atentado violento ao pudor; epidemia com resultado morte; genocídio; falsificação; corrupção ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889/56, tentado ou consumado”. O crime de feminicídio é classificado como aquele que é motivado por condições de gênero, violência doméstica, entre outros. E com a lei, a pena ficou estipulada em 12 a 30 anos.

Entretanto, a lei foi sancionada apenas em 2015. Muitas mulheres morreram e não tiveram a justiça merecida. E mesmo com todos os trâmites legais, muitas vítimas continuam injustiçadas. A Lei do Feminicídio

demorou bastante tempo para ser sancionada, visto que muitas mulheres foram mortas “em defesa da honra” de muitos homens, por exemplo. Mas é uma conquista de anos de luta e que agora deve ser ao menos seguida, uma espécie de reparação histórica conosco, as mulheres. Por exemplo, quantas milhares de mulheres foram vítimas das invenções jurídicas chamadas “crime passionnal” ou “legítima defesa da honra”? Esse argumento de legítima defesa da honra, de acordo com o portal “Migalhas de peso”, especializado em debater violências contra as mulheres, teve sua mais notória aparição no caso da morte da socialite Ângela Diniz, na década de 1970. Ela tinha apenas 32 anos de idade quando foi assassinada de maneira fria pelo então namorado, o empresário Doca Street. Foram quatro tiros a sangue frio. A morte de Ângela, assim como de outras vítimas mulheres, teve como justificativa seu pretenso “mal comportamento”. A exposição da vida pessoal como ponto central para pautar a defesa de um assassino ocorreu neste caso, como em tantos outros antes e depois dele.

O agressor contava com essa desculpa para seu crime e em muitas vezes, pasmem, acabava inocentado sob esse argumento. Atrelada a essa questão, havia a alegação do crime passionnal, que é semelhante à defesa da honra, mas que se instaurou como um tipo de delito movido por sentimentos de amor, ódio, raiva, entre outros. Como foi apresentado no artigo “Crime passionnal: quando a paixão aperta o gatilho”, das autoras Camila Gonçalves Mazzuchell e Kátia Regina de Oliveira Ferreira, de 2007, o crime passionnal pode ser assim caracterizado: “Podemos considerar o composto “homicídio passionnal” à luz de dois sentidos. Técnico-juridicamente é “a conduta de causar a morte de outrem, levado por uma forte paixão ou emoção”, ou seja, o homicídio praticado por ódio, inveja, ciúme ou intenso amor. A segunda concepção da expressão enquadra-se no campo jurídico penal e doutrinariamente designa, estritamente, a conduta do cônjuge traído que, por ciúme ou amor incontrolável ou desvairado, mata o seu cônjuge adúltero ou o amante deste.”

As mulheres eram mortas e tais atitudes dos agressores eram explicadas e até perdoadas por um suposto “amor incontrolável”, uma “paixão ardente” ou um “ciúme além das medidas”. Mulheres brutalmente assassinadas por homens que as viram como objetos sexuais, alvos de certa “devoção”, em que o amor, o ódio, o ciúme eram considerados elementos subjetivos para comprovar um pretenso crime passionnal, ou quem sabe poder-se-ia dizer até, um “homicídio conjugal”. Nós, mulheres, mais uma vez sendo alvos e a sociedade sendo permissiva e cúmplice com homens que provassem que foram zombados e atacados em sua honra, o que os autorizaria a apertar o gatilho. E como já foi dito anteriormente, apenas em 2015, matar mulheres passou a ser considerado de fato um feminicídio.

Mas só este ano, 2021, o uso do argumento da legítima defesa da honra foi totalmente proibido, com o Supremo Tribunal Federal reafirmando que tal tese é inconstitucional. Além disso, existe um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que reforça esse entendimento, como informa a Agência Câmara de Notícias: “O Projeto de Lei 781/21 estabelece que não se considera legítima defesa o ato praticado com a suposta finalidade de defender a honra, a intimidade ou a imagem do autor do crime ou de terceiros, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta insere a medida no Código Penal.” A lei foi proposta em razão de que a alegação de “legítima defesa da honra” para casos de feminicídio fere os direitos da dignidade da pessoa humana, proteção à vida e à igualdade de gênero. A deputada Renata Abreu (Podemos-SP), autora do projeto, ainda deseja a mudança total na lei para que não haja quaisquer maneiras de burlar ou de gerar entendimentos ambíguos. “Consideramos que a solução mais acertada para corrigir essa insegurança jurídica seja a alteração da legislação federal, eliminando as possibilidades de controvérsias judiciais a respeito do tema”, declarou a parlamentar à Agência Câmara de Notícias.

## LARES QUE FORMAM AGRESSORES

Com a reintegração do agressor à família, muitos fatores tornam-se mais graves. Como citado anteriormente, os abusos psicológicos e as agressões físicas persistem e tendem a piorar. Neste contexto, os lares agressivos e assombrados pelo medo não são tão raros assim. Por motivos de a mãe depender do companheiro, sendo ele o seu alicerce e sustento, a mulher, pensando nos filhos, acaba cedendo e não reagindo como seria de se esperar. Dessa forma, pode ser um dos exemplos de casos de assédios e abusos que ocorrem no grupo familiar e que sequer chegam a ser denunciados ou investigados, devido ao medo e à dependência (afetiva ou econômica).

A criança na maior parte dos casos é quase sempre alvo pelo olhar malicioso do agressor, por serem frágeis e imaturas não sabem lidar e entender o que realmente está acontecendo. Além de não estar preparadas fisicamente e emocionalmente com a situação, elas ainda são vistas como mais acessíveis pelos abusadores, pois um passo muito difícil para essa criança é denunciar o seu agressor. Processo dificultoso uma vez que a vítima enfrenta grandes ameaças.

O ambiente familiar é o principal pilar formador de um indivíduo. O funcionamento dele reflete muito no comportamento das crianças, por exemplo. Isso significa que um lar agressivo pode gerar filhos agressivos. Neste contexto, existe uma lembrança de uma das autoras. Um homem, conhecido por ela, antes de se separar sempre foi um muito carrasco com sua esposa. Um dos filhos deste indivíduo lembra muito o pai, pelo jeito de falar, de agir e até de tratar uma mulher.

Este é um exemplo dentre muitos existentes na sociedade e dos mais diversos tipos de violência. Segundo estudos realizados durante 20 anos pela equipe de Cathy Spatz Widom, psicóloga e professora do John Jay College of Criminal Justice, em Nova York, o fato de o indivíduo ter sido exposto à violência aumenta o risco de ele reproduzir esses padrões em 30%. Podemos concluir que então muitos agressores atualmente são frutos de lares onde cenas de agressão eram constantes, frutos de negligência dos próprios pais.

Assim, o ambiente que seria para gerar segurança, conforto e um bom desenvolvimento para crianças e adolescentes acaba sendo contrário a isso. Torna essa pessoa em formação de caráter mais suscetível a ter comportamentos desagradáveis, o que muitas vezes que vai atacar a intimidade e dignidade de outra pessoa. Comprovando cada vez mais aquela estatística de que 30% das pessoas inseridas em lares expostos a violência reproduzem esse padrão, muitas vezes os agressores nem consideram que

suas atitudes reprováveis sejam um problema.

O local da violência agrega muito em relação à proximidade, o leito familiar nem sempre é considerado um lugar de confiança e na maioria dos casos o agressor ou agressora é alguém da família. Um grupo amplo, constituído por tios, padrastos, avós, mães, pais, primos, e até mesmo amigos próximos dos familiares. Segundo os dados citados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018, em 76% dos casos de estupro de vulnerável, o agressor possuía algum vínculo com a família, desde parentes até amigos próximos. Isso ocasionou que o abuso tenha sido cometido em ambiente familiar.

De acordo com a Lei 8.069/1990, com alterações da Lei 11.829/2008 Art. 240. A pena para os acusados de abuso sexual contra criança e adolescente é de 4 a 8 anos e sofre alteração quando (Artigo 226 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940).

“III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento”.

O aumento da pena é decorrente do fato de o crime ser cometido em um ambiente de confiança, onde o indivíduo deveria ter a liberdade de crescer e se desenvolver sem receber olhares maliciosos ou ser atacado por um estuprador em potencial. O lar, como foi citado anteriormente, faz parte da formação da pessoa. Agora se imagine convivendo com o próprio agressor? Tendo medo a cada jantar, a cada momento junto e a sós? Muitas crianças passam por isso e o problema está principalmente ligado, muitas vezes, ao fato de as famílias não perceberem os sinais ou acobertarem, propositalmente, os abusos.

A falta de percepção dos responsáveis pelos sinais que a própria criança dá, como marcas pelo corpo, mudanças de comportamentos e dores nas áreas genitais, contribui para a recorrência do crime. Esses sinais são alguns que a criança/adolescente pode mostrar. Além disso, muitas dessas vítimas não contam o que aconteceu ou vem acontecendo por medo do agressor, por vergonha ou constrangimento. Isso faz com que só depois de virar adulto, a pessoa venha a acusar o agressor. Uma Comissão Real (espécie de comissão de inquérito com poderes judiciais comum nos países da Commonwealth, a Comunidade Britânica), com a temática de abuso sexual de menores de idade, realizada na Austrália de 2013 a 2017, constatou que as vítimas abusadas na infância podem levar até 26 anos para falarem do assunto.

Esse tipo de comportamento é compreensível porque um estupro já gera grandes traumas na fase adulta. Na infância, então, é muito mais devastador. Entretanto, essa atitude acarreta a impunidade do agressor, porque

no Brasil, por exemplo, tudo que é julgado deve ser provado, e nos casos de estupro são procuradas marcas no corpo que com o tempo desaparecem. Assim, as dores psicológicas nunca vão ser ao menos amenizadas, mas é compreensível que muitas vítimas acabam não denunciando. Os processos de denúncia já são humilhantes pelos diversos tipos de exames, como o de corpo de delito, o que é piorado quando são realizados por homens.

Ao falar sobre os perfis das vítimas de abusos sexuais no infográfico de 2018, com informações do Ministério da Saúde disponibilizadas pelo jornal O Globo, constata-se que os agressores optam por meninas ao invés de meninos ao praticar o crime. Os abusos estão presentes nos dois gêneros, mas como é abordado no levantamento a partir de dados do Ministério da Saúde, as meninas são o principal alvo. Isso é explicado pelo fato de estarmos inseridos em uma sociedade historicamente machista, em que as crianças são consideradas frágeis. E crianças do sexo feminino são consideradas ainda mais vulneráveis. Reforçando o que foi dito anteriormente, os abusadores de menores de idade buscam tais vítimas por considerá-las fáceis de manipular. Dentro deste ponto da sociedade historicamente machista, as mulheres são consideradas seres mais frágeis porque na história, antes dos diversos direitos conquistados, nós éramos taxadas como donas de casa que serviam apenas para a reprodução e para satisfazer as vontades do marido.

Nesse contexto, mulheres seriam incapazes de ter opinião própria e trabalhar fora de casa. Um exemplo disso foi em Atenas, um símbolo da democracia elitista, em que apenas homens livres poderiam votar. Isso mostra que as mulheres não eram nem levadas em consideração na vida pública. Para não ir tão longe e trazer para um contexto atual, as mulheres que vivem em algumas tribos africanas, na transição para a fase adulta, são obrigadas a passar pela mutilação sexual que muitas vezes pode levar até à costura de suas vaginas ou à amputação do clitóris. Tudo isso para seguir “lendas” e tradições de ancestrais. Assim, a mulher, além de não ter nenhuma dignidade sexual, ainda é humilhada.

O problema nas questões de violência sexual é que ninguém está disposto a discutir os motivos dela, os números altíssimos, por exemplo, que abusam crianças de 0 a 9 anos, e que dentro disso, 76,4% das vítimas são meninas:

## Meninas são principal alvo

Total de notificações de crime sexual contra crianças e adolescentes



Fonte: Ministério da Saúde



O GLOBO

A partir do infográfico publicado pelo jornal O Globo, com dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, é possível perceber que o abuso sexual ocorre em maior número com crianças e adolescentes de 10 a 19 anos. Essa preferência pode ser fruto do período de desenvolvimento do corpo (puberdade acontece neste período), atraindo mais a atenção dos abusadores. O que muitos dos agressores sexuais afirmam é que a vítima estaria crescendo e despertando o desejo. Muitos ainda alegam que uma criança de 10 anos os estaria seduzindo, quando elas não têm conhecimento nem do próprio

corpo. Por isso, a importância da educação sexual nas escolas tanto para as crianças conhecerem os próprios corpos, o que evitaria gravidez na adolescência e a contaminação por DSTs, quanto para saber reconhecer que estão em posição de vítimas de abuso sexual.

Outro ponto importante do levantamento são os abusos cometidos dentro de casa. O infográfico mostra que a maior parte dos abusos, tanto com crianças de 0 a 9 anos, quanto com adolescentes de 10 a 19 anos, acontecem no ambiente do lar. Como já foi dito, o ambiente de proteção torna-se o pior filme de terror já passado pelas vítimas. E não chega a ser uma surpresa que o pai das crianças abusadas na faixa etária entre 0 e 9 anos seja, de acordo com a pesquisa, o maior agressor.



# Infância Roubada



Kamila (nome fictício) ainda era uma criança quando os abusos começaram. Muito nova para entender o que estava acontecendo, ela não conseguia associar a sua relação com o companheiro de sua mãe. “O que eu tenho são memórias, são lembranças do que aconteceu, penso eu. Na minha cabeça foi muito tempo. Depois de adulta, a avaliação que eu fiz, e assim juntando os lugares que eu frequentava, julgando as memórias que eu tinha na casa, foi que aconteceu isso. Eu imagino que a situação mesmo de abuso aconteceu entre meus seis anos e meio e os meus sete anos e meio. A pessoa que abusou era o marido da minha mãe e na minha cabeça as coisas são muito misturadas. Minha mãe separou do meu pai, eu era muito novinha, eu tinha três anos de idade, e depois do meu pai a única pessoa que eu vi com minha mãe, que tenho lembrança, foi ele”, relata.

“Eu me lembro de ir para um lugar onde ela se encontrava com ele, que era o bar que ele tinha. Eu me lembro de ganhar chocolates, ganhar balinha. Me lembro muito de ele me colocar no colo demais. ‘Tá vendo a memória vem ela é firme nisso’. Mas na minha cabeça, era um amigo da minha mãe que estava me dando uma balinha, estava me dando chocolate nesse bar. Essa é a lembrança forte que eu tenho”, assinala. No início do relacionamento, a criança já foi vista com outros olhos pelo companheiro da mãe e esse é um dos aspectos que marcam sua memória quanto a essa vivência dolorosa. A inocência da criança em não saber o que estava acontecendo e os olhos puros por não enxergar maldade em ninguém.

“Depois de um tempo, a outra lembrança que eu tenho já é de ele morando na minha casa. Eu me lembro muito dele no fogão fazendo comida, lembro que a comida dele era muito gostosa, ele fazia lanches à noite. Minha irmã sofreu abusos junto comigo. Nós dormíamos no mesmo quarto e ela tinha uma diferença de quase três anos em relação a mim. Então, com ela a coisa aconteceu muito mais cedo, mas eu não me lembro dela ir comigo nesse lugar, ganhar balinha também, ganhar chocolate. Então, para nós, de início, era uma pessoa muito legal que estava com a gente. Nesse início, ele foi muito interessante desse ponto de vista, de ser uma pessoa em quem a gente confia, porque ele foi morar na casa da minha mãe, carinhoso com a gente, educado. Eu lembro disso demais, chegava sempre com picolé, chegava sempre com doce, chegava sempre com coisa para agradar a gente. Depois de adulta, a gente fica pensando: ‘Tô começando a ficar com a mão gelada’. Olha o que a gente lembra das coisas, eu fico pensando como que a coisa era complicada”, admite Kamila.

“Só para você ter uma ideia, estou casada há uns dez anos e voltando com meu marido do supermercado, ele fez uma brincadeira comigo. Estava com as mãos ocupadas com a sacola do supermercado e aí, para abrir o portão, tinha que pegar a chave e a chave estava no bolso. Olha para

você ver a bobeira. Ele brincou, fez um movimento com o quadril pra eu enfiar a mão no bolso dele e pegar a chave. Nessa hora, eu mudei de cara, eu fiquei com a mão gelada, fiquei muito brava com ele e falei para nunca mais fazer isso. Foi quando eu contei pra ele da brincadeira que a pessoa fazia comigo, ou seja, a pessoa (padrasto) ficava sem cueca e mandava eu pegar balinha no bolso e quando eu colocava a mão não era balinha. Eu enchia a mão em algo que era pra mim completamente estranha, eu nunca tinha vivido, só que para mim ele sempre ria. Era uma brincadeira para mim naquela época, era uma brincadeira porque eu não entendia nada. Aí depois ele me dava a tal da balinha, era tipo um joguinho. A balinha não estava aqui no bolso, estava ali, e me dava a porcaria da balinha”, recorda.

Essa “brincadeira” foi um dos traumas que Kamila teve após viver junto com o agressor e foi através dessa atitude por parte do seu atual companheiro, que foi praticada sem nenhuma intenção maldosa, que a fez desabafar sobre como havia sido a sua infância.

“E tinha outra que eu odiava que ele fizesse. Ele colocava a balinha na mão. Na hora que eu colocava a mão [para pegar o doce], ele me dava o dedo, não era a balinha. Quer dizer, pra mim era brincadeira, mas hoje eu vejo que isso era abuso. Mas na minha cabeça era o quê? Uma balinha. Eu não tinha muita liberdade com a minha mãe, eu não sei se acontecia com todo mundo, mas naquela época minha mãe trabalhava demais. Minha mãe era professora, passava o dia inteirinho fora de casa e esse cara vivia lá em casa. Ele vivia mancando, vivia com um negócio na perna, vivia deitado no sofá vendo televisão e eu não entendia aquilo. De vez em quando ele saía pra trabalhar. Ele era taxista. Mas de fato, essa pessoa ficava muito na minha casa. Então eu passava muito tempo com ele porque eu também ficava muito em casa, eu estudava. Eu não sei se falar assim quanto tempo do dia eu passava com ele. Durante o dia era só esse tipo de brincadeira. Mas era eu e minha irmã no quarto e minha mãe no quarto com ele, éramos só nós, as quatro pessoas na casa”, descreve.

“E eu comecei a acordar com a pessoa com a mão na minha genitália. Eu já acordava assim, com a pessoa em cima de mim. Qual é o ímpeto de uma criança? Tirar, porque estava incomodando. Eu não sabia se estava errado, não sabia se a vida era daquele jeito, ninguém nunca tinha falado comigo sobre nada disso, eu me lembro, com a memória muito longe, de a minha avó falar: ‘Cuidado, não fica sentando no colo de ninguém’. Mas eu não sei se falar se isso foi depois que a situação (abusos) acabou ou se foi antes. Minha avó falava: ‘Não pode confiar no tio, não pode confiar no primo’. Eu acho que isso foi depois, não lembro de ninguém falar sobre isso comigo antes”, acredita.

O receio de deixar crianças em contato direto com homens que se-

jam ou não da família ainda permeia nossa sociedade, mas o descuido e a não percepção de maldade nas pessoas pode cobrar um preço muito alto. “Quando a situação começava a acontecer, eu já acordava desse jeito, sentia que aquilo me incomodava, que a mão já estava lá. Aí ele dava um tapa na minha mão e falava assim: ‘Pera, sô’, e continuava forçando a barra. Para mim, aquilo era uma agonia. E a coisa que eu mais tenho lembrança, tenho mais ódio é daquela cara enorme olhando pra mim. E não era no claro, era uma coisa na penumbra, era no escuro, mas a pessoa fazia. Eu não sei te falar quantas vezes isso aconteceu, mas eu me lembro, por exemplo, de acordar e ele estar mexendo com minha irmã. Eu me lembro de acordar e ter a lembrança de ele levar minha irmã para o banheiro. Não sei se porque eu era mais velha um pouquinho e ele sentia uma certa ameaça porque eu era mais rebelde do que minha irmã. Eu nunca tive liberdade para me sentar com minha irmã e perguntar o que aconteceu de fato com ela”, confessa Kamila.

“Eu me lembro de dormir alguns dias e colocar mais de cinco shorts um em cima do outro para dificultar. Eu sabia que aquilo me incomodava. Mas eu não sabia que era errado. Para mim, a vida era daquele jeito, eu não tinha tido nenhuma instrução. Você vai me perguntar assim: E por que você não falava com sua mãe sobre isso? Vou te explicar por quê!”, pontua.

“É natural que uma criança comece a rejeitar uma pessoa dessa por algum motivo que eu não sei te explicar, e a minha mãe tinha um trem de mandar a gente pedir benção para ele para ir dormir. Eu passei a não querer pedir benção pra ele. Na minha cabeça, eu não tinha que pedir benção, comecei a ficar com raiva dele.” De repente, Kamilla para e confessa: “Minha mão tá geladinha”. A lembrança, mesmo depois de tantos anos, ainda a deixa nervosa, ainda a traumatiza. Os sinais expressados por ela falam muito por si mesmos. É nítido que esse assunto ainda incomoda muito, os movimentos das mãos acelerados em cada palavra que sai da sua boca denotam esse sentimento e dependendo do tipo de palavra, o ritmo fica cada vez mais intenso.

“Comecei a ficar com raiva dele sabendo que mais tarde ele ia pro meu quarto. Comecei a tentar fechar a porta do meu quarto, mas na minha casa as portas não podiam ter tranca. Minha mãe precisava ter acesso ao quarto na hora que ela precisasse. E ele começou a bater na minha mãe. Isso eu estou analisando, não sei te falar, porque eu ficava com medo dele ser mais agressivo com minha mãe. Eu acho que na verdade eu não contava porque ficava com medo de a minha mãe me bater. Minha mãe me batia se eu não pedisse benção pra ele, porque na cabeça dela era um desrespeito, era um absurdo um negócio desse”, relembra Kamila.

“Eu via minha mãe muito feliz, apesar de tudo. Quando ela estava

junto dele, ela era uma pessoa muito feliz. Então eu pensava: ‘Eu não vou contar, eu não vou ser a pessoa que vai destruir a alegria da minha mãe’. É isso que estou te falando hoje com 45 anos, imaginando, tentando entender o que aconteceu comigo. Eu não culpava minha mãe, eu não lembro de ficar com raiva dela e eu tentava resolver a coisa sozinha, vestindo mais roupas. Passei a desenvolver um sono pena (bem leve), eu ficava atenta. E o medo? Pensa, você vai dormir e a pessoa chegando no seu quarto. Quando você fica com medo, você dorme? Você não dorme e fica insegura. Fora os pesadelos que eu comecei a ter. Eu sonhava com ele fazendo isso e acordava e, às vezes, ele não estava ali, mas às vezes eu acordava e ele estava. A situação de uma criança nessa idade e sem saber o que aconteceu”, pondera.

Uma criança que ainda está em fase de crescimento não consegue interpretar o que realmente é um abuso e foi isso o que aconteceu com Kamila. Ela sabia que aquilo não era certo e foi a partir disso que os traumas surgiram. Cada vez mais, ela só queria manter mais distância do padrasto. “Outra coisa que é muito curiosa e vou contar isso para você é que me causa muito ódio, muito nervo. Eu limpava a casa e ele ficava na porcaria do sofá. Ele tinha uma porcaria de baralho, que ódio. Me chamava de vez em quando, abria o baralho pra eu ver as cartas. E era o quê? Eram cenas de pessoas transando, um baralho pornográfico, com posições sexuais. Aquilo pra mim era um inferno. Outra coisa que eu odiava era o que ele fazia. Estou lá limpando a casa, ele passava a perna enfiando no meu short. Eu não me lembro de depois dessa idade colocar uma saia, era só calça, só queria short. Quanto mais apertado era o short, mais difícil era ele ter acesso a mim. Eu dava um jeito”, explica.

“Eu fui desenvolvendo esses mecanismos de proteção sozinha até não aguentar mais, virar pra minha avó e falar assim: ‘Vó, fulano está me batendo’. Ele não estava me batendo, ele nunca me bateu. Minha avó, na hora, entendeu e mudou para casa da minha mãe. Minha avó mudou e acabou com a vida dela (mãe da vítima). Nunca mais isso [os abusos] aconteceu. O casamento da minha mãe começou a dar errado, ele passou a bater cada vez menos na minha mãe porque minha avó entrava no meio. O casamento acabou e eu fiquei livre. Eu não sei onde isso ia dar e onde isso ia chegar”, complementa.

O caso de Kamila segue um roteiro clássico de como a falta de diálogo entre as famílias acaba sendo um empecilho para desabafar e conversar sobre como está sendo a infância de algumas crianças. Existem diversos casos semelhantes como esse, que os pais responsáveis acabam sabendo do ocorrido anos depois e de maneira indelicada. Em um certo dia, Kamila contou para sua mãe o que havia acontecido na sua infância, mas não

foi sentada ao redor de uma mesa como vocês devem imaginar.

“Teve uma situação muito chata que aconteceu quando minha mãe soube pela minha boca. Minha mãe fez um escândalo quando achou um OB (absorvente interno) na minha gaveta de calcinhas. As mães eram muito conservadoras, nunca me sentei para conversar sobre isso com a minha mãe, nunca teve conversa, minha mãe nunca conversou. Ela sempre foi muito assim: ‘Se engravidar, vai casar’, essas coisas de conservadorismo... Eu aprendi a fazer tabelinha com minha professora de Ciências. Minha professora foi que me ensinou tudo que eu aprendi, que me ensinou sobre o ciclo menstrual. Eu sempre fui muito precoce de aprender e ir atrás das coisas. Eu não aprendi nada com a minha mãe, não aprendi nada desse aspecto com a minha avó. Foi tudo sozinha”, garante.

“Minha mãe achou esse OB e eu fiquei muito irritada dela me expor para as vizinhas, que moravam todas no mesmo lote.”

Ela descreve o diálogo que teve com a mãe:

(Mãe) – Olha o que eu achei na gaveta da Kamila! O que está acontecendo, Kamila?

(Kamila) – O que que está acontecendo? Você preocupada com o OB na minha gaveta e nunca soube que eu era abusada pelo seu marido com sete anos de idade, eu e a sua filha mais nova?”

A revelação teria chocado sua mãe.

“E foi assim, berrando, gritando. Minha mãe não sabia, ela nunca imaginou que isso tinha acontecido. Foi quando eu vi que realmente ela ficou transtornada, desesperada”.

(Mãe) – Desculpa minha filha, eu não sabia”, dizia.

“Tem criança que fica com raiva da mãe e acha que ela está deixando. Minha mãe nunca nem soube. A única pessoa que conversei sobre isso [até aquele momento] foi com a minha mãe nessa época, fazendo desse jeito. Foi horrroso, foi horrível. Para minha avó, de certa forma, eu contei, não do jeito que queria contar. Ela entendeu, mas nunca houve conversa. Ela, ao invés de resolver, de falar, NÃO! Ela se mudou lá pra casa para proteger, mas não explicou. Isso ficou na minha cabeça sem nenhum tipo de elaboração e eu nunca contei isso pra ninguém. Nem pra padre”, assegura.

A avó, por ser mais velha e ter receio e alertado a criança para não confiar em pessoas desconhecidas, foi capaz de identificar o que estava acontecendo com sua neta. Ela não perguntou diretamente para o agressor e muito menos expôs a sua filha, mas como forma de segurança, teve a iniciativa de se mudar para proteger a criança. “Nunca tive atendimento psicológico. Imagina se naquela época a mãe ia contratar psicólogo”? Nunca!”, lamenta.

“Tenho uma outra [experiência], com um primo. Eu ficava muito na casa dos vizinhos e tinha uns primos morando assim no mesmo lote e ele me colocava no colo. Ele começou a acariciar o meu ânus. Eu lembro disso até hoje. Me incomodava, mas eu pensava que era um primo tão querido. Ele nunca me deu nada, isso foi uma única vez que aconteceu também. Quer dizer, pessoa de casa, primo de perto, pensava, em quem minha mãe confia para estar no colo. Naquela época, a gente se sentava no colo demais, era uma coisa absurda, a quantidade de vezes que se sentava no colo daquelas pessoas (familiares)”, recorda.

“Então, o que eu penso é que a mãe não tem culpa, a avó não tem culpa. Mas por que é tão difícil conversar sobre isso com as crianças? Meus meninos, se passarem por uma situação dessas, eles vão saber reconhecer. Porque o que aconteceu comigo eu tive chance e até força para discutir isso aqui em casa, sem pudor. Aqui em casa eu vou para o banheiro, não fecho a porta, meu filho passa e para ele é como se fosse uma coisa natural. Ele sabe o que é menstruação desde que é pequenininho, os dois sabiam o que é camisinha desde pequeninhos”, compara.

Como forma de educar e instruir os filhos sobre a maldade do mundo, Kamila contou sobre sua infância, encontrando assim uma forma de prevenção para que aquilo que ela viveu nunca acontecesse dentro da família que havia formado. “Não contei detalhes da minha vida, mas eu falo: ‘Essa coisa acontece, as pessoas são malvadas, as pessoas fazem isso’. Essa coisa dos presentinhos, do aceitar balinha, do aceitar chocolate que eu acho que é uma estratégia que eles usam muito. Para mim foi isso, foi um recurso de aproximação. Hoje eu falo assim: ‘Gente como eu era burra, não é?’ Mas como é que você, com seis anos de idade, vai saber que isso era errado vindo de uma pessoa que está com você todo santo dia?”, pergunta.

Kamila é hoje uma mulher formada em Administração e Letras, professora em um colégio particular, esposa, mãe e uma linda pessoa. Ela casou e tem dois filhos que estão na fase da pré-adolescência. Como o seu convívio com o seu padrasto lhe deixou com o lado psicológico abalado e com alguns traumas, decidimos entender como foi o processo para depositar confiança em seu marido, já que eles tiveram juntos um casal de filhos.

“Engraçado, muito estranho, eu nunca tive esse medo. Mas assim, quando minha filha era pequenininha, eu ficava cismada, mas pra não ficar tão condicionada a isso, ele dava banho nela quando era bebezinha. Mas eu acho que a conduta dele comigo me fez confiar nele. Eu não sei se fosse outra pessoa, se eu confiaria; não sei se eu não estivesse casada e tivesse filhas, se eu deixaria conviver. Eu acho que conheci muito a história da minha sogra com meu sogro, como é o relacionamento dos dois, o que eles ensinaram para o meu marido, então tudo tem muito a ver com a pessoa”, argumenta.

“Outra circunstância, outra pessoa, outra família, não confiaria nunca, jamais. Só de ver um estranho pegando na mão de uma filha me incomoda. Eu vejo pai segurando a mão da filha, beijar a filha, ser carinhoso com a filha, eu já fico tremendo, já acho coisa errada... Tá abusando. E se fala assim: ‘Eu moro com o meu padrasto’, então, pra mim, acabou, não confio de jeito nenhum”, reconhece. Quando criança, o ato de ser colocada no colo, de ganhar balinhas e ser acariciada pelo autor do abuso é agora visto por ela como uma identificação de violência. Todas as atitudes semelhantes a essas, quando ela presencia em outros ambientes, acabam sendo gatilhos automáticos para lembrar e pensar que outras crianças estão passando pelas mesmas situações que ela viveu em seu passado.

“Mas engraçado, aqui em casa não é assim. Só que tem um detalhe também. Com a minha filha, a conversa foi feita muito cedo. Eu acho que isso afetou na decisão de eu fazer a conversa precocemente. Só para você ter uma ideia, ela era pequenininha, acho que tinha de 8 a 10 anos e ela foi preencher um cadastro em um site. Aqui em casa a gente sempre põe filtro nas coisas, até porque eu tive uma conhecida envolvida com pedofilia e a coisa aconteceu debaixo do nariz da mãe, e a mãe era uma pessoa super informada”, exemplifica.

“A minha filha só falou assim:

(Filha) – Mãe, qual é o tamanho da minha camiseta?

(Kamila) – Pra que que você quer saber o tamanho da camiseta?

(Filha) – Ah, porque eu estou preenchendo ali os dados no site, porque eu vou ganhar um prêmio.”

O diálogo abalou Kamila imediatamente. “Menina, eu e o pai, nós dois... Eu mudei até a cor da minha cara. Foi a única vez que eu dei um tapa na minha filha, fiquei descontrolada. Minha filha dizia: ‘Mamãe, mas não tem nada, é só o tamanho da camiseta!’. Aí tive que contar um pouco para ela da história, não em detalhes, mas tive que explicar o quanto as pessoas são perversas. E pra tirá-la do trâmite em que ela estava de insistir comigo para colocar o tamanho da camiseta no site, eu dei um tapa nela, para poder fazê-la quietar. E falei: ‘Acorda, escuta o que eu estou te falando’. Meu marido estava junto. ‘Escuta o que eu estou te falando, olha aqui o tanto que a coisa é séria.’ E falei para ela assim, de forma muito superficial: aconteceu isso e isso comigo, ninguém me explicou”, recorda.

Não ter tido apoio psicológico e até mesmo alguém de confiança para contar os abusos que sofreu ainda na infância refletiu sobre o momento de inocência de sua filha e foi a partir disso que ela teve coragem de explicar o motivo dos seus traumas “Outra coisa que eu fiquei traumatizada. A gente tem mania de ir para o banheiro e levar o celular pra ler igual a gente leva livro. E eu gritei do lado de fora com a minha filha: ‘Oh, menina, que

demora no banheiro? Ela saiu do banheiro e eu falei assim: ‘Você anda tirando foto de você pelada e mandando para alguém?’”, indagou.

“Olha o tanto que a mãe fica louca, tá vendo? A gente fica assim completamente afetada.” Kamilla relata um caso parecido que ocorreu com a filha de uma conhecida. “Tinha um senhor fazendo todo um processo com ela, sem falar que era um senhor, sem falar que era um velho. E ela mandou uma foto pelada para esse senhor. Chegou a mandar foto de uniforme. E se esse cara a pega e leva pra algum lugar? Tudo debaixo do teto da mãe”, espanta-se.

Nayara Lourenço do Carmo, psicóloga especializada em Neuropsicologia e Terapia Cognitivo-Comportamental, explica algumas mudanças que podem ocorrer na vida das pessoas vítimas de violência. “Algumas vítimas de violência sexual podem desencadear dificuldade com o gênero e grande parte das pessoas abusadas tem troca de gênero. O homem abusado por outro homem pode virar homossexual por isso, porque na infância ele não conhecia sobre prazer sexual, então aquele prazer apareceu para ele naquele momento. A menina do mesmo jeito. Ela pode, nesse abuso, ter uma dificuldade de relacionamento com o sexo ou se tornar lésbica, por exemplo, não generalizando, porque nem todo mundo é assim.”

Existe a crença disseminada no senso comum de que após um abuso sexual, há uma mudança de gênero ou uma alteração na orientação sexual, o que é completamente negado pela psicóloga e professora da PUC Goiás, Marina Morabi. “Eu acredito que a nossa constituição associada à sexualidade é uma construção muito complexa e parte das variadas vivências emocionais desde quando a gente estava no útero da nossa mãe. Uma mulher teria possibilidade de se tornar lésbica diante de uma situação de abuso sexual? Eu me perguntaria: Alguém se torna lésbica? Eu entendo que ao mesmo tempo que a heterossexualidade é uma construção psíquica subjetiva de personalidade desse sujeito, a homoafetividade também é. Inclusive eu acho que na metade da vida, principalmente com as possibilidades que nós temos hoje e que são muito diferente de gerações anteriores, as pessoas ainda se questionam e se perguntam dentro do grupo de amigas; ‘Nossa, mas você nunca teve vontade de experimentar?’ Esse é um discurso muito comum na adolescência, pois parece que estou ali perdendo alguma coisa porque eu não experimentei, como se fosse uma decisão a ser tomada”, analisa.

Kamila fala sobre as consequências de experiências traumáticas dessa natureza. “Isso me afetou, mas não na minha orientação sexual. Eu acho que, independentemente de isso ter acontecido ou não, a exposição que eu tive, conviver com várias pessoas, eu acho que isso não ia acontecer não. Na minha orientação, não. Agora, sexualmente falando, eu não tive experi-

ências com mulheres. Eu beijei só meninas. Ter contato com mulheres ou ter contato com homens, eu acho que pra mim a coisa da invasão é o que me irritou. O pegar sem consentimento, sem combinar, sem entender que isso não era uma coisa natural”, aponta.

“Vou contar uma outra coisa absurda que você vai falar assim... NÃO É POSSÍVEL, KAMILA! Essa pessoa que me abusou (o padrasto) tinha três filhos: um da minha idade, outro um pouquinho mais novo e um mais velho. Os dois mais novos chegaram a morar na minha casa por alguns meses e eu desenvolvi uma relação estranha com esse mais novo. Sabe essas brincadeiras de criança que você não chega a fazer nada, mas você pega, você beija. Tive uma experiência sexual, nada assim muito sério, mas eu tive essa relação com ele, que ficou muito mal explicada, muito mal resolvida. Durante pouquíssimo tempo, mas tive. Comecei a namorar muito cedo e não sei se isso me influenciou, mas me tornei uma pessoa muito sexualizada, de estar com as pessoas. Afetou demais, sexo oral em mim só meu marido, e assim mesmo tem 20 anos que estou com meu marido, mas com muita reserva”, confidencia.

“Eu sempre tive muita dificuldade de deixar a pessoa pegar, mas meu marido pega, eu não, me sinto tão incomodada, mas também não é assim: ‘Aí, pode pegar, tô de boa’. Às vezes só com ajudinha do álcool [bebidas alcoólicas] é que eu fico um pouco mais livre, porque na minha cabeça vem a imagem da pessoa. Na minha cabeça, na hora que põe a mão, de quem eu lembro...? A pessoa morreu, eu sei que a pessoa morreu e eu não me sinto livre disso. A gente nunca mais tira essa imagem da cabeça”, ressalta.

“Para fazer sexo oral comigo, tenho resistência até hoje. Colocar a mão, tem resistência até hoje. Beijei meninas, mas pra mim foi só uma experiência mesmo, foi só farra, só brincadeiras. Eu nunca senti uma afeição por outras meninas a ponto de falar: ‘Quero ficar com ela’. Sempre me senti muito bem, muito à vontade com os meninos. Por uma questão de condicionamento e pela pessoa que sou, eu não excluo essa possibilidade da minha vida. Eu falar: ‘Ah, não, eu não gosto de mulheres’. Na verdade, eu não gosto de falar, mas não por isso. Pelo menos eu acho que não, mas eu não me privei de me relacionar com o sexo oposto por isso. Tanto é que eu não tive reserva em pegar em outro lugar, não tive reserva com carícia, mas colocar a mão lá... Minha filha, isso sempre foi um problema sério”, admite.

“Eu tive problema em aceitar a minha própria genitália porque eu achava que o formato dela como ela é hoje tinha a ver com o fato de eu ter sido tocada quando era pequena. Depois lendo, vi que não, que isso não tem nada a ver. Na minha cabeça, a pessoa tinha estragado a minha genitália e eu não a aceitava do jeito que ela era porque eu via outras e pen-

sava: ‘A minha está diferente’. Isso me deu insegurança até pra ficar pelada na frente do meu marido. A gente não tem segurança nem de se expor, porque tudo vem na sua cabeça”, justifica Kamila.

Na opinião dela, as informações adquiridas sobre educação sexual nas escolas evitam que haja um desconhecimento até em relação a possíveis abusos. “Eu acho que eu não teria passado por isso. Eu vou falar para você o que eu acho de verdade. Pais e mães também têm que ir para a escola ser educados com relação a isso. Para mim, a função é totalmente do Estado, usando já o apoio do ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]. O Estado é que tem que perceber que o pai e a mãe não vão se conscientizar. Uma mãe como eu, como fiz com meus filhos, fiz errado, porque não é a maneira certa de aconselhar. Você não educa o seu filho pelo erro, você não educa o seu filho fazendo horror, fazendo teatro com o que aconteceu com você, não educa o seu filho fazendo drama. É uma via, mas eu não acho que é uma via correta. A gente tem que vencer demais ainda o conservadorismo e o machismo no Brasil para que a escola tenha isso obrigatoriamente”, defende.

“Eu penso que o Estado precisa garantir e obrigar, não só a educação sexual, a educação política. É tudo. Tem que estar tudo na escola, mas existe barreiras na nossa sociedade, porque se nossos governantes pertencem a essa sociedade, eles pensam como a sociedade pensa. Eu acho que ainda demora muito, mas o caminho é: educação sexual na escola desde a primeira infância. Precisa fazer uma conscientização massiva e não é só com as crianças, porque o que é um pai, uma mãe ou um tio quando faz esse abuso, o que colocam na cabeça das crianças? Primeiro que isso é natural, primeiro que isso é certo, que isso é amor, que é cuidado. Tem criança que é abusada e pensa que a vida é daquele jeito. Há pessoas que pensam que a vida vai ser eternamente assim. Olha que horror”, avalia.

A educação é a melhor forma para preparar a sociedade desde o infante juvenil até a fase adulta, existem inúmeros casos de violência sexual que ocorrem até hoje no País e por falta de instrução e políticas públicas que discorram com mais frequência sobre o tema muitas vítimas acabam naturalizando esse tipo de ato.

“Eu sou assombrada, tem noite que eu acordo o meu esposo, que fala: ‘Meu bem, você está gritando, acorda’. Eu vivendo essa situação de novo, olha que horrível. Quando eu fiquei adulta, entendi o que aconteceu, mas eu não responsabilizo ninguém individualmente. Eu responsabilizo o Estado, a sociedade. É um absurdo uma criança que está em um estado completo de vulnerabilidade emocional, sem informação, passar por uma situação dessa. Eu tentar me proteger sozinha vestindo um monte de roupa, como assim? É nítido eu tentando tirar a mão dele de mim, ele

forçando e batendo na minha mão, pra eu deixar a mão dele lá. Aquilo era ruim, sem conforto. Eu não sentia nada. Para eu tentar sentir alguma coisa, eu tive que redescobrir até a questão da masturbação. Isso complica, acaba com a sua vida todinha. Você não quer nem se tocar mais, você se toca para lavar e olhe lá”, admite.

“Liberar a produção de filmes, liberar a produção de livros, acho que isso tudo faz parte da educação. Isso para educar as crianças, para que elas não sejam abusadas. Se a escola onde eu estudei tivesse algum tipo de apoio, eu jamais teria passado por isso. Se você falar assim: ‘Kamilla, leia meu livro’, eu não vou ler seu livro, porque o seu livro vai me causar muita angústia, eu vou chorar muito, eu não vou me sentir à vontade lendo o livro. Mas eu penso que a única forma de sensibilizar a sociedade é escutando a história da gente. Estou contando para vocês e que bom que estou podendo contar para alguém, e que essa história vai ser reproduzida de alguma forma. Eu fico superfeliz, pra mim é um presente poder contar minha história. Você pode contar tudo, porque isso vai ajudar as pessoas a identificar as coisas”, pondera.

Ao falar sobre isso, fica notório o quanto os acontecimentos de abusos marcaram a sua vida de Kamila. É comum pessoas que possuem esses traumas não conseguirem tocar no assunto para não reviver cenas horríveis. Mas uma característica marcante é ela ter conseguido seguir em frente, construir sua família e hoje, de alguma forma, estar ajudando pessoas a identificarem situações de abusos.

## ESTUPROS NO CASAMENTO

Os estupros cometidos entre marido e mulher também acontecem, algo de que muitas pessoas ainda não têm conhecimento. Boa parte dos casais ainda crê que não há problemas nessa prática, uma vez que o homem, ao exigir sexo da parceira, mesmo quando ela não o deseja, estaria exercendo seu “direito de marido”. O ato sexual, mesmo dentro do casamento ou de um relacionamento afetivo, quando praticado sem o consentimento de ambas as partes, também é considerado estupro. Os dados do Ministério da Saúde também mostram que namorados e cônjuges estão entre aqueles que mais frequentemente são apontados como agressores sexuais de suas parceiras.

Essa situação de abuso está muito calcada na mentalidade de não se considerar abuso sexual manter relações forçadas com o parceiro afetivo. Muitos acham que tal circunstância é apenas uma obrigação. Aliás, a previsão legal desse tipo de crime cometido em tais situações é algo novo no

Código Penal brasileiro. Antes, essa prática não era considerada crime. O pior nestes casos é a falta de provas quanto à prática da violência. Como já foi dito, toda acusação e julgamento necessitam de provas para resultarem em algo prático contra o criminoso. Como a pessoa já mantém uma relação íntima com o acusado, os sinais de agressão não são tão perceptíveis porque a própria vítima não considera que está sendo abusada e em muitas vezes a reação é a de não reagir.

## ESTUPRO DE VULNERÁVEL

O depoimento a seguir foi colhido de maneira virtual através de um aplicativo que permite a mensagem de voz e captação de vídeo. Essa vítima solicitou que fosse identificada com um nome fictício e que sua imagem não fosse revelada. Seguimos todos os padrões éticos, observando os desejos da fonte quanto à sua privacidade ao tratarmos do assunto. O relato a seguir contém passagens muito fortes, incluindo uma situação de estupro coletivo.

Ingrid (pseudônimo) era muito nova ainda quando teve o seu primeiro relacionamento. Ela é uma linda menina com um cabelo de tamanho médio cacheado e com os olhos no tom de castanho claro. Uma das autoras deste livro a conheceu no primeiro ano do ensino médio, quando se mostrava muito extrovertida e gostava de ignorar regras. Seu nome era bastante comentado na escola. As idas para a secretaria eram constantes, mas com o tempo aquela menina cheia de energia se aquietou. Houve uma primeira aproximação entre Ingrid e uma das autoras desta obra e elas começaram a conversar com mais frequência. Era o ano de 2015, quando ambas iniciaram o ano letivo em um colégio estadual de tempo integral. Enquanto uma delas estava ansiosa para concluir o ensino médio e começar sua graduação, Ingrid só tinha uma coisa em mente: como poderia encontrar o seu namorado estando trancada naquele colégio o dia todo.

Aquele relacionamento, aliás, era justamente o motivo de seus pais a terem enviado para aquele lugar. No colégio anterior, ela havia encontrado um rapaz e começado um relacionamento contra a vontade da família. Como ela estudava meio período no ano anterior, Ingrid sempre arrumava um jeito de se encontrar com ele escondido. Seu pai, muito rígido, ia com ela até a entrada do colégio, levando-a até a porta. Era um homem de poucas palavras, só seguia para o trabalho depois que o primeiro sinal tocava e quando o portão escolar fechava, tendo assim certeza de que ela passaria das sete da manhã até às cinco da tarde naquele ambiente. Na saída, o mesmo modelo. Antes de abrir os portões, lá estava ele esperando sua filha. Mesmo com toda a rigidez para educar sua filha, ele sempre a

respeitou e essa atitude de vigiá-la devia-se à sua filha ter acabado de viver um romance totalmente abusivo.

“Na relação minha e do meu pai, eu sempre fui muito criança. A gente brincava muito, era uma relação de amigo, eu era muito menina”, alega. “Quando conheci esse menino (namorado), eu estava no oitavo ano da escola. Ele era de uma sala e eu era da outra. Teve um dia que reuniram todas as salas e eu sempre estava afastada de todo mundo. Eu me sentei debaixo de uma árvore. Ele foi até mim e perguntou se eu era virgem. Quando descobriu que eu era virgem, ele queria namorar comigo. Meu pai sempre foi muito rígido, então tudo era muito escondido. Eu ia para a igreja na quinta-feira e um dia, quando eu voltei da igreja, no prazo que ele (o pai) foi guardar o carro lá no fundo, eu entrei no computador e acessei o Facebook. Eu não sei o que eu fiz que eu deixei aberto, foi muito rápido. Na hora que ele foi para o computador que ele mexeu no mouse, não sei como o Facebook abriu bem na foto dele (namorado da vítima). Meu pai descobriu quem era ele a partir disso”, relata.

O monitoramento das redes sociais dos filhos é uma maneira de tentar protegê-los e saber com que pessoas os seus filhos estão se comunicando , Ingrid ainda não tinha se relacionado com o rapaz que estava interessada e depois da descoberta por parte dos seus pais decidiu contar sobre o que estava acontecendo. “Contei! Se eu não me engano, nesse tempo eu acho que não tinha ficado com ele ainda. Quando eu fiquei, me lembro que eu deixei minha irmã trancada em casa e fui ficar com ele. Um dia antes, meu pai tinha me orientado a respeito de que os meninos só queriam fazer essas coisas com a gente e tal. Quando eu fiquei com ele, foi meio que forçado, porque ele queria tanto. Eu não estava preparada, não era a pessoa certa, porém eu queria fazer aquilo para não o perder. Eu lembro que acabei ficando com ele e a minha menstruação atrasou, não vinha mais. Fiquei com ele umas três vezes ou quatro antes de acontecer esse pepino. Eu confiei em contar para uma amiga do meu pai que é pastora e ela foi lá e contou para ele. Foi quando me agrediu com um tapa na cara, o meu pai! Ele queria porque queria ir lá conhecer quem era esse menino. Ele ainda falou pra mim: ‘você vai me levar lá onde você foi’. Ele me expulsou de casa e fiquei na casa da pastora. Como a pastora morava em um predinho, na hora que eu fui descer, não sei se foi num lixo que esbarrei, só sei que fui parar lá embaixo”, recorda.

Ela contou toda essa história ainda no ensino médio e uma das autoras não conseguia entender como uma menina de 15 anos já havia passado por aquilo tudo. Conforme o tempo passava, ela ia entendendo e concordando cada vez mais com as atitudes do pai em relação à filha. Ingrid engravidou aos 14 anos, foi expulsa de casa e com a queda que sofreu de

uma escada, perdeu o filho de um relacionamento que não era aceito em seu lar. Após a perda da criança, ela foi aceita novamente na casa da família. “Após isso, meu pai ficou muito mais rígido, sempre vigiava, só que eu sempre arrumava um jeito de escapar para ficar com ele”, referindo-se ao mesmo namorado de antes.

Ingrid continuou se relacionando escondido com esse rapaz. “Meu pai nunca aceitou, porque ele é usuário de drogas, ele roubava”. Ela ainda afirma que se separar do namorado era quase impossível, pois não conseguia enxergar uma vida sem ele. “Olha, eu posso dizer para você que eu era dependente, tanto que eu aceitava traição. Eu era menina, tinha 13 anos, era muito nova, mas eu aceitava. Eu aceitava as mentiras, para mim era tudo normal”, acrescenta

Na verdade, eram três rapazes: o namorado de Ingrid, seu irmão e um amigo deles. Sempre estavam juntos e pouco a pouco ela foi conhecendo e criando contato. “Eu conheci o irmão (Matheus, nome fictício) dele através de uma amiga da minha sala. Foi ela quem me apresentou. Ele era namorado dela. O outro (Vinícius, nome fictício), foi através do meu namorado.”

“Eu fiquei com ele (o namorado) em março de 2014. Em 2015 foi a época em que entrei no primeiro ano do ensino médio. Após o meio do ano, ele sumiu porque assaltou um filho de um policial e por causa disso teve que sumir. Tanto que ficava gente na porta da minha casa me observando. Minha mãe foi sair no portão e tinha gente escondida de trás da árvore. Na hora que ela abriu o portão, esse cara se levantou achando que era eu. Dava tiro na porta de casa querendo saber cadê o meu namorado e eu não sabia, porque ele sumiu. Sumiu do Facebook, sumiu de tudo, trocou o número de telefone e desapareceu. Eu ligava e não era mais aquele número. Quando ele apareceu, já era início de 2016.”

Quando ele apareceu, Ingrid já havia iniciado outro relacionamento. Ainda era menor de idade quando engravidou novamente do companheiro que se encontra hoje casada. Não foi diferente da primeira gravidez que teve. Assim que seu pai soube que ela estava esperando um filho novamente, ele a expulsou de casa e desde então Ingrid nunca mais voltou a morar com a família. Depois da chegada da criança, tudo mudou. O seu relacionamento com o seu pai voltou a ser como antes, o seu esposo se dá super bem com o sogro e a criança é amada por todos.

Mesmo ela seguindo a vida e tendo iniciado outro relacionamento, a tentativa de reaproximação ainda permaneceu. “Veio atrás de mim, só que eu já tinha me relacionado com o pai do meu filho e eu já não quis mais. Eu não sei por que, mas eu já não queria mais ele.” Hoje em dia, ainda é normal um casal de ex-namorados que, após o término da união, comecem a se relacionar com amigos próximos do antigo ou da antiga parceira.

Podemos dizer que é uma maneira de provocar ciúmes ou algum outro tipo de sentimento. Como o relacionamento era totalmente conturbado, ela também se relacionou com o amigo de seu antigo namorado e foi a partir disso que tudo desandou. Vinicius não era diferente de seu amigo (ex-namorado de Ingrid), pois também roubava e era usuário de drogas.

“A gente terminava várias vezes e numa dessas vezes eu fiquei com o amigo dele. Era sempre na parte da manhã, porque eu estudava à tarde e de manhã eu ficava em casa. Ele (amigo do namorado) me mandou mensagem para eu ir na casa dele e eu fui. Quando eu cheguei lá, dei de cara com o arrombado do Matheus (irmão do namorado). Eu cheguei lá e o vi, só que para mim era normal. Eu conversava com ele. O Matheus ficava observando se algum menino chegava perto de mim para contar para ele”, descreve.

“Quando eu cheguei na casa dele, eu lembro que o Vinicius me recebeu no portão e eu entrei. Eu encontrei o Matheus lá. Como combinado, eu ia ficar só com o Vinicius mesmo, fiquei com o Vinicius normal. Eu lembro que quando eu me sentei no sofá, estava passando uma reportagem sobre maconha que tinha sido apreendida e eles ficaram: ... ‘E agora como que vamos fumar?’”, recorda Ingrid.

“Eu lembro que o Vinicius me chamou de volta para dentro do quarto. Quando ele me chamou, o Matheus entrou também. Eles fecharam a porta, trancaram e esconderam a chave. E eu lembro que já era mais ou menos umas 11 horas da manhã e eu tinha que pegar o ônibus 12:30. Era ônibus escolar. Lembro que eles falaram pra mim: ‘Você só vai sair daqui se ficar com os dois’. Eu lembro que falei que não queria, que era nova, só tinha 14 anos. Ele falou que sim, que eu só ia sair de lá se ficasse com os dois!”, revela.

No meio da entrevista, parecem vir à sua memória detalhes sobre o ocorrido, mas é nítido que ela não quer falar do assunto naquele momento, mas ela acaba continuando o relato. Quando se toca no ponto da violência sexual em si, os seus movimentos ficam mais acelerados, ela passa a mão no rosto como se estivesse escorrendo litros de suor e, dependendo da palavra, Ingrid fecha os olhos e os pressiona ao relembrar das cenas monstruosas que passou quando ainda era menor de idade.

“Eu estava com um macacão jeans, macaquito curto. Eu não lembro muitos detalhes, eu só sei que nesse dia eles acabaram fazendo sexo anal comigo. Juro para você, foi horrível... E quando terminou lá aquela lambança que eu olhei pro lado, foi tão forte o ato deles que eu lembro que eu olhava na cama... Nossa, isso eu não contei para ninguém... Eles abusaram tão forte do meu ânus que eu olhava na cama e tinha rastro sujo de cocô. Nossa, isso pra mim foi o pior de tudo, de ter feito aquilo comigo e olhar na cama e ver aquilo tudo sujo, e simplesmente cada um tomou o

seu banho e eu não sabia onde colocava a minha cara. Eu estava assustada porque era uma coisa que eu nunca tinha feito e nunca imaginava que ia acontecer isso na vida. Eu simplesmente fui embora. Eu me lembro que chorava e perguntava para Deus: ‘Deus, por que isso aconteceu comigo? O que eu fui fazer lá?’, pergunta-se.

“Eu lembro que eu peguei os lençóis, juntei tudo e coloquei lá no cesto. Depois disso, eu nunca mais vi Matheus. Para falar que nunca mais o vi, fazem exatamente cinco meses que o vi com a esposa atual, mas eu passei de moto rapidão e nem olhei. Não contei pro meu pai, não contei pra ninguém. Eu lembro que contei apenas para as minhas amigas de escola. Eu tinha vergonha, o meu esposo não sabe disso porque eu tenho vergonha, não sei o que ele pode pensar de mim. Às vezes, eu me sinto culpada porque eu poderia ter evitado aquilo.”

O ex namorado e irmão de um dos agressores ainda ficou sabendo do caso, mas nunca enxergou Ingrid como vítima e, para complicar ainda mais a situação, colocou-a na posição de culpada, tornando a própria Ingrid responsável pela situação de estupro. “Provavelmente ele ficou sabendo, ele era muito de expor essas coisas, sabe... Eu fiquei com a fulana, eu fiz isso com a fulana, então eu tenho certeza de que ele (namorado) soube. Tanto que ele falou que queria voltar comigo e que eu havia pisado na bola com ele em ter ficado com o amigo dele e com o irmão, mas que ele me perdoava e queria voltar comigo. Para eles, era tudo normal. Ele nunca teve consciência do baque que foi pra mim, ele me julgou demais”, considera.

“O trauma maior pra mim é lembrar disso. Minha mão sua, meu coração acelera, eu simplesmente parei de confiar em homem, eu juro para você, eu não confio. Se falar assim, ‘vem aqui em casa que eu tô sozinho’, nunca mais, nunca mais. Lembro que uma vez depois disso (violência sexual), eu estava em casa com minha irmã. Os dois agressores, lá na rua de casa, bateram no portão para eu abrir. Eles ficavam olhando por debaixo do portão, me caçando e eu sozinha em casa e minha irmã era novinha, tinha uns 10 anos”, relata.

Mas de repente, Ingrid fala: “Eu quero focar nas coisas positivas e esquecer essas coisas, muito triste”. O medo dela era de toda essa história chegar até seus pais. Os agressores fizeram tudo calculado. Já não bastava ter invadido a integridade física de Ingrid, eles ainda bolaram uma estratégia para que os pais dela ficassem sabendo do ocorrido, não como forma de violência, mas como uma relação que a filha teria aceitado que eles praticassem. “Para piorar, fizeram uma carta contando tudo. Na carta, eles falavam que eu quis ficar com os dois. Era uma carta com o nome do meu pai e escreveram tudinho. Colocaram lá no portão de casa. Minha mãe foi lá, pegou e viu. Essa foi a parte mais constrangedora, além de eles terem

feito safadeza comigo. Eles escreveram que eu fui, fiquei com os dois e caguei na cama todinha.”

Ela precisou encarar a situação de uma forma traumática. “Minha mãe olhou pra mim e falou assim:

– Isso é verdade? Você cagou na cama da mãe dele?

A cama era da mãe dele e, assustada, eu falei:

– Não mãe, isso é mentira’.

Querendo ou não, eu ainda tenho vergonha, fico pensando que minha mãe ainda lembra disso. Além de terem feito isso tudo comigo, eles escreveram uma carta para foder com a minha vida, mandar pro meu pai e sei lá, me por pra fora de casa.”

A mãe da vítima tem consciência do fato, mas como a filha reverteu a história, para ela é tudo uma farsa. “Ela ficou sabendo, só que na cabeça dela é mentira dos meninos ou se isso realmente aconteceu, foi porque eu quis. Mas eu acredito que a minha mãe acha que é mentira.”

Ingrid nunca pensou em denunciar. Mesmo depois de adulta, ela não quer enfrentar uma delegacia para relatar o que aconteceu pelo fato de ninguém da sua família saber do crime. Há ainda a vergonha que ela sente em relatar as cenas com esse nível de detalhes para um delegado, o que significaria relatar tudo também para seu atual marido e o seu pai.

## CASOS

As inúmeras violências que ocorrem no nosso País vão além de cor de pele, de sexualidade e de gênero. Muitos agressores agem independentemente de cada situação. Além disso, um dado que chama a atenção é o fato de haver denúncias de crianças do sexo masculino que são abusadas. Como vivemos em uma sociedade extremamente machista, demonstrar quaisquer tipos de fraqueza (o abuso sexual fere diretamente a masculinidade, por isso seria uma fragilidade) é inaceitável. Até os pais se sentem constrangidos com isso. Os meninos que sofrem a violência são ainda mais massacrados por conta deste quesito. Por exemplo, há relatos de diversos tipos de abusos cometidos em times de futebol ou de ginástica. Um deles foi trazido a público depois de muito tempo, o do ginasta brasileiro Petrix Barbosa. Ele acusou o técnico Fernando de Carvalho Lopes por uma série de abusos contra si quando ainda era uma criança. Os abusos teriam começado quando ele tinha 10 anos, e continuaram até ele completar 13 anos e sair da equipe do Mesc e ir treinar em São Caetano. O caso veio à tona depois de o ginasta ter virado adulto. Ele, em entrevista ao Globo Esporte, revelou que tinha conhecimento de outras vítimas e que se con-

tasse antes não teria forças para passar por cima disso.

Marina Morabi é mestre em Psicologia, docente na Pontifícia Universidade Católica de Goiás e coordenadora do Programa de Referência em Inclusão Social na Comunidade (PRIS). Ela também tem experiência na área de Psicologia com ênfase em Tratamento e Prevenção Psicológica, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Saúde e Hospitalar e Recursos Humanos, atuando nos temas: infância, adolescência, oncologia, processos de luto, maternidade, mastologia, oncologia e pediatria. Como ela lida frequentemente com crianças e adolescentes, tem experiência na área e explica acerca da temática.

“Eu acho que é importante que a gente comece a pensar quais seriam as características desse abuso no contexto em que ele acontece. Usualmente nós temos algumas interfaces quando pensamos, por exemplo, nos diversos tipos de abuso. Abuso é sempre aquela sensação de quando se vai para além daquilo que é permitido. Então, sempre que for além daquilo que está permitido no âmbito dessa relação, a gente caracteriza como um movimento de abuso. Às vezes não é o comportamento em si, mas é o contexto em que esse comportamento está inserido. Por exemplo, o abuso sexual, às vezes, não se dá necessariamente só com o ato sexual, mas também quando eu tenho uma invasão disso que a gente chama de campo experiencial do outro”, explica.

“Eu toquei de forma inadvertida em um contexto, eu utilizei uma fala que foi invasiva, de algum modo menosprezei essa capacidade da decisão do outro e tomei uma decisão por ele? Vou te dar um exemplo. A gente está, nem sei se existe esse nome mais, em uma micareta. As pessoas achavam assim: ‘bom, eu estou aqui, então agora estou disponível para ser beijada, por exemplo.’ Não! Não necessariamente. Eu posso estar aqui curtindo minha festa e estar tudo bem. Se alguém parte do pressuposto de que pode, entre aspas, ter o direito de executar um comportamento que não seja necessariamente aquele combinado, aquele permitido, a gente entraria em situações de assédio, ou situações num âmbito de um abuso. Isso não só em relação, por exemplo, a um abuso sexual”, completa.

# Pornografia Infantil, pedofilia e sexualização de crianças



Outro crime que também acomete crianças e adolescentes é a pornografia, que é ilegal no Brasil:

“Art. 1o Os arts. 240 e 241 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. § 1o Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar. § 2o Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I - no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II - prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

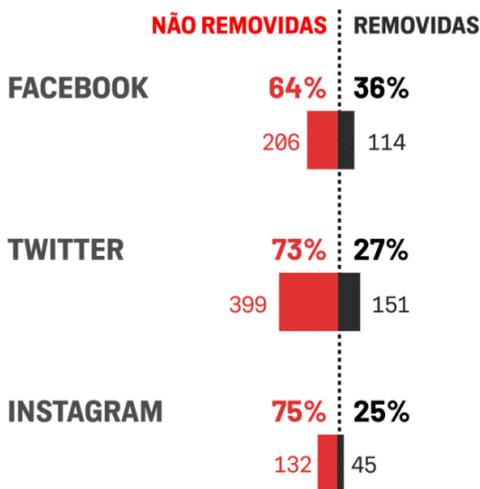
III - prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.” (NR) “

Mesmo com a lei em vigência e com a pandemia de Covid-19, os casos de crimes cibernéticos aumentaram e entre eles os de produção e difusão de pornografia infantil são os mais cometidos, segundo um levantamento feito pela Safenet que tem como trabalho promover a conscientização de como usar a internet de maneira livre e segura, resguardando assim os princípios da liberdade e dos Direitos Humanos. E a pedido do site The Intercept, essa ONG fez um monitoramento do tema de março a julho de 2020, os primeiros meses de pandemia. Neste período, foram registradas 42.931 denúncias de pornografia infantil realizadas no Brasil. Este número corresponde a mais que o dobro do que foi registrado no mesmo período de 2019, que foi de 20.860. Esse dado mostra o quanto a pornografia infantil vem aumentando e isso pode ser decorrente do fato de os agressores estarem ainda mais conectados e em casa, o que amplia os riscos de violência sexual contra crianças com grau de parentesco ou conhecidas.

## Pornografia infantil

Denúncias recebidas em 2019 e 2020

**2019**



Fonte: Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos/SaferNet Brasil

**In-  
Br**

De acordo com o gráfico é possível perceber a propagação de pornografia infantil praticada através da internet. Os números mostram a quantidade de casos no ano de 2019 e 2020, com a quantidade de denúncias recebidas sobre atos praticados no Instagram, Twitter e Facebook. Conforme o gráfico, algumas publicações chegaram a ser removidas, mas ainda permaneceu uma parcela bastante alta de posts denunciados. O Facebook manteve 64% das publicações apontadas como pornográfica, num total de 206 postagens, apagando somente 114 totalizando, cerca de 1/3 dos conteúdos denunciados. O Twitter possuía 73% de publicações acusadas de pornografia infantil não removidas (399) e 27% de removidas (151). No Instagram, foram removidas 25% das publicações denunciadas, ou 45 postagens, mas continuou no ar cerca de 75% dos posts analisados, ou 132 publicações nessa rede social.

É muito comum encontrarmos crianças que sempre estão conectadas na internet. No atual cenário em que nos encontramos, não é frequente

veremos uma roda de brincadeiras infantis sem a ajuda de tablets e smartphones. Por este motivo, as crianças estão mais próximas de qualquer perigo e casos de pornografia na internet, pois alguma delas adquire muito cedo os próprios celulares e uma atualização de suas redes sociais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os brasileiros com 10 anos de idade ou mais, a utilização da Internet subiu 69,8% em 2017 e 74% em 2018. Para a maioria, o celular tem como foco o uso da Internet e a troca mensagens, como o envio e recebimento de recados por texto, áudios, imagens pelos aplicativos.

É crime divulgar qualquer imagem ou produção de vídeo de conteúdo sexual que tenham crianças envolvidas. Produzindo esse livro, ainda em plena pandemia, podemos perceber que o isolamento social não afetou somente adultos e idosos, mas as crianças também foram alvos desse cenário. Para evitar aglomeração e respeitando as medidas de distanciamento, desde o ano de 2020 alunos do ensino fundamental e médio continuam em casa assistindo aulas de forma remota e, por esse motivo, as crianças podem ficar ainda mais vulneráveis devido o contato com o mundo virtual mais cotidiano e intenso. Além disso, antes de entrar no assunto de fato, vamos estabelecer as diferenças entre pedofilia, abuso sexual e crime virtual:

Fonte: Imagem retirada do portal Ponte Org, 2019.

**Entenda as diferenças entre os termos**

**Pedofilia** Preferência sexual por crianças, sem necessariamente a sua manifestação virtual ou presencial. Não é interpretada pela legislação brasileira como crime.

**Crime virtual** Quando a pedofilia se manifesta no mundo virtual, existem crimes como, por exemplo, a produção, venda e distribuição de pornografia infantil, assim como a posse deste tipo de material.

**Abuso sexual** Quando o pedófilo leva a sua perversão para o mundo físico, existe o crime de estupro de vulnerável, por exemplo.

Por meio dessa imagem, é possível esclarecer de modo simples as diferenças entre pedofilia, o abuso sexual e o crime virtual. Assim, vamos começar pela pedofilia. Ao falar de crianças conectadas e expostas, entramos num assunto seríssimo e superimportante, a pedofilia. Esse distúrbio está entre as doenças classificadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um dos transtornos da preferência sexual. A pedofilia é caracterizada por pessoas adultas, sem distinção de sexos, que possuem atração sexual por crianças, que estão iniciando a puberdade ou já estão nela. Vale lembrar que pedofilia não é crime e sim um distúrbio psiquiátrico. Crime é violentar crianças e adolescentes. É um desafio tentar colocar em palavras um assunto tão sério, pois crianças e adolescentes são violentados em casa, nas escolas, em espaços de confiança e, pior ainda, por pessoas de convívio próximo. Assim, para exemplificar a importância do combate à pedofilia, podemos citar a Operação Carrossel, efetuada em 2007, com o objetivo de combater a pornografia infantil na rede mundial de computadores. Foi uma ação comandada e executada pela Polícia Federal em parceria com a Interpol. A ação envolveu 102 buscas e apreensões em 14 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de ter sido realizada em outros 78 países. A Operação Carrossel foi de tamanha importância que foi o ponto de partida para a instauração da CPI da Pedofilia no Senado Federal.

Para mostrar a importância da Operação Carrossel, é necessário falar que para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é preciso que exista um fato determinado, ou seja, algo que comprove a necessidade de uma CPI. A Operação Carrossel foi este fato determinante para a criação da CPI da Pedofilia, que teve como “objetivo investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia.” (LOWENKRON, 2013, p. 4). E como vimos anteriormente, este contato com pedófilos se fez maior com o isolamento social e a partir daí acontece a pedofilia virtual.

Porém, a CPI não julga e não possui competência para punir. O papel dela se restringe a investigar e propor soluções. Assim, ela encaminha as conclusões ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Poder Executivo, à Comissão Permanente da Assembleia ou do Congresso que tenha maior pertinência com a matéria investigada, à Comissão de Fiscalização e Controle e ao Tribunal de Contas do Estado ou da União. Durante todo o processo de investigação, existe a possibilidade de serem realizadas vistas e levantamentos em repartições públicas estaduais, federais e entidades descentralizadas, com total acesso à exibição de documentos e prestação de esclarecimentos que considerem necessários.

A CPI da Pedofilia, realizada no âmbito do Congresso Nacional, agiu em estados brasileiros, mas teve maior repercussão no estado do Pará.

Em todos os 143 municípios do estado do Pará existem casos ligados à pedofilia. No total, durante os três anos de investigação, foram registrados 3.558 casos. Na Ilha de Marajó, onde 40% da população vive em condição de pobreza, o número de casos foi maior, e esse contexto foi o fator determinante do aumento de casos. Um exemplo é o caso do ex-deputado Luiz Afonso Sefer, que foi acusado de estuprar uma menina de 9 anos, em 2005. De acordo com reportagem do portal G1 de 2019, o ex-deputado teria “encomendado” a criança que morava no interior do Pará para Belém com a promessa de dar trabalho, estudo e cuidados. Mas, assim que a criança chegou, os abusos começaram. Em 2010, ele foi condenado pela juíza da 1ª Vara da Capital, a cumprir 21 anos de reclusão e a pagar uma indenização no valor de 121 milhões de reais à vítima. Em 2011, a condenação foi cancelada por desembargadores em segunda instância. Mas em março de 2018, o Ministério Público (MP) recorreu dessa decisão e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concordou com a primeira sentença. Entretanto, em 2019, o Tribunal de Justiça do Pará aceitou uma apelação realizada pelo ex-deputado, pelo caso ter sido aberto em foro comum e não em um privilegiado, como deveria ter sido feito já que na época ele era deputado.

Casos como esse mostram o quanto a justiça brasileira é falha e cheia de brechas que muitas vezes preservam a liberdade do agressor e a “prisão” da vítima. A pedofilia não age apenas no meio presencial para a manipulação das vítimas, mas também on-line. E como vimos anteriormente este contato com pedófilos se fez maior com o isolamento social e a partir daí acontece a pedofilia virtual.

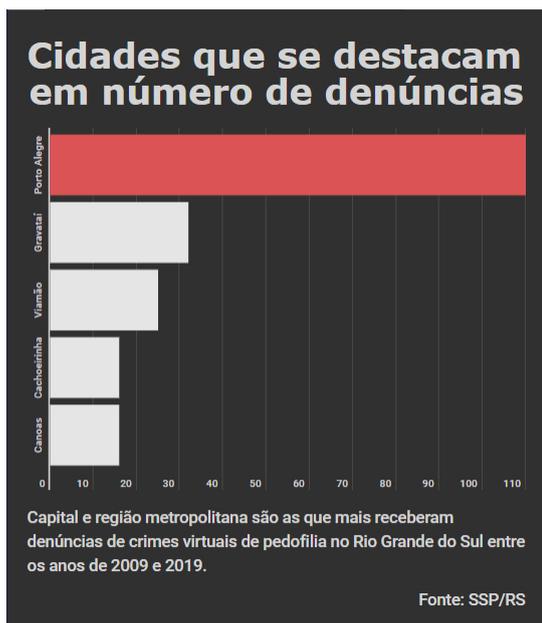
A pedofilia virtual (crime virtual) acontece principalmente pelos aplicativos que permitem a troca de mensagens, imagens e vídeos. Os pedófilos criam identidades falsas para tentar manipular psicologicamente suas vítimas, indo de acordo com os desejos de cada uma e abordando assuntos com os quais elas mais se identificam. A proximidade também pode acontecer. Eles podem agir de acordo com o local em que a vítima se encontra, seja aproveitando eventuais amizades com os pais dessas crianças ou até mesmo com elas próprias. Em uma campanha de conscientização, o Ministério Público de Santa Catarina reforçou como costuma ser praticada a pedofilia e retratou como são as características típicas de um pedófilo. No material, afirmam que nem sempre há um perfil ou padrão definido, mas na maioria dos casos apurados pela Polícia Federal, os criminosos são homens entre 30 e 45 anos, solteiros e que moram sozinhos.

Os primeiros contatos, quando a vítima não possui nenhuma ligação com o agressor, costumam ser realizados virtualmente. Assim, após este contato virtual e o estabelecimento de uma espécie de confiança com a

vítima, eles se encontram e assim ocorre o estupro de vulnerável, quando o adulto pedófilo coloca em prática os pensamentos e desejos doentios com a criança ou o adolescente. E como já foi citado anteriormente, com o maior tempo de conexão na internet, os riscos de crianças e adolescentes sofrerem com este crime também aumentam.

Um exemplo disso são os índices de crimes virtuais no Rio Grande do Sul. De acordo com a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado, 80% dos delitos cometidos via internet em 2019 estavam ligados à pedofilia.

Fonte: SSP/RS



De acordo com esse gráfico da Secretária de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, com dados de 2009 e 2019, a capital gaúcha, Porto Alegre, é a cidade que mais recebe denúncias contra a pedofilia, com 110 no total. Isto pode ser consequência de mais acesso à informação para a realização das denúncias e também, por haver um contato maior com a internet, permitir mais ocasiões de maior vulnerabilidade, fazendo das vítimas alvos mais fáceis.

Também no Rio Grande do Sul, houve a condenação por um estupro virtual. Um estudante de Medicina passou a ter contatos pela internet com um menino de 10 anos. Por uma decisão da 8ª Câmara Criminal do TJ/RS,

com base em conversas que o agressor mantinha com a vítima por meio de áudios e vídeos de cunho sexual, uma sentença contra o assediador foi proferida. Quem descobriu o crime foi o pai da criança, o que ocasionou em uma investigação e na descoberta de 12 mil imagens pornográficas com o futuro médico.

O agressor foi condenado pelos crimes de aquisição, posse ou armazenamento pornográfico, de aliciamento/assédio para levar a criança a se exibir de forma pornográfica e de conjunção carnal ou ato libidinoso com menor de 14 anos, praticado por meio virtual. Ele foi condenado a 12 anos e 9 meses de prisão. Esse exemplo é bem importante para afirmar que a internet não é uma terra sem lei e que as crianças e os adolescentes devem ter os seus direitos resguardados e viverem com segurança e liberdade, principalmente em casa.

O termo “estupro virtual” lembra uma outra expressão, que veio à tona em 2019 na rede social “Twitter”: o “estupro culposo”. De acordo com os criadores dessa nova modalidade de crime sexual, seria um estupro realizado sem a intenção de estuprar. O termo surgiu a partir do caso da blogueira Mariana Ferrer, que foi estuprada em 2018 pelo empresário do meio do futebol André Camargo. Em 2018, Mariana realizava o trabalho de promover lugares com a influência que possuía no “Instagram”. Em um de seus trabalhos, ela acabou sendo dopada e estuprada pelo empresário. A influencer possuía provas concretas contra seu agressor, como o sêmen do estuprador e imagens de câmeras que mostram que ela estava visivelmente dopada no momento do ato sexual. Mas, para surpresa de todos, durante o julgamento em que André foi inocentado, o promotor alegou que não tinha como o empresário saber que a vítima estava em caso de vulnerabilidade.

#### 4. Análise jurídica do caso

Sobre a constatação do erro sobre elemento constitutivo do tipo legal, a matéria é pacífica e bem explanada por João Paulo Orsini Martinelli e Leonardo Schmitt de Bem:

"A primeira espécie de erro está prevista no *caput* do art. 20 do Código Penal: "O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei. Trata-se do erro de tipo, que denominaremos *erro de tipo incriminador*, pois recai sobre os elementos de uma norma incriminadora. Nessa espécie, o agente, sem saber, pratica uma conduta que se enquadra no tipo penal. É uma conduta onde há vontade, mas não há plena consciência (portanto, falta o dolo). [...] No erro de tipo incriminador, o agente nem sequer avalia o caráter jurídico de seu comportamento, pois há falsa percepção de elementos típicos" (MARTINELLI, João Paulo Orsini; BEM, Leonardo Schmitt de. Lições fundamentais de Direito Penal. 3. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 646).

Especificamente quanto ao crime de estupro de vulnerável, embora em relação a outra causa de vulnerabilidade, ensina Guilherme de Souza Nucci:

"Além do debate acerca da vulnerabilidade – se absoluta ou relativa –, é preciso considerar a hipótese de ocorrência do erro de tipo. Muitas pessoas, embora menores de 14 anos, podem aparentar a terceiros já ter atingido a referida idade. Há as que possuem um corpo físico avantajado ou se maquiam em excesso; outras, pelas suas atitudes [...], parecem ter mais idade do que realmente têm; enfim, a confusão com o elemento do tipo *menor de 14 anos* pode eliminar o dolo (não se pune a título de culpa)" (NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Volume III. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. *E-book*. p. 168).

Se a confusão acerca da idade pode eliminar o dolo, por que não aplicar-se a mesma interpretação com aquele que mantém relação com pessoa maior de idade, cuja suposta incapacidade não é do seu conhecimento?

**No mesmo sentido, expõe Cezar Roberto Bitencourt:**

“O elemento subjetivo do crime de estupro de vulnerável é o dolo constituído pela vontade consciente de ter conjunção carnal, com a vítima vulnerável, ou praticar outro ato libidinoso (diverso da conjunção carnal). Equipara-se à prática das mesmas condutas com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. No particular, o sujeito ativo deve ter conhecimento (ou consciência) de que se trata de menor de quatorze anos ou de alguém que, em razão de sua deficiência mental, não tem o necessário entendimento para a prática do ato.

[...] o dolo somente se completa com a presença simultânea da consciência e da vontade de todos os elementos constitutivos do tipo penal. Com efeito, quando o processo intelectual-volitivo não abrange qualquer dos requisitos da ação descrita na lei, não se pode falar em dolo, configurando-se o erro de tipo, e sem dolo não há crime, ante a ausência de previsão da modalidade culposa” (BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Volume IV. 13. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. *E-book*. p. 187-189).

**O tema também se revela consolidado na jurisprudência pátria:**

Apelação Criminal. Crime contra a dignidade sexual e contra a criança e o adolescente. Estupro de vulnerável e fornecimento / entrega de BEBIDA ALCOOLICA (ART. 217-A, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL E ART. 243 DO ECA). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA. [...] ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONJUNÇÃO CARNAL CONSENTIDA. PLEITO ABSOLUTÓRIO. POSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE DELINEADAS NOS AUTOS. NO ENTANTO, ERRO DE TIPO ESSENCIAL VENCIVEL CONFIGURADO. RELATIVIZAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE VULNERABILIDADE APLICÁVEL AO CASO. DÚVIDAS ACERCA DO CONHECIMENTO DA REAL IDADE DA VÍTIMA (TREZE ANOS. PRESTES A COMPLETAR CATORZE). ACUSADO QUE DIZ NÃO SABER A IDADE VERDADEIRA DA OFENDIDA. MÍDIA QUE DEMONSTRA COMPLEIÇÃO FÍSICA E DESENVOLVURA ATÍPICA PARA A IDADE. [...] DOLO EXCLUÍDO. AUSÊNCIA DE PUNICÃO A TÍTULO DE CULPA. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. [...] RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC,

Surgiu, dessa forma, o termo de “estupro culposo”. O caso foi revelado em detalhes pelo site The Intercept Brasil e o termo em si não foi referido em nenhum momento do processo, mas serve como exemplo de tentativa de diminuir a vítima. O estupro de vulnerável neste caso passou a ser estupro culposo, e a mulher mais uma vez passou de vítima a principal acusada.

Nesse caso, como em muitos outros, todo o processo judicial coube apenas a homens conduzir, que utilizaram de argumentos de fotos sensuais, roupas curtas, desaparecimento de provas e também a mudança do depoimento do acusado para absolvê-lo e colocar a vítima em uma situa-

ção constrangedora. Nele, mais uma vez, as principais indagações foram feitas à vítima, como se ela estivesse no banco dos réus e não seu agressor.

Mariana ainda teve a conta do “Instagram” suspensa, o espaço que era o único em que ela podia se expressar sobre o crime. Um lugar que o agressor tirou por um tempo dela. Mas ela retornou à rede social e ganhou voz após tornar o caso público e só assim conseguiu algum tipo de defesa. Até quando nós, mulheres, seremos vítimas? Até quando teremos que apelar para a comoção pública para obter um pouco de justiça? Isso se é que ela existe de alguma forma para nós, mulheres.

# Vida Pública importunada



## **ASSÉDIO NO TRANSPORTE COLETIVO**

“Importunação sexual (Incluído pela Lei n.º 13.718, de 2018) Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave.”

Código Penal Brasileiro de 1940 (última atualização foi feita em 2019)

A Lei da Importunação Sexual foi aprovada em 2018 após a repercussão do caso de um homem que ejaculou em uma mulher dentro do transporte público, em São Paulo. O acusado foi detido, mas na mesma semana, foi liberado e em poucos dias, voltou a cometer o crime mais uma vez. Ele declarou insanidade mental. O homem já tinha 17 passagens pela polícia, todas relacionadas a crimes sexuais contra mulheres. O agressor tem nome, Diego Novais, que na época (2017) tinha 27 anos. E somente depois de repetir 17 vezes um crime do mesmo teor, ele foi detido. Apenas depois de tudo isso, 17 mulheres tiveram justiça e se sentiram um pouco mais protegidas.

Com esse acontecimento, a discussão do assunto passou a ter mais importância, porque pouco tempo depois de ser detido, o acusado foi liberado. Essa liberação ocorreu devido à ausência de uma lei que penalizasse essa conduta, porque até então era tratada apenas como uma contravenção penal. Finalmente, após tantos outros casos que ocorreram de importunação sexual em transportes coletivos, nas ruas, em boates, foi promulgada uma lei para tentar assegurar a nossa liberdade. Finalmente, nós passamos a ter a importunação sexual como um crime e não apenas como uma contravenção penal. A importância de ter se tornado um crime é imensurável porque um crime prevê uma condenação que faz com que o agressor pague pelo que cometeu e não apenas seja advertido.

A importunação sexual é recorrente nos mais diversos ambientes, entretanto no transporte público ela é mais assídua. Segundo o Instituto de Pesquisa DataFolha, em 2018, foi constatado que o assédio em transporte público na cidade de São Paulo atingiu 22% das passageiras que fazem uso do serviço. Dois anos depois, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) executou uma pesquisa sobre o tema com as usuárias e obteve como resultado que quase a metade (47,6%) havia ou conhecia alguém que sofreu com este crime. O levantamento revelou que da violência re-

portada, 69,3% ocorreram em trens, 14,7% em metrô e 11,7% em ônibus.

Pela ausência de instrução e também por a lei da importunação sexual ter sido sancionada apenas em 2018, as denúncias são muito inferiores ao que acontece na realidade e em relação a outros tipos de assédio. Em São Paulo, o estado mais populoso do Brasil, apenas 15,6% das vítimas formalizaram algum tipo de denúncia. Esses números vêm de uma pesquisa da CPTM, em que foram ouvidas, em março de 2020, cerca de mil e duzentas usuárias. A estatística é pequena diante de um cenário com maiores campanhas e com maior disseminação de informações sobre o assunto. Anterior ao ano de 2018, muitas mulheres foram assediadas dentro do transporte público. Tal ato era configurado apenas como uma contravenção penal, com multa para quem a praticasse. A tipificação como crime legitima os direitos da mulher e resguarda cada vez mais seu papel como cidadã. Já no Distrito Federal, como medida de auxílio às vítimas, foi sancionada a lei nº 6560, que obriga motoristas e cobradores a acionarem a polícia em casos de abusos ou assédio no interior dos veículos dos transportes coletivos.

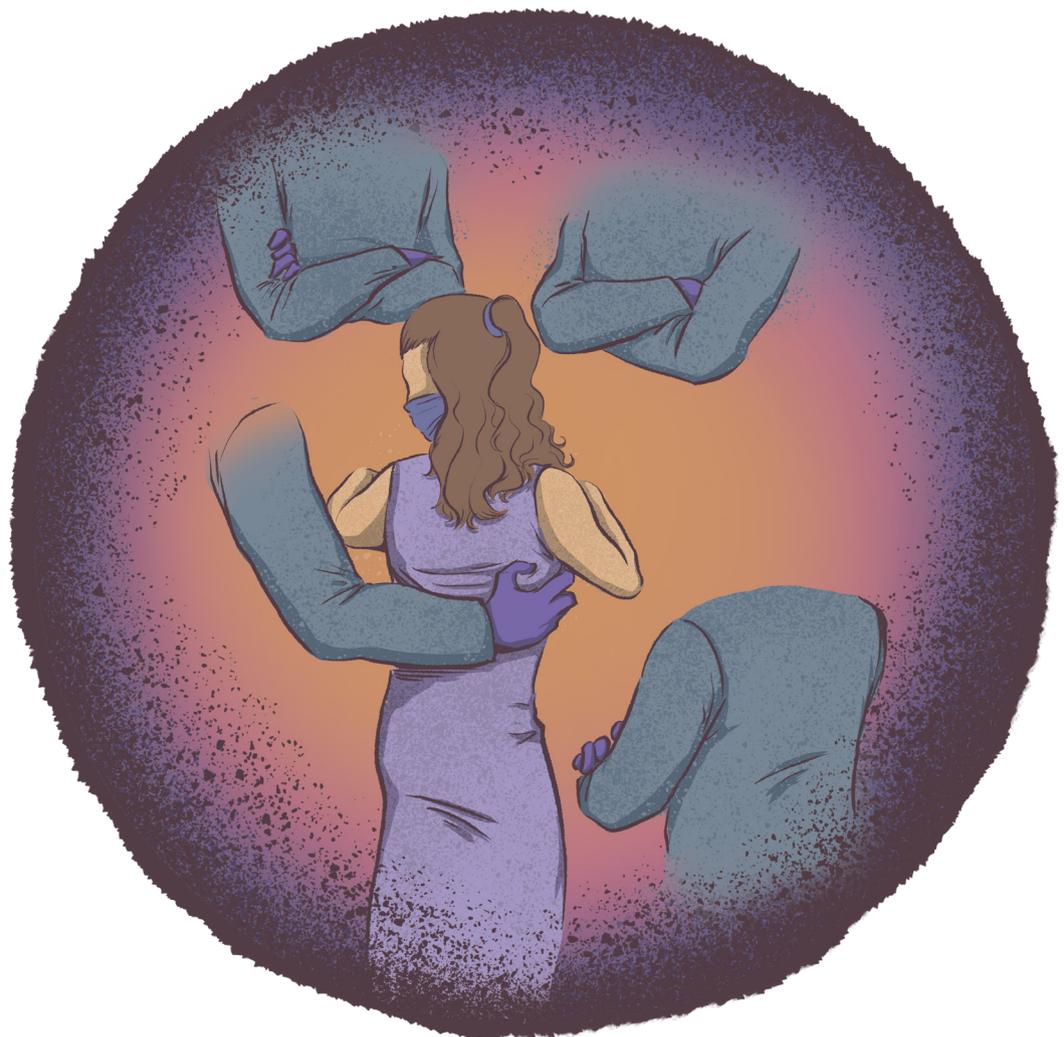
Infelizmente, durante as pesquisas para este livro não encontramos mais projetos de leis como esta que vigora em Brasília. O que é um grande descaso, já que existem outros avanços que tivemos em relação aos direitos e leis destinados às mulheres. Esse fator entra na avaliação que o professor Mestre em Direito, José Eduardo Barbieri, diretor da (nome da entidade que preside). Segundo ele: “As leis e suas alterações no Brasil em relação às mulheres possuem forte ligação com os acordos internacionais e não demonstram verdadeira preocupação com a causa e sim para manter as relações com os códigos multilaterais”.

Para tipificar o tipo do crime, antes, se faz necessário definir o que é o assédio sexual e o estupro. De acordo com o professor Barbieri, o assédio sexual acontece necessariamente em relações de poder, como as estabelecidas no trabalho (patrão e funcionário), na família (pais e filhos) e em relacionamentos amorosos, por exemplo. Nesses tipos de relações, a influência que uma das pessoas tem sobre a outra é o principal meio usado para cometer o abuso. Ele também é configurado por um tipo de constrangimento da dignidade sexual. Já no estupro, não existe necessariamente algum grau de poder, ou de parentesco, ou de conhecimento. Ele pode acontecer com qualquer pessoa, inclusive desconhecidos, lembrando que o estupro é o ato de forçar alguém a praticar atos sexuais, desde a penetração até a masturbação.

Mas este ato já ser considerado crime não impede de que ele aconteça e, pior, reforce padrões machistas, como a culpabilização da vítima em casos de estupro, com falas como “a saia estava curta demais”, “ela provocou”, “quem mandou ela estar bêbada?”. São comentários realizados

com base na mentalidade machista e até na cultura do estupro que vigoram no Brasil. Assim, isso evidencia bem o quanto não adianta reformar as leis se não existe a verdadeira preocupação com a mudança de postura. Sabemos que mudanças em uma cultura extremamente machista é um processo demorado e difícil, mas o problema entra no fato de que não há interesse em começar. Um dos exemplos citados pelo professor Barbieri é a lei de tráfico de mulheres, vinda de um acordo internacional com a proposta de proteger as vítimas, mesmo que elas tenham aceitado ir ao encontro ou tenham sido “bancadas” para a prestação de serviços sexuais em outros países. Mesmo elas tendo consentido em viajar, deveria ser considerado tráfico internacional de mulheres sua exploração no exterior, o que aconteceu com as novas normas a respeito que passaram a vigor no Brasil. A alteração consiste no fato de a vítima do tráfico de mulheres aceitar uma proposta em dinheiro para prestar favores sexuais em outro país, o que não é considerado crime no Brasil, mas nos outros países configura o crime de tráfico de mulheres.

## ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO



“Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.”

Como Nestor Ximenes e Romulo Braga trazem no artigo O Assédio Sexual nas Relações de Trabalho, publicado em 2017: “O motivo inicial da criminalização da referida conduta é proteger a liberdade nas relações de trabalho e, via reflexa, mas não menos importante, a liberdade e a dignidade sexual, como bem jurídico penalmente tutelado. De início, verifica-se que o crime se encontra elencado no Código Penal dentre as infrações contra a dignidade sexual (Título VI) e não nos crimes contra a organização do trabalho”.

Esse trecho traz o fato de o assédio sexual no trabalho ser enquadrado no Código Penal, o que o torna um crime muito relevante, já que o Código Penal regula o exercício do poder punitivo do Estado. Ainda com base nesse trecho, é possível perceber que até nas relações de trabalho a mulher, além de ser julgada sobre a própria competência, ainda corre o risco de ter a liberdade e a dignidade sexual atingidas. Entretanto, ele traz um ponto a ser questionado. Pela expressão do autor em: “não menos importante, a liberdade e a dignidade sexual, como bem jurídico penalmente tutelado”, ele trata a liberdade e a dignidade sexual como algo menor do que é, em um tom de inferiorização do tema em relação às mulheres.

Assim, vamos nos acostumando com julgamentos da sociedade e sempre tendo que provar que somos capazes. Para comprovar isso, em uma pesquisa realizada em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), apenas 37,8% dos cargos gerenciais em empresas eram ocupados por mulheres. Isso é reflexo não da falta de capacitação, mas da desigualdade de gênero.

A entrada da mulher no mercado de trabalho foi iniciada entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais na maior parte dos países, já que

com os homens no front ou mesmo mortos durante os conflitos, elas passaram a ser a principal fonte de renda em casa. Depois desse período, no Brasil, em 1962, foi criado o Estatuto da Mulher Casada, em que as mulheres não precisavam mais da autorização do esposo para trabalhar. Em 1970, num momento em que já se dera o início da industrialização no Brasil, as mulheres intensificaram ainda mais sua presença no mercado de trabalho. A partir daí, as trabalhadoras começaram a ser parte significativa na economia, a ter independência financeira, o que é um dos principais elementos para a liberdade feminina. Afinal, vivemos em um sistema econômico capitalista.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Como foi ilustrado acima, as mulheres também são minoria na representação política e isso retrata a ausência de amparo em leis que nos protejam. E abre espaço também para homens se sentirem em posição de decidir pautas relacionadas a nós, como por exemplo quando surge a discussão sobre a legalização do aborto, em que todos são perguntados, consultados, menos quem sofre com a violência de ter ou não um aborto com condições humanas e seguras, ou seja, as mulheres.

Ainda sobre o assunto dos homens serem maioria em cargos de gerência e na representação política, é necessário afirmar que este fator não

está ligado à falta de capacitação das mulheres. De acordo com dados do IBGE, as mulheres, em 2018, correspondiam a 45,3% das pessoas inseridas no mercado de trabalho. Elas, além de ganharem menos, em geral possuem um nível maior de escolaridade, o que demonstra uma disparidade entre as duas situações.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.





Centro Oeste possuem uma alta concentração de relatos sobre esse tema.

A psicóloga Marina Morabi explica sobre o termo “abuso horizontal”, compreendido como os diversos tipos de abusos que acontecem no local de trabalho e que muitas mulheres vivenciam. Algumas delas revelaram a situação no estudo, mas a maioria das vítimas acaba silenciada. “Em uma instituição, há ali dentro uma hierarquia, com um supervisor, mas com pessoas iguais de igual nível, porque às vezes o abuso não vem necessariamente de alguém que ocupe um cargo verticalizado dentro da empresa, mas de um colega que está num mesmo cargo [que o meu]. É o que a gente chama de um abuso horizontal. Se nesse momento, esse outro utilizou comigo de algo que seja de cunho invasivo, ele não simplesmente pediu uma atividade para ser executada, mas falou: ‘pelo amor de Deus, quantas vezes eu já falei isso? Você só pode ser burro, você não entende o que eu estou falando?’, ele está estigmatizando o outro. Está colocando o outro numa situação vexatória. Quando isso é feito em público, a situação de abuso fica ainda mais caracterizada. Às vezes não é o que é dito, mas o tom do que é dito, a forma como a situação se dá a partir da permissividade do contexto relacional.”

Marina afirma ainda que no Brasil, devido à nossa construção histórica, cultural e social, a possibilidade de um abuso no trabalho acontecer envolvendo alguém que possui um cargo superior na hierarquia é maior. “É o mais usual. Eu penso, até pela nossa própria construção sócio-histórica e cultural, que o abuso vem, normalmente, de uma instância de poder. Observem o abuso na relação doméstica e familiar, em relação a filhos, em relação a companheiro e companheira, em relação a colegas de trabalho, em relação a gênero ou não. Sempre ocorre em lugar em que o sujeito tem investimento de poder, em que ele acha que ele pode utilizar desse poder que acredita ter em benefício pessoal, de algum modo violentando o outro. O abuso sempre tem essa tonalidade de uma perspectiva de violência, seja ela moral, verbal, física. É uma conotação de violência quando a gente pensa nessa inserção do processo de abuso.”

Esse poder limita o número de pessoas que realizam denúncias. Por exemplo, no estudo citado acima, apenas 5% das entrevistadas recorreram ao RH das empresas para reportar o abuso. Muitas sofrem com a dependência da renda que aquele trabalho oferece e com medo de não serem levadas a sério. “A dependência afetiva é essa angústia do abandono e da solidão e isso não é só no caso de violência doméstica, é no caso de violência no trabalho, porque eu vou construindo com o outro essa falsa ideia de uma dependência total. Se você sai desse emprego, pontuam várias questões: ‘você vai arrumar emprego onde?’; ‘Olha como o está o cenário lá fora, você vai ficar desempregada”’, exemplifica Marina

Morabi. “Isso vai construindo no outro uma dependência total dessa vinculação. Claro que entra muito essa questão do capital, mas muitas vezes entra esse lugar do desamparo psíquico. É como se não tivesse outra possibilidade que não fosse essa relação, de quem é que vai me querer se não for esse trabalho, se não for esse homem, se não for esse grupo de amigas? Vai construindo, a partir desse processo de violência, essa dependência total”, acrescenta a psicóloga.

Um grande exemplo é o caso do humorista Március Melhem, que foi acusado por muitas mulheres de abuso sexual, dentre elas a humorista Dani Calabresa, nos bastidores da Rede Globo. Sua colega de trabalho Dani Calabresa realizou a denúncia em 2019 e após isso ela teve um projeto recusado na Globo e ainda está sendo processada por Melhem por difamação, injúria, calúnia, com ele exigindo uma indenização no valor de 200 mil reais. Esta indenização seria para custear as despesas que o humorista teve com médicos e terapia durante a repercussão do caso na mídia. Neste caso, é visível o quanto a denúncia da mulher pode ser muito mais nociva para a vítima do que para o agressor, o que é reflexo da nossa sociedade extremamente machista.

Com a repercussão que o caso teve na mídia e nas redes sociais, ele também saiu prejudicado, sendo demitido da Globo e perdeu contatos publicitários. Na época em que estourou o escândalo na imprensa, ele era superior hierarquicamente dentro da emissora e caracterizado como o chefe do humor. A mídia publicou episódios como o de uma festa de confraternização do elenco da TV ocorrida no Rio de Janeiro no dia 5 de novembro de 2017. Na ocasião, segundo se noticiou, Melhem tentou beijar Calabresa por mais de uma vez. Mesmo depois de tornar isso público, ela ainda manteve o seu contrato na Globo e o estava processando. Com a sua iniciativa, outras mulheres que também foram vítimas do ator deram depoimentos.

A Globo não comenta questões desta natureza, afirma que tem como característica agir de acordo com as regras, lei interna, normas e instruções de uma empresa, observando, assim, seu compliance. Mas a emissora possui um setor que cuida das questões éticas internas e a organização, o que inclui denúncias de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. A Globo já agiu no caso do ator José Mayer, que foi acusado de assédio por uma maquiadora e também foi demitido. Levantamento do site Notícias da TV mostra que a imensa maioria de denúncias no compliance da Globo refere-se a episódios de assédio moral e sexual contra mulheres.

Isso pode nos fazer lembrar da cultura do chamado “teste do sofá”, que imperou em ambientes artísticos durante muito tempo. Mulheres e homens deveriam se submeter a pessoas em posições hierárquicas superiores se quisessem ter uma chance de integrar determinado trabalho.

Produtor de cinema dos EUA, Harvey Weinstein, um dos nomes mais poderosos de Hollywood, foi acusado de assédio e estupro por várias atrizes. Ele perdeu a empresa, foi preso e ainda responde a vários processos. Outro caso famoso é o do ator Kevin Spacey, ganhador de 2 Oscars, que foi denunciado por atores quanto a assédios sexuais.

## ASSÉDIO MORAL

O assédio moral na maioria dos casos é bastante difícil de identificar, pois alguns chefes possuem um alto índice de superior hierárquico em suas falas fazendo com que as vítimas não consigam distinguir o assédio moral dentro das relações de trabalho. E o primeiro caso que irei contar aqui é o meu. Sobre o assédio sexual, o advogado José Eduardo Barbieri diz que “essa atitude extrapola a ideia de um início de uma demonstração de afetividade, onde é imposta através de uma hierarquia a subjugar da relação masculina e feminina, independentemente de quem esteja nessa posição. Nesse tipo de assédio é uma pessoa que utiliza da posição para subjugar a outra na parte sexual”.

As relações de trabalho podem ter um sentido pejorativo que vão além de atitudes e palavras, mas por trás disso há o sustento que as famílias precisam levar até suas casas e por conta disso, muitos acabam se submetendo a esses tipos de relação extremamente abusivos. Nesse cenário, as mulheres são as vítimas preferenciais e algumas delas possuem um perfil de mães que são chefes da casa e criam seus filhos sozinhas. Segundo a Agência Brasil, um levantamento da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) mostra que quatro (39%) em cada dez lares da região metropolitana de São Paulo são chefiados por mulheres. E no grupo, o arranjo familiar que predomina (46%) é aquele em que essas mulheres sustentam filhos ou netos sem a presença de um cônjuge.

A pesquisa conseguiu mostrar a diferença entre a renda das famílias chefiadas entre homens e mulheres. Dados mostram que mulheres líderes do lar chegam a 27%. Para a coleta de dados, a equipe da Seade visitou 2.100 domicílios. A aplicação dos questionários foi feita no segundo semestre de 2019. E com esse estudo foi possível analisar que as famílias compostas por um casal e que tenha filhos, a liderança do homem no lar é de 36%. Os que ainda não possuem filhos são 16% e administrado pelo sexo masculino. Já as pessoas que moram sozinhas apresentou um total de 15% a maioria representado pelo sexo feminino.

Elisa (pseudônimo) iniciou em um novo local de trabalho, depois de passar por todas as fases para ser contratada como menor aprendiz. Os seus pais se separaram ainda quando era muito jovem e sua mãe possuía

três filhos. Um deles morava com sua avó materna e os outros dois, inclusive ela, com a sua mãe. Ela ajudava em tudo e mesmo ainda menor de idade, foi atrás de seu primeiro serviço para ajudar nas despesas de casa. Estava muito feliz com o novo emprego, mas o primeiro dia não saiu como ela havia planejado. Na volta do serviço, quando estava com um colega do novo trabalho, ele começou a assediá-la.

“O acontecimento foi no primeiro dia. Eu era jovem aprendiz e entrei nessa empresa, e na volta do serviço ficava na escola, porque eu estudava de noite. No final do dia, um homem que trabalhava nessa empresa me ofereceu carona e eu aceitei pelo motivo de economizar passagem. Na época eu tinha 16 anos e para mim era normal a pessoa oferecer carona. Ele começou a fazer os percursos e me deixou por último, achei estranho.”

Elisa não estava sozinha, mas o autor da tentativa de abuso fez uma estratégica até que os dois ficassem realmente sozinhos. “Eu aceitei a carona porque estava chovendo muito, mas eu não sabia que iria ficar por último. Ele deixou todo mundo onde tinha de deixar e eu fiquei por último. Ele até falou o seguinte: passa aqui para frente, senão vão pensar que eu sou uber. Passei para frente porque eu não estava vendo problema nenhum, até porque na minha cabeça ela estava fazendo isso de boa fé.” Os relatos apresentados por essa vítima ocasionaram para ela um certo tipo de constrangimento. Ao lembrar das cenas, ela sempre chamava o homem de idiota, assim como suas atitudes. “Ele começou a fazer o caminho e mudando [o trajeto] para ficar mais longe [demorado], mas eu não falei nada também. Na minha cabeça, era normal a pessoa dar carona para outra, ainda mais quando está chovendo. Era do mesmo serviço e pensei: ele não vai fazer nada, com vários anos dentro da empresa e se prejudicar com isso”, relata.

“Ele começou a fazer umas perguntas pessoais, que eu não faria para ninguém que eu conhecesse no primeiro dia e nem no segundo. Começou a passar a mão na minha mão, acariciar e a falar que minha mão era bonita. Estava toda sem graça, não tinha como correr, eu estava em uma BR e com medo dele fazer alguma coisa. Foi chegando na minha escola e ele virou para mim e falou: agora você me dá um beijo? E veio para cima como um leão”, compara.

“Eu acho que na cabeça dele, ele pensou que eu aceitei a carona e por isso eu iria querer beijá-lo. Meu primeiro instinto foi meter o pé dali. Eu abri a porta [do carro] e fui embora pra escola. Fiquei com medo, tremendo. Eu não podia fazer nada e não contei para ninguém, porque pensei: se eu falar, o povo não vai acreditar. A única pessoa que contei foi um amigo meu e na hora ele tentou me acalmar. O meu medo era que esse rapaz já conhecia as redondezas de onde eu morava e a escola que eu estudava e como era

de noite, era perigoso ele aparecer novamente e tentar fazer alguma coisa.”

Ele não era dono da empresa e muito menos chefe da vítima, mas o seu tempo de serviço era maior do que o da adolescente. “Ele era vendedor, só que tinha muitos anos que ele estava lá.” Voltar no outro dia para mais um expediente de trabalho com medo do que podia acontecer era um dos receios de Elisa. “No outro dia, eu tinha que tirar foto dos vendedores para atualizar o cadastro, e quando chegou nele, eu comecei a tremer toda, e ele ficou agindo como se nada tivesse acontecido. Ele virou pra mim e falou assim: ‘Você não vai olhar na minha cara e desejar boa tarde não?’ Eu não falei nada, simplesmente virei a cara, tirei a foto e saí. Mas eu me lembro até hoje do nome dele e do rosto. Eu fiquei lá por 1 ano e 3 meses, o tempo do meu contrato de jovem aprendiz, mas depois de alguns dias, não tive mais contato com ele, não o via e acredito que algumas semanas depois ele acabou saindo da empresa.”

Ela conta que não ficou com trauma depois que isso aconteceu, mas a experiência a deixou mais esperta. “Hoje em dia, mesmo que seja um conhecido que me ofereça carona, eu não vou. Essa situação me gerou um medo, eu não confio”. O caso de Elisa, mesmo que não tenha ocorrido dentro da empresa, foi causado por uma pessoa que trabalhava no mesmo local em que ela atuava e no qual possuía um cargo superior ao da vítima. De qualquer forma, houve o assédio.

**O local de trabalho não é sempre o emprego dos sonhos**

**O primeiro trabalho foi marcado por inúmeras metas e traumas psicológicos**

DEPOIMENTO ARIENY

A alegria de iniciar em um novo emprego é sempre marcada por grandes expectativas, em que são traçadas metas. O desejo de uma pessoa recém-contratada é sempre se esforçar e garantir a aprovação de seus líderes. Mas nem sempre o sonho torna-se realidade. As brincadeiras podem começar logo após alguns dias de trabalho, evoluindo até chegar a atitudes muito

mais graves. O assédio em ambientes profissionais pode ser desenvolvido de diversas formas: assédio moral, assédio sexual e também a famosa perseguição, que jogam sobre a vítima uma espécie de pressão e manifestações inadequadas repetidas a partir de uma palavra, de gestos e comportamentos.

No segundo semestre da faculdade, eu precisava de um emprego para

ter liberdade para adquirir as minhas próprias coisas. Estava com 18 anos e recebi um comunicado através do portal do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) de que havia sido convocada para uma entrevista de emprego próxima à minha casa. Seria possível, assim, conciliar com os estudos. Passei na entrevista e não podia trabalhar como jovem aprendiz pelo motivo que o meu curso era em uma área e o trabalho era uma função totalmente diferente. Mas pela minha alegria, eles decidiram me contratar mesmo assim e assinaram minha carteira de trabalho.

A empresa tinha apenas 2 meses de fundação e eu já estava contratada. De fato, aquilo tudo me parecia um sonho até que com a chegada dos primeiros meses, eu me senti totalmente desamparada e sendo tratada de forma bastante diferente de como era no início. As minhas colegas da faculdade sempre ouviam os relatos das diversas atribuições que eu enfrentava e me falavam que eu era bastante forte por aguentar aquilo tudo.

Dessa forma se passou o primeiro ano na empresa e eu só almejava as minhas férias, pois estava esgotada de trabalhar a tarde toda naquele ambiente. O tratamento que eu recebia de meu chefe era bastante agressivo. Sempre nos comunicava algo com gritaria e anunciava, rispidamente, como era para seguir dentro da empresa. As frases a seguir, que classifico como assédio moral e psicológico, ficaram gravadas na minha lembrança: “Vocês estão aqui para trabalhar, se não seguir conforme o ritmo, todos irão para a rua”; “Vocês não são burros o suficiente para não entenderem o que eu estou falando. Este mês eu quero essa quantidade de metas”.

Por fim, chegaram as minhas tão sonhadas férias e foi logo no início da pandemia, mas quando retornei, recebi o comunicado de que a minha coordenadora havia se acidentado e que agora aquele cargo seria meu. Coordenei uma quantidade de oito pessoas e sempre colocava em mente que não queria ter a mesma atitude hierárquica que mantiveram comigo. E foi quando batemos a primeira meta da empresa em minha gestão. Eu estava tão feliz que todos gostavam de mim, mas infelizmente aquilo não foi o suficiente. Os casos de COVID-19 se alastraram ainda mais e logo veio o fechamento de alguns comércios. Como éramos do setor da saúde, continuamos com o nosso funcionamento, mas o rendimento não era mais o mesmo.

E foi nessa época que percebi que ali já não era mais o meu lugar. Todos da equipe ouviram uma frase do dono da empresa que dizia o seguinte: “Não estou nem aí se a mãe, papagaio, tio ou cachorro morreu. Eu quero todos vocês captando clientes todos os dias até voltarmos com o nosso rendimento. Se não concordarem, podem pedir para sair”.

O cenário que estávamos passando não era nada comovente para ele mudar a sua postura, sem contar as inúmeras ofensas e xingamentos que aguentávamos. Hoje percebo as consequências que aquilo tudo me

acarretou. Tornei-me uma pessoa bastante agitada e consegui identificar essa relação de assédio moral e psicológica em 2019, próximo ao dia de completar o primeiro ano na empresa. Com essa perspectiva, iniciei o meu tratamento com uma psicóloga, que logo no primeiro dia e no primeiro momento da terapia me disse a seguinte frase: “Calme, freie, uma palavra de cada vez”.

Eu era uma pessoa bastante insegura, estressada e agitada ao mesmo tempo. Todas as coisas que almejava, eu queria que se resolvessem naquele momento. E com algumas sessões de terapia, a profissional notou que o trabalho era o principal motivo da minha inquietação. As sessões acabaram depois de dois meses. Duas vezes por semana eu visitava aquele consultório. Além de ter ido atrás das terapias para melhorar a minha ansiedade, eu também já não tinha o mesmo rendimento na faculdade. Depois de um período de dois meses, eu parei de comparecer à terapia. O meu estresse estava maior ainda a ponto de não conseguir me sentar em uma poltrona para conversar com uma psicóloga por cerca de 40 minutos.

No início do ano de 2021, tirei novamente as minhas férias. Estava totalmente cansada e sem rendimento dentro daquela empresa. Ficaria 30 dias fora daquele local. Pensei que nesse tempo eu iria me estabilizar emocionalmente e com isso coloquei em mente que não precisava voltar com as terapias, pois eu estaria longe do espaço onde ocorriam os comportamentos abusivos. Esse tempo foi totalmente favorável para eu pensar em como estava sendo a minha relação de trabalho e no primeiro dia de meu retorno das férias, fiz um acordo e saí da empresa, prometendo para mim mesma que jamais aceitaria viver aquilo novamente.



A advogada Ariana Teles explica como se dá esse processo. “O assédio sexual seria uma conduta praticada por aquele agressor no ambiente de trabalho. Julgamentos, que a gente chama de jurisprudência, acabam ampliando esse leque, considerando o ambiente de trabalho não só um lugar físico onde a mulher ou a vítima presta serviço, mas qualquer circunstância, qualquer ambiente que decorra de uma relação de trabalho.”

Segundo uma pesquisa do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), 92% das pessoas consideram que as mulheres são as principais vítimas de assédio no trabalho em relação aos homens. Os dados coletados fazem parte de uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão. Além dos relatos de assédios também existem outros tipos de constrangimentos dentro do local de trabalho, ainda mais quando se configura em relação a gênero. A pesquisa aponta que 40% das mulheres já foram xingadas no local de trabalho, enquanto essa proporção é de 13% em relação aos ho-

mens. Já as dificuldades para serem ouvidas chega a 37% das mulheres e atingem apenas 16% dos homens. Mas os convites que recebem para sair com algum funcionário homem da mesma empresa chegam a ser de 36% e 39%. Já para os homens, esse número alcança somente entre 8% e 9%.

As vítimas de assédio não estão somente entre as mulheres. Homens também podem enfrentar essa situação. Situações como assédio moral ou sexual já foram vividas por 76% das mulheres ouvidas na pesquisa, ao mesmo tempo em que 68% dos homens também já experienciaram tais agressões e ataques. Em todos os recortes, como se pode perceber pelo levantamento, as mulheres são os principais alvos.

Não existe trajeto, não existe hora e muito menos definição do tipo de agressor. O crime acontece em momentos inesperados, exaustivos e muitas vezes passa despercebido. Um olhar mais invasivo, uma desculpa para “encostar demais”, dentre outras formas de assédio, já causam desconforto, principalmente em mulheres, tendo em vista que homens também são alvos de tais condutas. Nesses casos, geralmente as vítimas são menores de idade. São Anas, Marias, Fernandas que sofrem com isso diariamente e não existe a

opção de não frequentar transportes públicos, onde vários desses abusos ocorrem, já que as mulheres integram a sociedade de forma ativa, trabalhando e estudando, indo e vindo.

Na estatística das diversas vítimas diárias de assédio dentro de ônibus, eu me incluo, uma experiência totalmente inesperada e que ainda me atormenta. Eu estava voltando da faculdade sempre pelo mesmo caminho. Entrei em um ônibus, o da linha 280. Pouco tempo depois, um homem baixo, de cabelos castanhos, com aparência de ter uns 30 anos, sentou-se ao meu lado. Passados alguns minutos da viagem, a importunação começou com um beijo no rosto não consentido, com as mãos em minhas pernas. Meu corpo foi consumido pelo medo e pânico. Corri para outro banco e na parada mais próxima descí, com bastante insegurança, temendo ser perseguida. E ainda faltavam muitos quilômetros para chegar à minha casa.

**A dificuldade de voltar em segurança para casa Quando se é mulher não existe o um caminho que nos faça sentir em segurança**

DEPOIMENTO ANDREINA GONÇALVES

Neste caso, como em muitos outros, não houve nenhum tipo de reação das pessoas próximas, contando com o fato de que ao menos no transporte público, na volta para casa, deveria existir a esperança de uma forma de proteção por se tratar de um ambiente público. Considerando que toda a população brasileira possui o direito de ir e vir em espaços públicos, de utilizar quando desejar e precisar do transporte coletivo, elementos assegurados pela Constituição Federal vigente, a importunação sexual acaba suprimindo essa liberdade em muitas situações, principalmente quanto às mulheres. E assim, mais uma vez, perdemos parte de nossa liberdade e acumulamos traumas. Eu não consigo mais usar ônibus se estiver sozinha. Devido àquele acontecimento, todos os homens se tornaram suspeitos em potencial para mim.



Os assédios sexuais, quando acontecem com o sexo masculino, não são tão comentados. Alguns homens se sentem com a masculinidade frágil depois do ocorrido. Eu estava conversando com um amigo sobre este livro-reportagem e comentei a maneira que nós mulheres somos perseguidas em relação à nossa postura, roupas e atitudes, e como os assédios ainda são direcionados fortemente para o sexo feminino. Diante disso, ele relatou uma situação que passou e que nunca havia comentado com alguém. Ainda adolescente, quando estava cursando o primeiro ano do ensino médio no colégio Claretiano, na região central de Goiânia, ele usava o transporte público para ir e voltar da escola até que um dia mudou o caminho para deixar um amigo no ponto de ônibus.

“Para subir para a Av. Anhanguera, eu tinha que passar pela Avenida Goiás e na rua tinha muita gente do lado. Eu estava passando e um homem baixo, com uma camisa cinza e uma calça escura com a barra dobrada, atravessou na minha frente e falou: vem aqui no canto para me fazer aquele negócio.

Engraçado que todo mundo fala que na hora iria gritar ou bater, mas eu não tive reação. Eu pensei que nunca aconteceria comigo porque eu sou homem, né. Eu corri para o Eixo Anhanguera e o peguei no sentido contrário, depois descí em uma plataforma e peguei voltando para casa e vendo se não tinha ninguém entrando junto comigo. Eu fiquei foi com medo.”

Kamila (nome fictício), vítima de abusos no ambiente familiar, também foi alvo do olhar malicioso enquanto percorria o caminho até a escola. Ela conta mais um caso que nos causa repúdio e ódio pelos agressores que agem com tanta crueldade em nossa sociedade.

“Já que estou contando, vou contar uma outra experiência que não aconteceu com essa pessoa (antigo padrasto citado no capítulo anterior), mas eu acho que é interessante pra você entender. Tenho 45 anos, faz as contas... Minha filha está com 16 anos e eu nunca a deixei ir para escola sozinha. Olha o tanto que eu fiquei paranoica. Mas eu tinha seis anos e pouco quando fui para escola sozinha, só eu e Deus.

Estou andando na calçada e apareceu um homem não sei de onde e eu tenho certeza absoluta de que isso não foi fantasia da minha cabeça, eu tenho certeza de que isso aconteceu. Esse homem começou a andar comigo. Eu me lembro que a escola ficava a quatro ou cinco quarteirão da minha casa. Não era linha reta, era ali na Vila Nova e era uma zigue-zague danado para chegar. Eu morava na rua 215 e a escola ficava na Quarta Avenida lá na frente, e eu ia sozinha.

E o cara falou assim: ‘Oi, tudo bem?’. Não vou lembrar direito a conversa não, só o seu teor. Ele disse: ‘Eu participo de uma campanha promocional e nós estamos premiando as crianças que usam calcinha’. Na minha cabeça era da marca Duloren, mas eu não tenho certeza, a gente cria muito quando reproduzem as histórias. Não sei, na minha cabeça é Duloren, não sei por que, acho que foi isso que ele falou porque Duloren é uma marca mais antiga de lingerie. Ele continuou: ‘Então, as crianças que usam calcinhas Duloren ganham um prêmio’. Gente, eu era muito ingênua, claro, nessa idade. E a pessoa foi andando comigo, enchendo minha cabeça disso. Não vou lembrar o teor da conversa, mas eu sei que eu fiquei toda empolgada.”

E ele: ‘Pra isso, tem que deixar eu ver qual a calcinha que você tá.’

“Hoje eu tenho a lembrança do lugar certinho. Eu te falo onde é, se precisar. Era um bequinho, não era um lote vazio, era uma construção que tinha começado, mas não tinha nada lá dentro. E a gente entrou e ele me encostou na parede. Claro que eu deixei fazer tudo isso, não foi nada assim que eu não permiti, eu não sabia que era errado. Tá vendo como é difícil? Eu não sabia que era errado, eu só sabia no que eu ia ganhar, igual a balinha, igual o chocolate.

Ele desceu minha calcinha e colocou a boca e ele fez o que quis com a boca e na hora eu pensei assim: ‘Gente, esse negócio não está certo. Ele só falou que queria ver, o que é isso que ele tá fazendo?’ Fez o que tinha que fazer, matou a vontade dele, eu vesti a calcinha e na hora de ir embora, ele desceu a calça e pediu pra eu pegar. Isso me afeta até hoje... Ele pediu pra eu colocar a mão, estava daquele jeito o genital dele. Eu coloquei a mão e pronto, aquilo ficou ali, mas eu podia ter morrido,

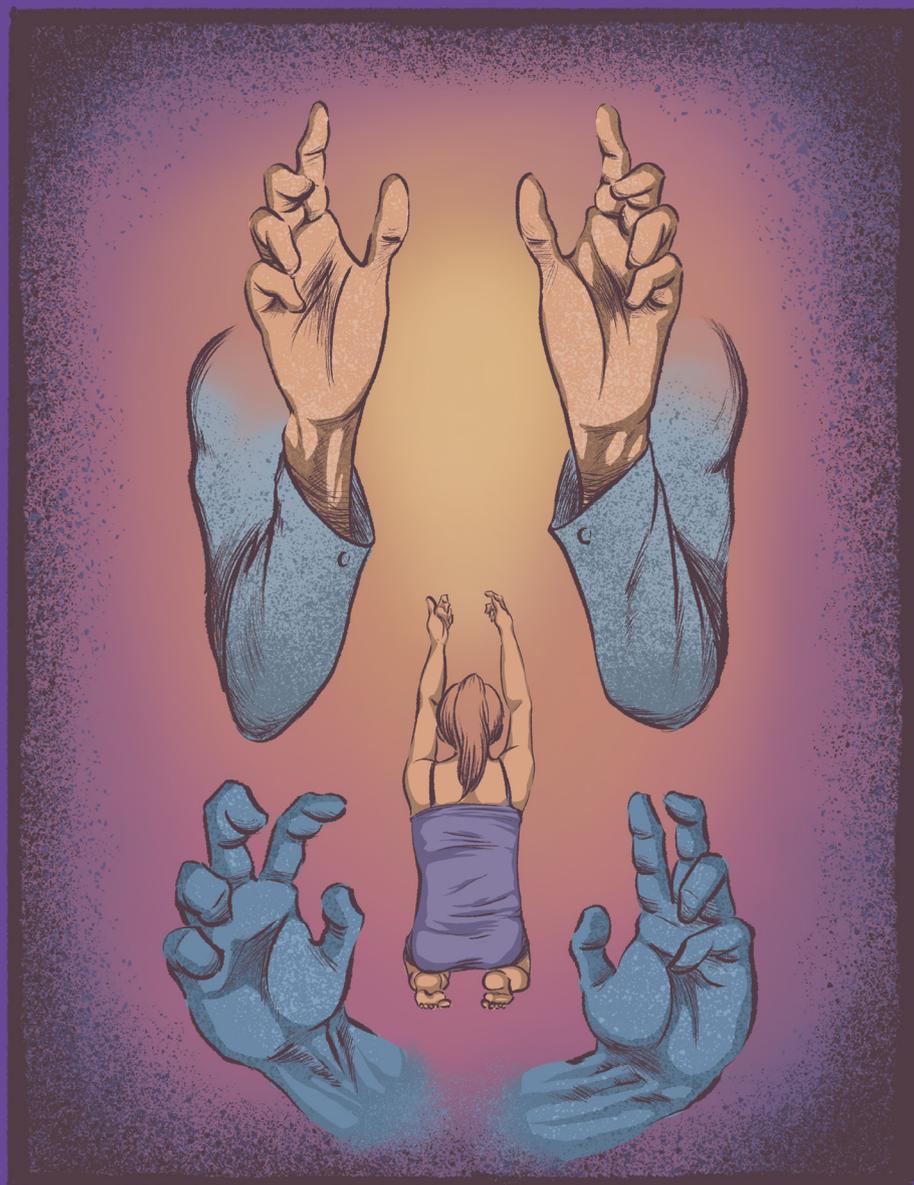
podia ter sido estuprada, podia ter acontecido o pior comigo, não aconteceu e fui pra escola. Foi a última experiência que tive em relação a essa situação de abuso. O que aconteceu depois foi tudo eu que quis, mas até esse momento, que eu lembre, foi isso.”

Na primeira situação, Kamila não chegou a denunciar e essa nova tentativa de abuso ela também não comentou com ninguém. “Essa que eu estou te falando agora não contei nem para o meu marido, mas me senti à vontade para falar pra você. Acho que nem meu marido sabe disso, com esse tanto de detalhes não... Estou arrepiando aqui até a alma, estou até emocionada, desculpas...”

Mas a gente pensa que esse tipo de coisa não mexe com a gente, mas mexe demais, é um horror isso. Por que a gente é tão vulnerável? Não culpo minha mãe não, mas, como é que você deixa uma criança sozinha com seis anos de idade ir para a escola?”



# Abuso de poder ligado à religião



“Amados, amemos uns aos outros, pois o amor procede de Deus. Aquele que ama é nascido de Deus e conhece a Deus”.

(Versículo: 1 João 4:7).

Amor e fé. Sentimentos subjetivos, abstratos, mas que movem pessoas para lugares distantes, que as fazem confiar cegamente em líderes. Líderes estes que são seres humanos comuns, como nós, entretanto intitulados como representantes de Deus na Terra. O pior é quando eles realmente se sentem o próprio Deus e usam dessa posição privilegiada para cometer crimes. Crimes como o abuso sexual de mulheres, crianças e idosos. Muitos dos líderes religiosos envolvidos em tais práticas criminosas creem que são imbatíveis e inalcançáveis para a justiça dos homens. Mas de onde vem essa sensação de que são intocáveis, não importando o que façam? O grande poder desses líderes vem do gigantesco número de seguidores que vários deles possuem. Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil ainda era a maior nação católica do mundo, mesmo com o aparecimento de outras religiões e denominações. Ainda de acordo com a pesquisa, cerca de 200 milhões de pessoas eram adeptas a algum tipo de religião no País. O histórico do Brasil em relação à predominância da religião católica vem desde os tempos de colonização do território. Período que padres jesuítas foram destinados à "educação" dos nativos brasileiros, impondo assim a fé católica, que até hoje possui um número imenso de fiéis.

Antes de pensar em todos os lados das religiões, temos que primeiro entender o que é fé, que muitas vezes leva as pessoas a fazerem coisas inimagináveis. De acordo com o teólogo e professor na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, José Reinaldo, a fé depende de cada indivíduo e que nós, seres humanos, somos animais que necessitam de uma crença, "Primeiro pressuposto: o ser humano é um animal que crê. Se eu te pergunto: 'posso beber essa água?', você diz que sim, eu acredito. Uma sociedade que diz que não crê não persiste porque logo, logo todo mundo morreria enganando o outro. A fé diz respeito a uma dimensão de crença do ser humano, mas não qualquer crença. É uma crença também no sobrenatural. E a gente pode ter fé na outra pessoa: 'eu boto fé em você'", exemplifica. "Quando a gente assina algo em cartório, o tabelião escreve lá: 'dou fé' e eu assino. Isso significa que é verdadeiro. Ele consente, ele se compromete. A fé tem uma parte de crença e uma parte de comprometimento que mobiliza o ser humano de maneira fundamental. Então eu diria que a fé é uma disposição fundamental do ser humano para além de si em direção ao objeto de sua crença. Quem tem fé na família se mobiliza pela família, quem tem fé no que a outra pessoa está falando se mobiliza por aquilo que está falando e assim também é a fé no sobrenatural", argumenta.

Como em todos os âmbitos da vida existem lados bons e ruins. Na religião não é diferente. Há líderes que seguem de fato o que cada doutrina possui como dogma, entretanto há outros que utilizam das palavras

sagradas como meio de manipulação para a obtenção de mais poder. Para entender o real papel de uma crença é necessário compreender que existem sociedades teocráticas, onde sacerdotes governam estados, ou seja, a total união da fé religiosa com a política. Ainda existem, por incrível que pareça, sociedades com essa característica, como no Afeganistão, onde as leis são baseadas na religião Islâmica, oficial do país. Também na Arábia Saudita, onde há uma monarquia teocrática islâmica, em que o Alcorão (livro sagrado do Islamismo) é a Constituição do país. E por último, mas não menos relevante, o Vaticano, mais conhecido por todos por ser governado pela religião católica, ou seja, o papa possui poderes executivo, legislativo e judiciário, ainda que a cidade-estado encravada no coração da capital italiana funcione mais como uma sede administrativa e espiritual dos católicos apostólicos romanos de todo o mundo. Esses países são exemplos na prática de como a fé pode e tem poder de governar grandes sociedades.

A manipulação por meio da fé é gigante, por usar muitas vezes algo que está ligado à intimidade das pessoas. Por exemplo, muitos indivíduos usam da religião como um porto seguro, contam com os líderes religiosos como se fossem membros da família que estivessem dispostos a dar amparo diante de qualquer problema. O Brasil é um país considerado laico pela Constituição Federal. Assim, os sacerdotes de quaisquer religiões não estão acima da lei e devem segui-la, como qualquer outro brasileiro. Mas, infelizmente não é o que acontece. Na prática, as coisas não se resolvem de maneira tão automática assim. Como prova disso, há os numerosos casos que envolvem líderes religiosos relacionados a abusos sexuais contra crianças, mulheres e idosos.

Fonte: Imagens retiradas dos portais Veja, G1 e Istoé. Colagem feita pelas autoras.



Essas capas e reproduções de veículos jornalísticos, com coberturas realizadas recentemente, revelam a alta frequência com que explodem escândalos que trazem de abusos sexuais cometidos por líderes religiosos, que se aproveitaram de sentimentos íntimos das vítimas, da fé, do amor depositados em um Deus por quem foi atacado, mas que para os agressores transformou-se em instrumento para cometer crimes. Ataques e abusos que, na maioria das vezes, demoram anos para serem descobertos, já que como muitas pessoas sequer cogitam que seus líderes espirituais sejam capazes de tais comportamentos, têm dificuldades em estabelecer as fronteiras entre o que é adequado ou não nessas situações.

O mundo religioso possui diversos escândalos de crimes sexuais, mas um dos mais recentes a obter grande repercussão foi o caso de João de Deus, o líder religioso que usava do centro espírita que possuía em Abadiânia, interior de Goiás, a Casa Dom Inácio de Loyola, para cometer os crimes de cunho sexual.

Fonte: Imagens retiradas dos portais Veja, G1 e Istoé. Colagem feita pelas autoras.



### João de Deus é condenado pela primeira vez por crimes sexuais, e pega 19 anos de prisão

Denunciado 13 vezes pelo MP de Goiás, por abuso contra 57 vítimas e posse ilegal de armas, médium está preso preventivamente há um ano, e nega as acusações

Paula Ferreira  
19/12/2019 - 14:39 / Atualizado em 19/12/2019 - 15:59



### João de Deus é condenado em mais um processo por crime sexual

*Juntas, as penas do médium somam 64 anos e prisão*

Publicado em 25/05/2021 - 18:30  
Por André Richter - Repórter da Agência Brasil Brasília



Brasil

### João de Deus é condenado a mais 40 anos por crimes sexuais

Esta é a segunda sentença do médium com relação aos abusos; ele nega as acusações

Por Da Redação 20 jan 2020, 19h02

João de Deus, líder espírita nascido em 1942, já foi condenado a mais de 40 anos de prisão por crimes sexuais cometidos contra 5 mulheres. Anteriormente, ele já havia sido condenado a 19 anos em regime fechado por crimes sexuais contra outras 4 mulheres.

\*\*\*

## VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE

Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.” (NR).

O artigo expressa como são realizados os estupros contra as vítimas que têm a fé como algo supremo. A crença é o empecilho que dificulta a denúncia e que muitas vezes impede a vítima de manifestar sua livre vontade, porque ela acredita que o líder religioso está fazendo o melhor para ela. Um exemplo disso é o testemunho de uma das vítimas do médium João de Deus, Carina, que iniciou o acompanhamento espiritual aos 17 anos com o líder religioso à procura da cura da depressão. Em um de seus relatos, ela disse: “Irritado, ele dizia que não fazia aquilo por prazer, que queria me ajudar e que eu não podia sentir nojo, devia fazer direito.” (Portal Claudia)

Os atendimentos eram realizados na casa Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia. Em vários cômodos da casa havia a frase “O silêncio é uma prece”, que foi levada ao seu sentido literal durante 43 anos. Os frequentadores, incluindo as vítimas, colocaram esta frase como lema de suas condutas porque sentiam medo e acreditavam que seus testemunhos seriam inválidos devido ao grande poder e à influência que João de Deus possuía não só em Goiás, mas em níveis nacional e internacional.



As perguntas que muitas pessoas fazem ao saber de uma denúncia dessa natureza são: “Mas por que demorou tanto para denunciar?”; “Por que só agora?”. São frases que mostram o quanto a vítima, mesmo em posição de acusação, é colocada em teste e tem sua história contestada. Muitas delas não estão preparadas para a denúncia e acabam desistindo durante o processo. Isso deve a vários fatores objetivos, desde a precarização das etapas de denúncia até esse momento em que são colocadas à prova por interrogadores ou partes interessadas no processo, como os advogados de defesa dos denunciados. Os casos envolvendo João de Deus vieram à tona depois de anos. E não seria surpreendente que muitas outras que possam ter sido atacadas pelo médium ainda estejam silenciadas pela família, pelo trauma ou pelo constrangimento de contar sua experiência. Isso decorre do fato que a religião, como já foi dito anteriormente, é algo de cunho muito íntimo e está ligada em todas as ou-

tras áreas da vida de uma pessoa, como afirma Marina Morabi, psicóloga e professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. “Como tem também aquilo que a gente chama de poder religioso, o João de Deus não é necessariamente uma pessoa comum. Ele é uma pessoa imputada de uma crença que se tem ao longo da vida e que vem atravessando gerações. Usualmente, quando eu valido o outro como sendo um líder religioso, ele não vem sozinho, ele vem de uma validação familiar, de um núcleo social e vem de um lugar que é dado e tem uma força social.”

Esse contexto, que envolve um líder religioso popular, que os fiéis acreditam até ser portador de poderes sobrenaturais, faz com que haja uma natural intimidação quanto a denunciá-lo por algum tipo de crime. Afinal, trata-se da figura desse líder religioso que acabou tendo tanta influência, que era praticamente impossível se posicionar contra ele, uma espécie de mártir, como afirma o teólogo José Reinaldo. “Ele exerce o protagonismo de liderança na religião e a religião tem um papel importante na vida das pessoas. As pessoas não mudam de religião como mudam de roupa. Dali em diante, com ele naquela posição [de influência], sua palavra não é mais a palavra do indivíduo João de Deus, com um CPF – aliás, o nome dele não é esse, João de Deus –, mas já é a figura transfigurada do líder religioso. João de Deus não tem CPF, João de Deus é a figura pública, é a figura institucional daquele segmento e espera-se que a figura pública tenha uma palavra que seja também credível, que seja segura, que seja certa, na qual se pode amparar. Aquilo que o líder religioso diz deveria ser passivo de crença”, salienta.

“Veja que existe aqui uma situação entre João de Deus e as suas vítimas que não é de equidade, mas uma situação de diferentes desigualdades. Ele já fala de um lugar estabelecido como superior e crível e o fiel já chega de um lugar inferior, como influenciável”, constata. Seria como se as vítimas que o denunciasses estivessem comprando uma briga, mas não uma briga qualquer. A crença era tão forte que acreditariam estar se antagonizando diretamente com Deus.

Outro caso que não teve tanta repercussão como o do João de Deus foi o do padre Iran Rodrigo Oliveira, que atuava em Anicuns, interior de Goiás, que “reconstituía” a virgindade de moças. O padre prometia devolver a virgindade às mulheres e assim cometia os abusos. De acordo com reportagem do G1, os abusos começaram em 2005. As primeiras acusações foram de duas mulheres, mas com o passar do tempo mais três tiveram coragem de fazer denúncia. Os abusos aconteciam dentro da própria casa paroquial e duravam até 1 hora e meia. O que mais chama a atenção nesse caso foi o fato de que as vítimas se culpam por terem sido abusadas. De acordo com a reportagem, publicada no portal no dia

19 de agosto de 2017, “Uma delas chorou do início ao fim do depoimento, perguntando se ela era culpada por aquilo. Ela chegou até a pesquisar na internet se aquele tipo de benção, tocando as partes íntimas, existia dentro da Igreja Católica, contou o promotor.”

A fala do promotor é de grande relevância porque mostra como a fé e a religião afetam a vida de uma pessoa, o poder que elas exercem como uma lente para enxergar a sociedade. É espantoso o quão recorrentes esses casos são. Com apenas um clique na aba de qualquer navegador é possível encontrar rapidamente diversos casos envolvendo líderes religiosos e abuso sexual. Por exemplo, o pastor de uma igreja evangélica foi acusado de abusar de crianças e adolescentes em Brasília durante 16 anos. Em reportagem do portal Metrópolis, do dia 3 de março de 2021, não foram revelados muitos dados como o nome do agressor ou o de alguma vítima, com o intuito de preservá-los (principalmente as vítimas). Entretanto, há a informação de que o crime só foi descoberto após uma denúncia anônima em 2019 e que o pastor se aproveitava da proximidade das famílias, da confiança dos fiéis para capturar a próxima vítima.

Na reportagem é escrita a seguinte frase: “Escondido sob o véu da religiosidade, o estupro deixou marcas profundas no corpo e na alma de pelo menos seis vítimas, com idades entre 10 e 17 anos à época dos crimes”. Trata-se de um método comum, espécie de fórmula de como estes agressores costumam agir, sempre conquistando a confiança da família com a promessa de proteger a criança/adolescente sob seus cuidados espirituais, mas infelizmente não é o que acontece. “Nós somos sujeitos essencialmente biopsicossocioespirituais. Assim como tem um poder que é psíquico, do lugar que eu atribuo psicologicamente como lugar de poder. Então é uma pessoa que é de referência para outra pessoa, tendo uma autoridade instituída dentro desse poder psicossocial”, afirma a professora e psicóloga Marina Morabi. É natural a busca por essa pessoa capaz de entender os problemas e de comunicá-los a um poder maior, capaz de perdôá-los. Como foi dito pelo teólogo José Rinaldo, nós temos a necessidade de crer.

A ousadia desses criminosos ultrapassa o uso apenas da vertente religiosa. Existe um caso em que um pastor evangélico foi acusado de abusar sexualmente de uma menina dentro da igreja e também sequestrou a criança. Em matéria para o portal da Band, publicada em 21 de agosto de 2020, com informações de reportagem exibida no telejornal Primeiro Jornal, o líder religioso foi preso em Taboão da Serra, São Paulo. O pastor Sérgio Gomes teria sequestrado uma menina de 9 anos e no dia do crime usado a justificativa de que levaria a criança para almoçar. A mãe da vítima, em conjunto com a esposa do pastor, percebeu o sumiço e realizaram a denúncia. Pouco tempo depois o pastor foi localizado

chegando à casa da mãe da criança. Após a captura de Sérgio Gomes, a menina contou que não foi a primeira vez que ele havia abusado sexualmente dela. No dia 11 de agosto de 2020, ele teria cometido o mesmo crime. Gomes negou o crime, mas os fatos apurados na investigação não coincidiam com o depoimento do acusado.

Foram encontrados, por exemplo, brinquedos, doces e até brilho labial no carro dele. Ademais, a mãe do pastor afirmou na reportagem que ele já possui histórico de abuso sexual. O que mais chama a atenção nesse caso é a posição da esposa do acusado, que fez a denúncia e que em episódios anteriores afirmou que já desconfiava do “carinho” tão grande que ele dedicava à menina. Esse fato é relevante porque estamos tão descrentes na humanidade e no poder da empatia que sempre esperamos que a mulher - companheira do agressor - mantenha apoio a ele ou não perceba os abusos, principalmente pela dependência emocional. “Tem algumas crianças e algumas pessoas que querem esconder, mas algumas realmente querem denunciar e inclusive tentam verbalizar, mas temos o genitor que desvalida. Imaginem vocês numa situação dessa como mãe ou pai. Eu tenho uma visão do meu companheiro ou do meu filho, eu posso olhar e não ver nada, mas não é porque eu não quero, é porque eu não estou vendo. Os pais não vão ver nada, porque a situação não vai se dar na frente dela. É realmente muito difícil. São dados de realidade, mas que às vezes para mim, de onde eu vejo a situação, também não consigo percebê-los”, pondera a psicóloga e professora Marina Morabi. Dentro dessa situação, muitas esposas não têm coragem de denunciar por não enxergarem seu parceiro como o criminoso que é, mas neste caso foi diferente, fugiu ao padrão.

Com grande repercussão, houve o caso do padre Pedro Leandro Ricardo, que provocou a renúncia do bispo que protegia os religiosos pedófilos. A revista Veja publicou duas reportagens, em 12 de julho de 2019 e 11 de março de 2021, sobre o tema. O padre em questão atuava na zona rural de Araras, cidade a 180 quilômetros de São Paulo. Pedro não usava apenas da fé e da religião para embasar os abusos, mas era mais audacioso, fazendo pressão psicológica, ameaçando fiéis que presenciavam algo e até os expulsando da igreja. O primeiro abuso abordado foi de Ednan, que na época tinha apenas 17 anos e já fazia parte da equipe da igreja há uma década. O rapaz foi levado à casa paroquial com a justificativa de que no dia seguinte ele serviria - como coroinha - na missa. Mas durante a noite, a história foi outra. O padre, após tomar banho, apareceu de cueca samba canção na sala e propôs ao jovem sexo oral. Quando foi rejeitado, o padre atacou o rapaz, que conseguiu empurrá-lo. No outro dia, o padre celebrou a missa normalmente e algum tempo depois ele retirou Ednan das funções na igreja.

Na reportagem é citado também o tipo de pessoas que tanto o padre Pedro Leandro como outros religiosos (Felipe Negro e Carlos Alberto da Rocha) buscavam. Vítimas frágeis, vulneráveis tanto no quesito psicológico, quanto monetário. Foi abordado também como o então Bispo Vilson Dias de Oliveira acobertava todos os abusos sexuais por certa quantia em dinheiro. Quando abdicou das funções religiosas, ele tinha 10 imóveis no próprio nome. Na reportagem, os autores intitulam esse ganho em financeiro como “mensalinho do abuso”. Quando há denúncias de crimes sexuais no âmbito da Igreja Católica, a autoridade máxima local (o bispo) é a encarregada de atender e avaliar a veracidade dos relatos. E neste caso, Dom Vilson Dias acobertava todos os crimes sexuais do padre Pedro Leandro.

Além de Ednan, outras cinco pessoas denunciaram o pároco, mais dois homens, duas trans e uma mulher. Vítimas que foram silenciadas por muito tempo e que após um dossiê de 68 páginas enviado ao Vaticano, tiveram esperança de justiça. Os abusos cometidos por Pedro não se limitavam apenas à casa paroquial, eram realizados também dentro de kombis que ele utilizava para excursões da igreja. Ele aproveitava para se sentar ao lado das vítimas e durante as viagens passava as mãos em suas partes íntimas. Ele também observava os coroinhas durante a troca das vestes e em algumas vezes os ajudava a mudar de roupas. Até mensagens no aplicativo “WhatsApp” pedindo fotos íntimas enviadas por ele foram encontradas.

Dentre os depoimentos dados para as reportagens da revista Veja, existem dois que descrevem os abusos cometidos pelo padre. O primeiro, de Ednan, citado anteriormente. “Era coroinha e andava de carro com o padre Pedro Leandro Ricardo para os trabalhos da igreja. Um dia, ele começou a esbarrar a mão na minha perna, e eu achava que poderia ser brincadeira. Em um sábado, convidou-me para dormir na casa paroquial porque iríamos celebrar missa no domingo. Fiquei sozinho com ele. O padre perguntava se eu tinha namorado, se eu era virgem... No meio da conversa, abriu um vinho e pediu que eu bebesse. Eu tinha 17 anos. Tomou quase a garrafa inteira. Depois, foi ao banho. Quando voltou, vestia apenas uma cueca samba-canção. O pênis estava ereto, marcando o tecido. Veio em direção ao sofá, começou a se masturbar e pediu que eu fizesse sexo oral nele. Mesmo com minha recusa, começou a acariciar meu pênis. Fiquei em choque e me levantei. Não fizemos nada. Não consegui dormir, de pânico. No dia seguinte, na missa, só lembrava da imagem dele vindo pra cima de mim.”

Há ainda o depoimento de Paula Valentin, que foi molestada pelo padre enquanto colocava as vestes de coroinha. “O padre Pedro Leandro Ricardo me olhava de forma diferente. Eu tinha 16 anos, quando ainda não

me entendia como uma mulher transexual. Como meu pai havia morrido, achava que o pároco tinha carinho por mim. Ele começou a ficar ao meu lado enquanto eu vestia a túnica de coroinha. Depois, passou a me ajudar com as vestes para tocar o meu corpo, com a desculpa de desamassar o tecido. Um dia, abriu as minhas pernas e segurou as minhas coxas. Dei um berro na sacristia e saí correndo. Meu corpo tremia. Na hora, lembrei do abuso sexual que havia sofrido aos 3 anos do meu padrasto. Após o episódio, o Leandro me tirou das atividades da igreja. Tempos depois, já com 18 anos, quando fui estudar no seminário, tive um caso com outro padre, Felipe Negro. ‘Quem não tem padrinho morre pagão’, ele me dizia. Eu era pobre, e o padre me oferecia dinheiro para comprar roupa. Em troca, tinha de transar com ele. Seminário é uma fábrica de pervertidos: há sexo, coação, abuso de poder... Desisti de ser padre. Meus abusadores percebiam meus trejeitos femininos, eu era uma presa mais fácil. Hoje eu sou uma mulher trans e, apesar de tudo, não perdi minha fé em Deus.”

Nos depoimentos são registrados os momentos traumáticos e que com certeza até hoje geram grandes problemas. O interessante é que nos dois casos, as vítimas possuem raiva do abusador, mas permanecem na fé religiosa. Ednan afirma na reportagem que sente raiva de sacerdotes, mas que ainda acredita em Deus. Assim, é perceptível o quanto a fé é um elemento importante na vida de uma pessoa e que mesmo em casos de abusos, as vítimas não associam o que os líderes fizeram com a religião e sua crença pessoal. “Costumo dizer isso para mostrar a diferença”, ressalta o teólogo José Rinaldo. “Peça a uma pessoa que torce para o Vila Nova ou para o Goiás mudar de time. Uma coisa é eu dizer você está usando essa roupa desse jeito, use de outro jeito. Você pode até usar a roupa que quer, mas o seu emprego te obriga, a sua escola te obriga a usar um certo tipo de roupa. O torcedor do Vila Nova ou do Goiás, por exemplo, pode até ter um dia um argumento que possibilite que ele mude de time, em geral a gente pensa que não. Imagine você dizer para uma pessoa que mude o Deus em que ela crê, mude a sua crença, dizendo a respeito das dimensões de instituições sociais. Religião em geral trata de um lugar muito mais fundamental de constituição de identidade que de outras coisas, que estão mais perto do modo de vestir, do modo de se comportar, e determina todos esses modos”.

Por mais que se tente definir a fé ou a religião, essa é uma tarefa quase impossível porque a crença varia de um indivíduo para outro e ela está ligada tão intimamente a outras questões que muitas vezes nem um crime tão cruel, como o abuso sexual, faz com que se perca a capacidade de acreditar em Deus ou em uma religião. Ainda falando sobre o caso que provocou a derrocada do Dom Wilson Dias de Oliveira da Igreja Católica, o acontecimento teve tamanha importância que motivou o Papa Francisco

a agendar um evento para debater os abusos sexuais de menores de idade dentro da Igreja Católica. O Sumo Pontífice convocou 114 presidentes de conferências episcopais e três meses depois, publicou um motu próprio - carta feita pelo papa que modifica legislação da Igreja - que tornou obrigatória a denúncia de casos de abuso sexual por parte de religiosos e padres. Dentro da carta é previsto que a Igreja ofereça assistência médica, terapêutica e psicológica às vítimas.



# Redes de Apoio



Como vimos ao longo do livro que o apoio às vítimas de violências, na maioria das vezes, apresenta muitas falhas. A falta de informação e o medo de estar sozinha é um dos pilares para que as agredidas não busquem ajuda. É dever do Estado proteger e estabelecer ações de prevenção e combate à violência contra mulheres, mas também é possível buscar amparo através de ONGS espalhadas pelo mundo inteiro que se dedicam a esse trabalho de amparo.

## **MAPA DO ACOLHIMENTO**

É uma rede de solidariedade que conecta mulheres que sofrem ou sofreram violência de gênero e disponibilizam psicólogas e advogadas que contribuem nesse processo de forma voluntária. Mulheres cis e trans e homens trans residentes no Brasil que sejam maiores de 18 anos e que não tenham condições de arcar com o atendimento psicológico ou jurídico podem se cadastrar na plataforma para solicitar o atendimento.

## **SURGIMENTO DA REDE DE SOLIDARIEDADE:**

### **JUNHO DE 2016**

Ocorreu um estupro coletivo no Rio de Janeiro que ganhou uma repercussão nacional, provando que o Estado não dá conta da urgência do combate à violência contra a mulher no País. A partir desse caso emblemático, nasce o Mapa do Acolhimento.

### **JULHO DE 2016**

Em apenas um mês, milhares de mulheres se cadastraram na plataforma para receber atendimento.

### **ABRIL DE 2017**

Escândalo de assédio sexual fez com que mulheres influentes na mídia falassem abertamente sobre casos desta natureza e se tornaram madrinhas do Mapa.

### **NOVEMBRO DE 2017**

Para contratar uma equipe dedicada a levar o Mapa para todo o Brasil, lançaram o primeiro um crowdfunding, uma modalidade de investimento em que um grupo de investidores se une para colocar em prática os seus projetos. Com mais de mil apoiadores, arrecadaram quase 100 mil reais.

## MARÇO DE 2018

Com a equipe montada, evoluiu o processo de cadastro e de conexão entre mulheres a serem atendidas e voluntárias.

## JULHO DE 2018

O trabalho desenvolvido chegou a todos os Estados do País com a equipe contratada. Reformularam o site e fizeram uma chamada para novas voluntárias.

## NOVEMBRO DE 2018

Primeiro encontro presencial com voluntários em São Paulo. Dentre as convidadas, estavam ativistas e especialistas no tema.

## JANEIRO DE 2019

Pressionaram o governador de São Paulo, João Dória, a planejar a abertura de delegacias da mulher 24 horas em todo o estado. Após mais de 30 mil pedidos, Dória abriu 10 delegacias.

Para pessoas vítimas de violência e que estejam em situação de risco, acesse: [www.mapadoacolhimento.org](http://www.mapadoacolhimento.org), clique em “Quero ser acolhida”. E para você que se interessou na causa e deseja participar, clique em “Quero ser voluntária”, através do site e faça parte do movimento.

# LEI DO MINUTO SEGUINTE

É outra forma que assegura e dispõe sobre o atendimento obrigatório e gratuito para pessoas que passaram especificamente por violência sexual, considerando esse tipo de agressão qualquer forma de ato sexual não consentido. Essa lei garante que hospitais das redes públicas ofereçam às vítimas atendimentos emergenciais para o tratamento físico e psicológico logo após o abuso, disponibilizando os seguintes serviços conforme a **LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013**.

**Art. 1º** Os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social.

**Art. 2º** Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida.

**Art. 3º** O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços:

I- diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas;

- II- amparo médico, psicológico e social imediatos;
- III- facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual;
- IV- profilaxia da gravidez;
- V- profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST;
- VI- coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia;
- VII- fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis.

## INSTITUTO BARBARA PENNA

É um movimento com o objetivo de combater a violência doméstica e o feminicídio por meio de apoio a mulheres que vivem situações como as que a pessoa que dá nome à instituição viveu. O crime aconteceu em 7 de novembro de 2013, em Porto Alegre. Bárbara Penna tinha 19 anos quando foi espancada pelo seu companheiro dentro de seu apartamento. O agressor, João Guatimozin Moojen, jogou álcool em seu corpo e colocou fogo antes de atirá-la pela janela do terceiro andar. O casal possuía dois filhos, uma menina de dois anos e um menino de três meses, que morreram asfixiados. Um vizinho de 76 anos também acabou falecendo na tentativa de ajudar a família, sufocado pela fumaça.

Bárbara Penna, nascida em Goiânia, teve 40% do corpo queimado e sofreu diversas fraturas. Ficou quatro meses internada e passou por mais de 220 cirurgias. O instituto é localizado no Rio Grande do Sul e em seu site há um espaço para mulheres que precisam de ajuda entrar em contato e solicitar o apoio. **Site:** [barbarapenna.46graus.com](http://barbarapenna.46graus.com)

# **CANAIS OFICIAIS PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA:**

## **Centros Especializado de Atendimento à Mulher (CEAMS)**

Os Centros de Referência são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania.

## **Casa da Mulher Brasileira**

Serviços especializados para os diversos tipos de violência contra as mulheres. Os serviços prestados são o acolhimento e a triagem; apoio psicossocial; delegacia; juizado; Ministério Público; Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e centro de transportes.

## **Casas-Abrigo**

São locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral às mulheres em risco de morte em razão da violência doméstica. O serviço é sigiloso e temporário. As vítimas permanecem em um período determinado até retornarem às condições necessárias para retomar sua vida.

## **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS)**

Delegacias Especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência. Têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios do Estado Democrático de Direito. Com a promulgação da Lei Maria da Penha, as DEAMS passam a desempenhar novas funções que incluem, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas.

## **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**

Unidade pública que oferece serviços de proteção social a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por violação de direitos.

## **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**

Local público localizado em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os Serviços de Assistência Social

## **Disque 180**

Central de Atendimento à Mulher. O serviço escuta e acolhe as mulheres em situação de violência e encaminha aos órgãos competentes.

## **Polícia Militar**

Deve ser chamada em casos de emergência para um atendimento imediato. Unidades da PM podem ser acionadas pelo número 190 e recebem ligações de forma gratuita em todo o território nacional.

Portanto, todas as vítimas têm o direito de contar com assistência nas redes de apoio, desde o direito à educação universal, ao sistema de saúde e ao sistema judiciário. Mas nem sempre os serviços prestados conseguem exercer de forma eficaz todas as demandas necessárias. “Vamos dar o exemplo dos abrigos”, propõe a assistente social Gláucia Lélis. “Tem muitas famílias em que o ciclo de violência persiste. A denúncia foi feita, mas o agressor não necessariamente foi tirado do convívio. Entre a denúncia e a responsabilização do ato, aquela criança permanece no mesmo ambiente porque não tem um abrigo na cidade X em que ela sofreu a violência, não tem um abrigo com a equipe que deveria ter, porque os abrigos precisam ter assistentes sociais, psicólogos, agentes sócio educadores para orientar. Então, não, a rede não está completa. Os processos judiciais demoram muito por conta dessas questões todas.”

